

1 INTRODUÇÃO

A sociedade vem passando por profundas mudanças, especialmente no que diz respeito à movimentação de bens, capitais financeiros e pessoas. Embora existam antigos registros de deslocamento de pessoas motivadas pelo lazer, é com o advento do século XX que a atividade turística se torna cada vez mais forte e organizada. O período pós Segunda Guerra Mundial é considerado o “boom” da atividade, uma vez que houve um grande avanço da tecnologia principalmente no transporte aéreo, além do aumento na produtividade empresarial, no poder de compra das pessoas e do bem estar resultante da restauração da paz no mundo. Entre os anos de 1950 e 1970 houve uma massificação da atividade, o que acarretou fortes impactos sobre o meio ambiente das destinações turísticas. Sendo assim, tornou-se cada vez mais necessária a implementação de um planejamento da atividade (CALVENTE, 2005). Dessa forma, vários “modelos” foram sendo estudados, entretanto apresentam-se cada vez mais importantes as metodologias de planejamento que possuam uma abordagem territorial. A atual política brasileira de turismo, por exemplo, vem se direcionando na busca de um modelo de planejamento e gestão do espaço turístico que tenha enfoque participativo e seja articulado em âmbito regional.

Concomitantemente, cresce o interesse pela atividade turística vinculada aos recursos hídricos e, neste cenário, configura-se a prática do turismo e o lazer nos lagos e reservatórios interiores. Com grande potencial, porém ainda incipiente essa prática necessita de definição política e estratégias para o uso racional dos lagos e reservatórios e a solução de conflitos no uso múltiplo das águas. Neste sentido, este trabalho propõe uma reflexão sobre o desenvolvimento do turismo, em função das potencialidades e limitações da região da Península de Boa Esperança-Guapé, Lago de Furnas/MG.

No final da década de 1950, lançaram-se as bases para a construção da Usina Hidrelétrica de Furnas com o desafio de sanar a crise energética que ameaçava o país. Formou-se então o Lago de Furnas que banha 34 municípios mineiros, agrupados na Associação dos Municípios do Lago de Furnas (ALAGO). Esta coordenou a elaboração de Planos Diretores Participativos para os municípios do entorno do lago, em parceria com Furnas Centrais Elétricas e o Ministério das Cidades. Em alguns municípios, como em Boa Esperança, Guapé, Ilcínea, Campo do Meio e Campos Gerais (figura 01), foi detectado que a comunidade vive uma relação conflituosa com o Lago, cujas causas devem ser procuradas na história do processo de implantação e nos infundáveis problemas de saneamento. Além disso, há uma série de interesses setoriais divergentes atuando neste território, o que acaba por influir profundamente sobre as possibilidades de desenvolvimento do turismo.

MAPA LOCALIZAÇÃO 1

O primeiro estudo relacionado ao turismo foi o *Plano de Desenvolvimento do Lago de Furnas* realizado, em 1975, por um consultor do *Tennessee Valley Authority* (TVA) dos EUA, acompanhado por equipes técnicas de FURNAS¹ e da Secretaria de Indústria, comércio e Turismo do Estado de Minas Gerais. Esse plano tinha como objetivos preparar uma linha de ação para o desenvolvimento do Lago de Furnas, escolher uma área de maior prioridade para o desenvolvimento e preparar um plano sobre o uso da terra e, finalmente, sugerir o tipo de organização necessária à implantação do plano.

Passados 20 anos da elaboração desse plano de desenvolvimento, um novo estudo foi feito em 1996, intitulado como *Plano de Desenvolvimento do Turismo Integrado no Lago de Furnas*, contratado pela Secretaria de Lazer e Turismo do Estado de Minas Gerais (SELT/MG) à empresa espanhola *Gerc Inartur Associados*, porém o que se percebe é que muito pouco foi feito em prol da preservação ambiental da região e do fomento do turismo nas localidades.

Este cenário, portanto, suscita a seguinte questão – “quais são os fatores que devem ser priorizados por um plano de desenvolvimento turístico para o Lago de Furnas para o planejamento da atividade?” – que norteia o objetivo geral deste trabalho: propor um plano de ação para o desenvolvimento do turismo no Lago de Furnas, tendo em vista limitações como a falta de planejamento, intervenção no saneamento do Lago e articulação regional. Para isso, adotou-se uma abordagem adaptada à realidade da região, considerando a análise das paisagens, a identificação dos conflitos e a percepção da comunidade.

Para tanto, a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho será baseada na metodologia da *Observation, Développement et Ingénierie Touristiques – ODIT France*, e o recorte espacial incluirá os municípios já citados que conformam uma península. Em termos de método, são quatro fases que orientam a análise: o retrato do lugar, o diagnóstico, a definição de eixos estratégicos e o plano de ação. A proposta do presente trabalho é cumprir as duas primeiras fases a fim de obter informações que servirão como base para a elaboração de estratégias e um plano de ação para o desenvolvimento do turismo na região em estudo. Portanto, o trabalho propõe opções a fim de minimizar as ameaças e aproveitar as oportunidades para o desenvolvimento do turismo.

Entre os objetivos específicos, o primeiro é identificar a diversidade de representações existentes dentro do território e os conflitos que envolvem o relacionamento entre os atores pelo uso da água, o segundo é verificar os limites e potencialidades da área para o desenvolvimento do turismo, a partir de uma análise abrangente da região com base em elementos de medida e,

¹ Refere-se a Furnas Centrais Elétricas.

finalmente, identificar opções para o crescimento do turismo em virtude dos obstáculos existentes, a fim de minimizar ameaças e conflitos e ressaltar as oportunidades.

A importância do tema proposto justifica-se pelo fato de que antes da elaboração de um plano de turismo é imprescindível refletir sobre os desafios que o mesmo deve enfrentar, com vistas a diminuir as chances de não implementação do plano, considerando que a atual gestão da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) tem como projeto estruturador para o desenvolvimento econômico dos municípios o desenvolvimento do destino turístico do Lago de Furnas.

Detalha-se a seguir a estruturação deste documento:

- Para fundamentar o estudo de caso são apresentados no primeiro capítulo os conceitos e teorias desenvolvidas a respeito do turismo e lagos artificiais;
- No segundo capítulo desenvolve-se a teoria acerca do território, compreendido como um modo de organização das atividades econômicas sobre um espaço geográfico, cuja dinâmica é resultado da ação dos atores;
- O terceiro capítulo se refere aos procedimentos metodológicos adotados para a confecção deste documento;
- No quarto capítulo parte-se para o estudo de caso ao apresentar-se o contexto da construção do Lago de Furnas e a síntese dos conflitos verificados nesse território;
- Apresenta-se no quinto capítulo, a caracterização da área em estudo sob os aspectos biofísicos, sócio-culturais, urbanos e econômicos;
- Como o turismo se desenvolve em vários âmbitos, o sexto capítulo tem por objetivo analisar as potencialidades e limitações do território para o turismo;
- No sétimo capítulo, procede-se a uma discussão dos resultados, culminando na elaboração de eixos estratégicos e planos de ação para o desenvolvimento do turismo.

2 O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E OS LAGOS ARTIFICIAIS

Apresenta-se neste capítulo os conceitos e teorias desenvolvidas a respeito do turismo e lagos artificiais. O objetivo é fundamentar o estudo de caso a partir da discussão sobre as origens e os rumos da atividade turística que incitam a necessidade do planejamento. A interface do turismo com os recursos hídricos é essencial para a compreensão das questões relativas ao desenvolvimento do turismo no Lago de Furnas, tratadas nos capítulos posteriores.

2.1 Turismo: Desenvolvimento e Planejamento

A configuração atual que a atividade turística apresenta é resultante do avanço que a humanidade vem experimentando no percurso do tempo, ou seja, é o produto de diversas forças que moldaram sua estrutura e a forma como ela funciona. Embora não se possa desconsiderar, segundo Urry (1996), que aconteceram viagens organizadas nas sociedades pré-modernas, o crescimento e o desenvolvimento do turismo no mundo se intensificaram na última metade do século XX, uma vez que o acelerado progresso tecnológico, o crescimento dos meios de transporte e o desenvolvimento dos meios de comunicação reduziram o tempo das viagens de forma significativa, permitindo que um número maior de pessoas pudesse se deslocar para diferentes regiões em um intervalo de poucas horas (MILONE e MILONE, 2000).

De acordo com Acerenza (2002) não é possível identificar atividade similar à que hoje se conhece com a denominação de *turismo* (grifo do autor) até o Império Romano. Isso porque no apogeu do Império havia movimentos significativos de pessoas durante o verão partindo de Roma para o campo e para lugares de veraneio à beira-mar. Além de visitarem templos, santuários e participarem de festividades, os romanos iam a lugares onde tinham a possibilidade de tomar banhos termais. Segundo Barbosa (2002), os romanos valorizavam a cultura, o lazer, o prazer e apreciavam a água e o mar, mas com o colapso do Império Romano e o início da Idade Média, houve um abalo nas viagens de lazer na Europa e especialmente no uso da água para fins de recreação.

O ressurgimento do balneário e o turismo de cura ocorreram em diversos pontos da Europa onde se desenvolveram muitos balneários no século XVIII, cujo objetivo essencial

era o medicinal. A água era usada para banho e para beber, sendo que nas décadas posteriores os médicos, as classes mercantis e os profissionais passaram a reconhecer os efeitos benéficos do uso das águas com propriedades medicinais (URRY, 1996). Inicialmente, os balneários eram mais um lugar de cura do que propriamente de lazer, situação que foi mudando na medida em que os banhos de mar foram mais favorecidos, ampliando o acesso de outras classes sociais.

A etapa do desenvolvimento do turismo, denominada por Molina (2003) de *turismo industrial maduro* (grifo do autor), apresenta um expressivo crescimento sem interrupções, a partir da década de 1950, quando o número de turistas internacionais passou de 25 milhões a 600 milhões nos anos 90. Nesse cenário, o turismo de sol e praia demonstrou ser um dos mais dinâmicos, contribuindo para a expansão da atividade, até que outros produtos começaram a apontar taxas de crescimento maior. Nessa etapa, o turismo se transforma em um fenômeno de deslocamento em massa, gerando notáveis conseqüências sociais, políticas, culturais, ambientais e econômicas, em parte benéficas e outras que contribuem para situações de conflito. Além disso, é também nesta etapa que “o turismo se consolida como indústria, ou seja, um conjunto de empresas de diversos itens que se guiam por um código conceitual e operacional em que predominam os princípios de uniformização, de centralização e de maximização” (MOLINA, 2003, p. 24-25).

A etapa seguinte de acordo com Molina (2003) corresponde ao *turismo pós-industrial* (grifo do autor), que teve início em meados da década de 1980 quando se observou uma nova cultura turística na demanda, prestadores de serviço e governantes.

[...] o conceito de hospitalidade torna-se parte importante da *práxis* turística, adquirindo dimensões estratégicas. O modelo de turismo pós-industrial estrutura-se a partir de movimentos sociais e culturais, nos quais o desenvolvimento de novas tecnologias desempenha um papel cada vez mais determinante, que afeta o comportamento da demanda, o desempenho empresarial, a função do setor público, o papel das comunidades locais e a estrutura dos produtos e serviços. (MOLINA, 2003, p. 26).

Nesse modelo, aparecem novos requisitos para se tornar competitivo em um mercado disputado, como a diversificação dos produtos e serviços, a segmentação criteriosa, o início da personalização dos serviços e o “ecologismo” como uma estratégia para o desenvolvimento sustentável. Ambas as formas de turismo industrial estão relacionadas aos ciclos da natureza, dependendo assim do conceito de alta e baixa temporada. Entretanto, o chamado *pós-turismo* (grifo do autor) quebra essa dependência recorrendo à tecnologia, considerada um elemento essencial em seu desenvolvimento.

Esse novo mercado turístico registra características históricas como a alteração nos gostos e preferências da demanda, que está em busca de novas experiências; a liberalização e integração de mercados regionais, resultante da expansão dos mercados e quebra de barreiras para circulação de bens e capitais; o papel crescente das novas tecnologias; as novas expectativas das comunidades locais para receber os benefícios do turismo; a nova cultura de gestão empresarial e finalmente o estabelecimento de formas radicais para usufruir as férias (MOLINA, 2003).

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003) existe um consenso de que o turismo vai continuar em expansão e desenvolvimento acelerado, uma vez que os avanços na tecnologia e o planejamento da atividade permitirão o acesso mais facilitado ao mercado de viagens a uma parcela cada vez maior da população mundial. As previsões da OMT (2001) para o turismo mundial em 2020 demonstram esse crescimento expressivo da atividade (quadro 01).

Regiões	Chegadas de turistas (milhões)			
	1995	2000	2010	2020
Europa	335	390	527	717
Leste da Ásia / Pacífico	80	116	231	438
Américas	111	134	195	284
África	20	27	46	75
Oriente Médio	14	19	37	69
Sul da Ásia	4	6	11	19
Mundo	564	692	1.047	1.602

Quadro 01: Previsão (em milhões) de chegadas de turistas internacionais em todo mundo e por região 1995-2020
Fonte: OMT (2001)

Para Acerenza (2002) nos países em desenvolvimento, em especial na América Latina, há uma tendência de concentração de esforços de desenvolvimento na agricultura, indústria e infra-estrutura, deixando de lado as oportunidades de rentabilidade econômica e social que podem ser alcançadas por meio do turismo. Pelo fato de aqueles setores aparentemente repercutirem em uma significativa parcela dos segmentos sociais menos favorecidos e, no caso da indústria que causa um efeito demonstrativo por meio do sentido de modernização, acabam por inculcar ao turismo uma conotação de uma atividade desnecessária. No entanto, a OMT chama a atenção para os limites do crescimento do turismo porque “também é uma faca de dois gumes, pois, por um lado, proporciona mais

empregos e receitas para ajudar a sustentar a economia de uma comunidade, mas, por outro, pode contribuir para transformações aceleradas do ambiente cultural e natural dessa comunidade” (OMT, 2003, p.237).

No sentido de racionalizar os recursos destinados pela administração para atingir suas metas, especialmente no campo econômico, as entidades têm feito uso do planejamento, o que implica dizer que o mesmo abrange um processo que geralmente segue uma seqüência lógica de ações (ACERENZA, 2003). O grande problema da falta de planejamento em destinos turísticos segundo Ruschmann (1997) consiste no seu crescimento desordenado, levando à descaracterização e perda de originalidade dessas destinações e na falta de uma visão ampla e sistêmica do fenômeno turístico.

O planejamento segundo Molina e Rodríguez (2001) é resultante de um processo de pensamento lógico, por meio do qual o ser humano analisa a realidade abrangente e estabelece os meios que lhe possibilitarão transformá-la segundo seus interesses e desejos. Como conseqüência, a forma adequada de planejar reside em analisar determinada realidade objetivamente e condicionar ações ao problema. Embora seja impossível que o planejamento tome duas vezes a mesma forma, ou seja, é difícil propor uma metodologia única para planejar, é possível descrever em linhas gerais o processo lógico do planejamento.

A forma tomada pelo planejamento dependerá basicamente da natureza do problema específico, dos meios disponíveis, das características de quem intervirá no processo e de quem será afetado por sua aplicação, assim como das aspirações deste. As técnicas selecionadas para desencadear o processo serão válidas enquanto considerarem estes aspectos e forem capazes de cumprir o que se espera. (MOLINA e RODRÍGUEZ, 2001, p. 80).

Como reflexo do processo lógico de pensamento, as metodologias de planejamento devem considerar a análise de uma série de variáveis que regulam o modo e o nível de vida dos grupos sociais. Ao serem consideradas nas fases do processo de planejamento, as variáveis culturais, sociais, psicológicas, político-legais, ecológicas e econômicas, permitirão observar os problemas e suas conseqüentes implicações do ponto de vista de uma perspectiva global (MOLINA e RODRÍGUEZ, 2001).

Ao longo do período em que se desenvolveu o processo formal do planejamento turístico por parte do estado, verifica-se que o mesmo vem seguindo orientações diferentes, sejam elas de ordem física ou econômica, tendo recebido assim um enfoque parcial (ACERENZA, 2003). O enfoque urbanístico foi a primeira orientação recebida pelo planejamento do turismo, direcionamento este que prevaleceu na Europa na década de

1960. Esse enfoque é fundamentado na análise detalhada e avaliação dos recursos turísticos existentes na região objeto de estudo, de forma geral de ordem física, com base na qualidade e possibilidade de uso dos mesmos, resultando na elaboração de um plano detalhado de desenvolvimento físico, chamado *plano mestre* (grifo do autor) relacionado ao uso do solo e à localização das facilidades turísticas. Na América Latina o enfoque urbanístico coincide com o começo do planejamento formal do turismo pelo Estado no final da década de 1960, mantendo sua influência para além da metade da década de 1970.

O enfoque de política econômica se manifestou na América Latina nos primeiros anos da década de 1970 e buscava o fomento do turismo através da aplicação dos *instrumentos de política econômica* (grifo do autor), ou seja, o emprego de metodologias e técnicas já testadas em outros campos da atividade econômica adaptadas ao turismo. O estabelecimento de linhas de crédito, por parte das agências internacionais de desenvolvimento, contribuiu para o impulso desse enfoque representando um grande estímulo para a elaboração de planos destinados ao desenvolvimento do turismo. Assim como o enfoque urbanístico trata-se de um enfoque parcial que, na verdade, é mais uma etapa a ser cumprida dentro de um processo global de planejamento turístico, exigindo dessa forma um tratamento multidisciplinar.

Ambos os enfoques são denominados por Acerenza (2003) de tradicionais e, por considerar um alcance parcial dos fatores que envolvem o fenômeno do turismo, deram lugar a novas propostas que buscam integrar o turismo no processo de desenvolvimento econômico e social, assim como no ordenamento territorial de determinada região ou país. Entre as novas propostas, configura-se o modelo *planejamento estratégico regional* (grifo nosso) originado do reconhecimento da diversidade de fatores que compõem o turismo.

Segundo esse modelo, o processo de planejamento deve se dividir em cinco etapas, iniciando com o estabelecimento dos objetivos, passando em seguida para a fase da pesquisa que tem o propósito de obter a informação para a tomada de decisões e também familiarizar os participantes do processo com a situação atual da região objeto do estudo. Essa fase exige então a coleta e análise de informações relacionadas aos fatores físicos (recursos turísticos, serviços e facilidades) além dos fatores não-físicos (situação e uso da terra, ambiente social, disposições governamentais, mercado, entre outros). A terceira fase consiste na síntese da situação encontrada e conclusões em relação às possibilidades de desenvolvimento turístico da região sendo que, na etapa seguinte, define-se os conceitos de desenvolvimento, ou seja, a solução técnica para os fatores físicos e os programas normativos e funcionais para fomentar o

turismo. E finalmente, a quinta e última fase destina-se à elaboração de recomendações consideradas adequadas para o desenvolvimento do turismo na região.

Com a criação do Ministério do Turismo em 2003, o Brasil passa a ter o Plano Nacional de Turismo que prevê, entre outros programas, a regionalização do turismo por meio de uma gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada que se baseia em princípios de flexibilidade, mobilização e sinergia de decisões, entre outros, exigindo novas posturas e estratégias.

Compreender o Programa de Regionalização do Turismo é assimilar a noção de território como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe. Essa noção de território supõe formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão estritamente setorial do desenvolvimento.²

De acordo com Tavares (1991) o planejamento estratégico é o processo de formulação de estratégias para aproveitar as oportunidades e neutralizar as ameaças ambientais, fazendo uso dos pontos fortes e eliminando os pontos fracos da organização para conseguir realizar sua missão. São pontos fundamentais para o planejamento estratégico a análise das oportunidades e ameaças proporcionadas pelas forças macroambientais; a análise dos subsistemas de que se compõe a organização – seus pontos fortes e fracos; e a seleção de estratégias coerentes. O planejamento estratégico implica o processo de análise do ambiente e do sistema organizacional na elaboração de filosofias e políticas, na escolha de objetivos, no desenvolvimento de estratégias e na sua implementação e controle (Figura 02). Tal conceito de planejamento estratégico é coerente com a proposta desse trabalho, já que procede a uma análise do ambiente interno e externo da microrregião considerada visando ressaltar as oportunidades e amenizar as ameaças existentes, a fim de desenvolver estratégias que direcionem as ações para o incremento do turismo na região.

Essa análise ambiental, segundo Ferrell et al (2000), resume todas as informações pertinentes obtidas sobre três condições de uma organização – o ambiente externo, o ambiente do consumidor (mercado-alvo) e o ambiente interno. A análise *SWOT*³ foca dois fatores derivados da análise ambiental – os fatores internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças) – que podem exercer pressões significativas nas atividades da

² BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Ministério do Turismo. Brasília, 2004. 32p.

³ Análise dos pontos fortes-fracos e ameaças-oportunidades.

organização. Tal análise auxilia a organização a identificar o que faz bem e onde precisa efetuar melhorias. As forças referem-se aos fatores que permitem à organização alguma vantagem em atender as necessidades de seus mercados-alvos, ou seja, uma vantagem competitiva; por sua vez, as fraquezas são as limitações e os problemas organizacionais. Já as oportunidades e as ameaças correspondem aos problemas externos que podem afetar a organização. As oportunidades referem-se às condições favoráveis no ambiente que podem gerar recompensas para a organização e as ameaças estão ligadas às condições ou às barreiras que podem impedir a empresa de atingir seus objetivos. Neste sentido, o resultado mais importante de uma análise bem feita é ajustar as forças internas às oportunidades e encontrar formas de converter as fraquezas em forças e de substituir as ameaças por oportunidades. A análise *SWOT* serve como um catalisador para facilitar e orientar a criação de estratégias para produzir os resultados desejados.

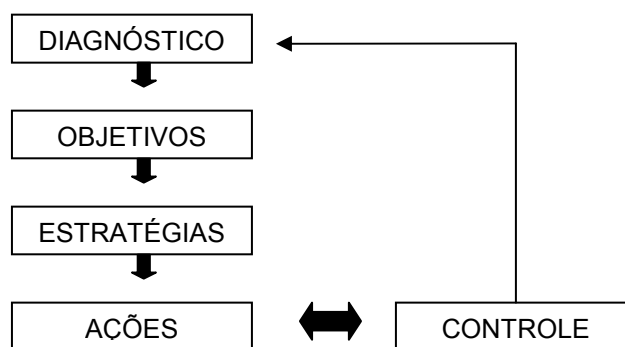


Figura 02: Esquema básico do processo de planejamento proposto por Petrocchi (2001)
Fonte: Petrocchi (2001)

Nesse sentido é importante trazer o termo "estratégia emergente" que segundo Mariotto (2003) tornou-se muito difundido, sendo que foi introduzido na década de 1970 por Henry Mintzberg. Uma estratégia emergente é uma "estratégia não planejada", no sentido de uma linha de ação que só é percebida como estratégica pela organização à medida que ela vai se desenrolando ou até mesmo depois que já aconteceu. Para Mintzberg, Bruce e Joseph (2000) as estratégias emergem quando as pessoas, algumas vezes atuando individualmente, porém na maioria dos casos coletivamente, aprendem a respeito de uma situação tanto quanto a capacidade da sua organização de lidar com ela. Finalmente, elas convergem sobre padrões de comportamento que funcionam. Foi verificado que, quando ocorria um redirecionamento estratégico importante, este raramente se originava de um esforço formal de planejamento. Em vez disso, as estratégias se deviam a uma variedade de pequenas ações e decisões tomadas por todos os tipos de pessoas diferentes, com planejamento anterior ou não. Tomadas em

conjunto ao longo do tempo, essas pequenas mudanças freqüentemente produzem grandes mudanças de direção. Isso significa que pessoas informadas em qualquer parte da organização podem contribuir para o processo de estratégia. De acordo com Mariotto (2003), Mintzberg descobriu que linhas de ação coerentes e importantes – que um observador externo percebe como estratégicas – freqüentemente se formavam de outras maneiras, algumas vezes até mesmo na ausência de um plano. Essa é a razão pela qual esse autor sentiu a necessidade de pensar estratégia não em termos de intenções – como em um plano – mas sim em termos daquilo que a organização efetivamente faz, a partir das ações críticas específicas que são realmente postas em prática.

Em torno da idéia de estratégia não planejada, o autor Joseph Bower desenvolveu a perspectiva de que as iniciativas estratégicas, com freqüência, se desenvolvem no fundo da hierarquia e então são defendidas, ou recebem ímpeto, por gerentes de nível médio, que buscam a autorização de altos executivos. Bower resumiu o processo de geração de estratégia como envolvendo atividades gerenciais múltiplas, simultâneas, interligadas e seqüenciais em três níveis e envolvendo quatro sub-processos – dois processos, interligados e de baixo para cima, de definição e ímpeto; e dois processos corporativos superpostos de determinação de contexto estrutural e determinação de contexto estratégico (MINTZBERG, BRUCE, JOSEPH, 2000).

Nesse modelo é possível perceber um duplo fluxo de influências, isto é, de cima para baixo, a alta direção influencia o comportamento de gerentes de nível mais baixo por meio do estabelecimento de objetivos estratégicos e do controle dos mecanismos descritos; de baixo para cima, os gerentes de nível mais baixo definem novos projetos de investimento; gerentes de nível intermediário apóiam alguns desses projetos e os levam à alta direção para aprovação. Assim, o modelo reconhece múltiplos atores participando da formação de estratégia, ou seja, gerentes de nível mais baixo recebem mais poder de participação do que na abordagem clássica de formação de estratégia, desde que suas iniciativas estejam dentro da estratégia corporativa em curso (MARIOTTO, 2003). Ainda para Mintzberg, Bruce e Joseph (2000), uma estratégia bastante emergente é aquela que se origina em consenso: os agentes se interagem, entram em conflito e se ajustam mutuamente, aprendem uns com os outros e acabam desenvolvendo um consenso. Essas questões são essencialmente importantes para se analisar o caso do Lago de Furnas em função da diversidade de atores que influenciam nesse território.

Realizar o planejamento do turismo tomando como base o ordenamento territorial se constitui segundo a WWF-Brasil (2004) de uma estratégia política indispensável para o equilíbrio do seu desenvolvimento em longo prazo no espaço urbano e rural. Dessa forma, são

muitos os instrumentos legais relativos às políticas de uso e ordenamento do solo que inserem critérios para proteção do meio ambiente, além do patrimônio histórico e cultural. Um desses instrumentos é o Plano diretor, por exemplo, que direciona normas para o crescimento urbano e prevê espaços que deverão ter restrições para o uso e a ocupação, dada suas características ecológicas.

Como foi dito anteriormente, o mercado turístico mundial verificou mudanças sem paralelo ao longo de sua história; em termos quantitativos, se transformou em uma das atividades mais importantes por meio do número de deslocamentos, dado o impacto que causa na balança de pagamentos, na geração de emprego e pelo volume de investimentos e gastos que proporciona. Em termos qualitativos, tornou-se uma alternativa para o desenvolvimento de comunidades e indivíduos. Diante de tal cenário, acredita-se que o turismo continuará crescendo de forma consistente nos próximos anos. Sendo assim, essa tendência ao crescimento obrigará governos, mercado e comunidades a redefinir o enfoque, as metodologias e os modelos que predominam no turismo, uma vez que a pressão que os grupos de turistas irão exercer sobre o meio natural e cultural levarão a resultados desastrosos as regiões que são objeto de planejamentos de esquema tradicional (MOLINA, 2001).

Essas questões suscitam a compreensão do termo turismo sustentável e suas particularidades. A compreensão clássica da relação sociedade-natureza praticada até o século XIX, ligada ao modo de produção capitalista, considerava a concepção da natureza como objeto, de recursos ilimitados à disposição do homem (BERNARDES e FERREIRA, 2003). Tendo como base esse conceito, foram desenvolvidas práticas através de um processo de industrialização em que a acumulação se dava através de uma intensa exploração dos recursos naturais, provocando assim um conflito na relação homem-natureza. Acreditava-se que o crescimento econômico era ilimitado e que desenvolvimento correspondia à dominação da natureza e dos homens. Contudo, entre os anos de 1960 e 1970 teve início um movimento na medida em que esse crescimento sem limites se mostrava ambientalmente insustentável.

A questão do conceito de turismo sustentável, de acordo com Swarbrooke (2000) é um fenômeno da década de 90. Porém o termo “sustentabilidade” é menos recente – para os países do 3º mundo o desenvolvimento sustentável se tornou uma questão importante a partir dos anos 60. Falar em sustentabilidade é falar de uma forma de desenvolvimento que satisfaz nossas necessidades hoje sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro. Na década de 80 o conceito teve seu ponto alto com a publicação de artigos sobre o tema, entre eles o produzido em 1987 pela *World Commission*

on *Environment and Development* chamado *Our Common Future*⁴ que apresentava o conceito de estágio central de desenvolvimento sustentável e o promovia como um veículo de salvação (MURPHY *apud* SWARBROOKE, 2000).

O envolvimento da comunidade local no planejamento e administração do turismo é um dos princípios do turismo sustentável para Swarbrooke (2000), no entanto o mesmo admite que ocorrem alguns problemas no sentido de atingir esse objetivo, entre eles o fato de as comunidades raramente falarem em uma só voz e de os profissionais ignorarem o ponto de vista local que esteja em contraposição ao seu. O controle do desenvolvimento do turismo local por parte da comunidade pode ser limitado pelo poderio do setor turístico, pelas políticas e recursos governamentais que podem anular o desejo local e pelas organizações que possuem base no exterior e que podem influenciar nos negócios locais. Neste sentido, apesar da importância do turismo sustentável o autor reconhece que isso talvez seja um sonho impossível. De acordo com esse, o melhor que pode acontecer é que se desenvolvam mais formas de turismo sustentável, mas deve-se reconhecer que o turismo bem gerido pode vir a trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Esse aspecto da atividade turística também é observado por Fernandes e Coelho (2002) que colocam que o planejamento bem elaborado e executado do turismo pode contribuir para compartilhar o progresso econômico com uma preservação ambiental adequada. Mas, para que isso aconteça, segundo os autores é preciso considerar o inter-relacionamento da atividade com outros setores. Não se pode planejar o turismo sem considerar as ações e problemas sócio-econômicos.

O desenvolvimento sustentável para Becker (2001) é uma feição da geopolítica contemporânea que revela a revalorização da dimensão política do espaço e dos conflitos a ela inerente em várias escalas geográficas. Como o novo padrão técnico-econômico e os movimentos políticos são indicadores da desordem global, as relações norte-sul provam a tentativa de manter a ordem e, para tanto, a ecologia se constitui de um vetor desse movimento. No cerne do conflito reside justamente a desigual distribuição mundial da natureza e da tecnologia. Tendo-se em vista que o desenvolvimento sustentável não se resume à harmonia da relação economia-ecologia e nem a uma questão técnica, representa um mecanismo de regulação do uso do território que tenta ordenar a desordem global. Como tal é um instrumento político, isto é, “enquanto a reconversão produtiva se implementa na prática e na teoria econômicas para atender as exigências do final do milênio, o

⁴ Nosso Futuro Comum.

desenvolvimento sustentável constitui à face territorial da nova racionalidade logística, a versão contemporânea dos modelos de ordenamento do território” (BECKER, 2001, p. 95).

A compreensão da sustentabilidade integra o aproveitamento máximo dos recursos, considerada patente no novo paradigma de qualidade do produto que implica a rastreabilidade do seu ciclo de vida, ou seja, a qualidade é avaliada não apenas pelo produto em si, mas pela possibilidade que oferece de ser reutilizado ao final de sua vida útil como insumo ou matéria-prima em novas linhas de produção. A sustentabilidade reside, sob a proposta de harmonia espacial e equidade temporal do discurso, na busca de uma soma positiva – a sinergia – através do planejamento de processos produtivos miméticos aos ecossistemas, bem como na reutilização que traduz a noção de movimento perene. Para maior compreensão, Becker (2001) discorre sobre os três princípios básicos que podem ser identificados sob o discurso – o princípio da eficácia no uso de recursos, por meio da utilização da informação e de novas tecnologias em atividades e produtos capazes de consumir menos matérias-primas, energia em menos tempo e que são passíveis de reutilização; o princípio da diferença professa a necessária inovação contínua pela diversidade de mercados e recursos, bem como por condições sociais e políticas que potencializam os recursos locais, gerando a valorização máxima e seletiva das potencialidades autóctones em recursos naturais e capital humano; e em terceiro, o princípio da descentralização, implicando não apenas a distribuição territorial da decisão, mas sobretudo em uma nova forma de planejamento e governo. Portanto, a gestão do território está baseada na parceria entre todos os atores do desenvolvimento e, por meio da discussão direta, as normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas.

Esse conceito é fundamental para traçar o posicionamento do que se entende sobre o desenvolvimento sustentável no Lago de Furnas, em virtude da diversidade de atores envolvidos no conflito pelo uso das águas do reservatório. A gestão do território, segundo Becker (2001), define-se como a prática estratégica, científico-tecnológica do poder que dirige, no espaço e no tempo, a coerência de múltiplas decisões e ações para atingir uma finalidade e que expressa, igualmente, a nova racionalidade e a tentativa de controlar a desordem.

2.2 O turismo e sua interface com os recursos hídricos

A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão, é plenamente responsável aos olhos de todos. (Declaração Universal dos Direitos da Água, ONU, 1992).

De forma global, a Terra tem uma quantidade de água bastante superior à demandada pelo homem e suas atividades (FREITAS e DUTRA, 2003). No entanto, a grande diversidade da disponibilidade de recursos hídricos no tempo e no espaço, juntamente ao processo desordenado de ocupação do ser humano, vem resultando numa série de problemas hídricos. O Brasil conta com a maior disponibilidade hídrica do mundo, mas a mesma se encontra na região Amazônica onde a demanda pelo recurso é muito baixa. Essa situação não afasta a Amazônia dos problemas relativos à questão hídrica, porém é crítico o cenário em locais onde há maior densidade populacional e menor disponibilidade de recursos. A contaminação dos corpos d'água é freqüente nesses locais, causando prejuízos ao homem e ao meio ambiente assim como conflitos entre usuários da água.

Nesse sentido, a promulgação da Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997 tornou-se um marco para o setor de recursos hídricos no Brasil, pois além de instituir a Política Nacional de Recursos Hídricos, criou também o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos que vêm contribuindo com um avanço na gestão dos recursos hídricos no Brasil. No ano 2000, foi publicada a Lei nº 9.984 que criou a Agência Nacional de Águas (ANA), entidade federal que se tornou responsável pela execução da Política Nacional de Recursos Hídricos, conferindo um caráter dinâmico à gestão de águas no Brasil (FREITAS e DUTRA, 2003).

O primeiro marco legal brasileiro foi o Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934, conhecido como Código das Águas que outorgava o direito de uso da água. A diferença entre o Código e a Lei nº 9.433 – Lei das Águas – reside no fato de que esta passou por um amplo processo de consulta e negociação. Com o propósito de se constituir um agente integrador das políticas públicas, em especial quanto à harmonia do gerenciamento de águas de domínios diferentes, foi criado o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, regulamentado pelo Decreto nº 2.612 de 3 de junho de 1998 (KETTELHUT, MENDONÇA e SIQUEIRA, 2003).

De acordo com Barreto (2003) o interesse e a preocupação com os recursos hídricos em Minas Gerais surgiu em 1979, ano em que foi criado o Comitê de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH-MG). Segundo Camargos citado por Barreto (2003) esse momento seria o marco de um processo que evoluiu e culminou com o embasamento legal existente hoje no

Estado – Lei 13.199/99, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos. Um pouco antes, em meados da década de 1970, paralelamente ao início do processo de criação dos comitês, procedeu-se a discussão em torno do Enquadramento das Águas do Estado de Minas Gerais.

No período de 1994 a 1997, diversas mudanças ocorreram no sistema ambiental do Estado de Minas Gerais, como a instalação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG), em 1995; a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em 1996; e em 1997 a reformulação do Departamento de Recursos Hídricos no Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Posterior ao estabelecimento de diversos instrumentos normativos, é publicada a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) 020 em 18/06/86 que estabelece a classificação das águas doces, salobras e salinas no território nacional, vigente até hoje. Nesse período, também foi publicada a Deliberação Normativa 010 do COPAM, consistindo do primeiro instrumento normativo sobre o Enquadramento das Águas do Estado de Minas Gerais (BARRETO, 2003).

A água e a energia têm historicamente uma grande interdependência, ambas são insumos essenciais ao desenvolvimento da sociedade. O Brasil está no terceiro lugar no *ranking* mundial da capacidade instalada de geração hidroelétrica, o que demonstra segundo Freitas (2003) a estreita relação entre o uso do potencial hidráulico do país e a produção de eletricidade. A contribuição da energia hidráulica no desenvolvimento econômico social é significativa, seja no atendimento às demandas das atividades industriais, agrícolas, comerciais, de serviços e lazer, bem como pela renda direta e indireta gerada pelas usinas em regiões distantes dos centros de consumo. Exemplo disso foi a retração de diversas atividades econômicas, quando houve um uso excessivo de água armazenada nos reservatórios, que provocou um desequilíbrio no sistema de geração elétrica, levando a um racionamento médio de 10 a 20% no consumo.

A relação existente entre o turismo e a água é estreita, uma vez que há um costume da população brasileira usufruir as férias em locais relacionados com a água, como praias, lagos, rios e estâncias hidrominerais (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2005). Neste sentido, as várias regiões que possuem recursos hídricos próprios para a balneabilidade verificam um processo de expansão das atividades econômicas relacionadas ao setor de serviços e ao atendimento do lazer das populações urbanas. No entanto, em boa parte dessas áreas percebe-se o descaso com a integridade do ecossistema, o que reforça a necessidade da elaboração de políticas para a preservação das águas exploradas pelo turismo.

Para Tocchetto e Pereira (2005) o meio ambiente sofre com o desenvolvimento que representa um fator de risco, em virtude das atividades humanas sem controle, do despejo de esgoto sem tratamento, lançamento de produtos tóxicos e a disposição inadequada de

resíduos sólidos que vêm causando uma degradação significativa do meio ambiente. Neste sentido, as ações de saneamento são entendidas como instrumento para promoção da saúde, prevenção e controle de doenças. Porém, a cobertura de serviços referente ao esgotamento sanitário e de resíduos sólidos, bem como ao controle da qualidade da água para consumo humano ainda é deficitária no Brasil.

Nesse panorama surgem as exigências feitas pela legislação ambiental, como pela Resolução CONAMA 274/2000 que classifica as águas destinadas à recreação. Os corpos d'água contaminados por esgotos sanitários expõem os banhistas a riscos de doenças, e têm contribuído para acelerar a instalação de sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário. A balneabilidade das águas se constitui então na qualidade destas, destinadas ao uso de recreação, sendo este entendido, como contato direto e prolongado com a água (natação, mergulho, esportes aquáticos, etc). Para sua avaliação é necessário o estabelecimento de critérios objetivos, que se baseiam em indicadores a serem monitorados e seus valores são confrontados com padrões pré-estabelecidos, para identificar condições de balneabilidade em um determinado local, inclusive para definir classes e orientar melhor os usuários. De acordo com a classificação estabelecida pela Resolução (quadro 02), as águas impróprias para banho são as que apresentam acima de 1.000 coliformes fecais por 100 ml de água, em no mínimo duas amostras de cinco analisadas, ou quando o valor obtido na última amostragem for superior a 2.500 coliformes fecais (TOCCHETTO e PEREIRA, 2005).

Categorias de Balneabilidade		Limite de Coliformes Fecais (nmp/100 ml)
Próprias	Excelente	Máximo de 80% ou mais de um conjunto de 5 amostras, colhidas num mesmo local, em 5 semanas anteriores, houver no máximo, 250 coliformes fecais.
	Muito Boa	Máximo de 80% ou mais de um conjunto de 5 amostras, colhidas num mesmo local, em 5 semanas anteriores, houver no máximo, 500 coliformes fecais.
	Satisfatória	Máximo de 80% ou mais de um conjunto de 5 amostras, colhidas num mesmo local, em 5 semanas anteriores, houver no máximo, 1000 coliformes fecais.
Impróprias	Imprópria	Não enquadramento em nenhuma das categorias anteriores, por terem ultrapassado os índices bacteriológicos nelas admitidos. Valor obtido na última amostragem for superior a 2500 coliformes fecais.

Quadro 02: Categorias de Balneabilidade segundo Resolução CONAMA nº 274, de 29 de novembro de 2000.

Fonte: Adaptado de **Balneabilidade**. Disponível em

<<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agua/salgada/index.html&conteudo=./agua/salgada/artigos/balneabilidade.html>> Acesso em: 28 de dez. 2007.

A Deliberação Normativa COPAM nº 10 de 16 de dezembro de 1986 também é importante nas questões relacionadas ao uso turístico das águas, uma vez que estabelece normas e padrões para qualidade das águas, lançamento de efluentes nas coleções de águas, que foram divididas em cinco classes, sendo que a classe 2 é a que diz respeito às águas destinadas, entre outros, à recreação de contato primário (esqui aquático, natação e mergulho).

Segundo a Agência Nacional de Águas (2005) o turismo associado aos recursos hídricos pode ser agrupado em três segmentos – o turismo e lazer no litoral brasileiro; o turismo ecológico e a pesca; e o turismo e o lazer nos lagos e reservatórios interiores. Com grande potencial, mas ainda incipiente esse segmento necessita de definição política e estratégias para o uso racional dos lagos e reservatórios. É importante ressaltar que é preocupante a questão do gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes que resultam dos empreendimentos às margens dos lagos, como no caso das marinas e terminais de passageiros. Tanto os terminais como as marinas abarcam além das instalações na água e apoio em terra, uma gama diversificada de hotéis, restaurantes, clubes e lojas, até condomínios residenciais, equipamentos de lazer e instalações sócio-esportivas.

Estas organizações de recreação e lazer no entorno de reservatórios são responsáveis por inúmeras transformações nas margens, que se por um lado trazem determinados benefícios econômicos, por outro, podem tornar mais intenso o comprometimento da qualidade da água do lago ou reservatório. (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2005, p. 21).

Outro ponto importante a ser levado em consideração é que a qualidade da água em torno de uma marina geralmente depende da hidrodinâmica local, uma vez que a renovação da água melhora a qualidade eliminando a estagnação e contribuindo para manter a produtividade biológica e a estética. Um melhor aproveitamento turístico de lagos e reservatórios pode ser alcançado por meio da adoção de práticas de prevenção e controle da degradação do meio ambiente através da integração de componentes sociais, ambientais e econômicos. A bacia hidrográfica é a unidade fisiográfica ideal para a gestão dos recursos hídricos, sendo que a qualidade da água em torno de marinas e terminais é influenciada por todas as atividades relacionadas ao uso e ocupação do solo rio acima e nos tributários de montante. Sendo assim, embora isso não diminua a responsabilidade dos terminais, marinas e outros equipamentos na conservação dos recursos hídricos, fica evidenciada a necessidade de ações integradas entre os diversos usuários da água para garantir a preservação e os usos múltiplos desse bem (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2005).

As regiões hidrográficas brasileiras que se destacam no segmento de turismo em lagos e reservatórios interiores são a do Tocantins-Araguaia, onde se verifica o uso múltiplo dos lagos das hidroelétricas de Tucuruí, Serra da Mesa e Luis Eduardo Magalhães (Lajeado) para fins de uso turístico; a Região Hidrográfica do São Francisco, que apesar das possibilidades oferecidas por vários reservatórios ainda apresenta uma atividade incipiente, carecendo de uma definição de política e estratégia de uso racional dos lagos; e finalmente a Região Hidrográfica do Paraná, onde a pesca esportiva e o turismo ocorrem nos reservatórios do rio Tietê, Grande, Paranapanema e Paranaíba. Tomando como base alguns critérios, entre eles o tamanho dos reservatórios, a situação atual do desenvolvimento de atividades turísticas em seu entorno e o potencial para o aproveitamento turístico, a Agência Nacional de Águas (2005) destaca os principais reservatórios para aproveitamento turístico no Brasil no quadro 03.

RESERVATÓRIO	ÁREA INUNDADA* (km ²)	PERÍMETRO (km)	RIO	UF	MUNICÍPIO
Serra da Mesa	1.784	3898	Tocantins	GO	Minaçu
Lajeado (Luís Eduardo Magalhães)	626	1.164	Tocantins	TO	Lajeado
Tucuruí	2.430	8.396*	Tocantins	PA	Tucuruí
Três Marias	1.009	2.297	São Francisco	MG	Três Marias
Sobradinho	4.214	1.352	São Francisco	BA	Casa Nova Juazeiro
Xingó	60	65	São Francisco	AL SE	Piranhas Canindé de São Francisco
Furnas	1.442	3.500	Grande	SP MG	São João da Barra Alpinópolis
Itaipu	1.350	1.400	Paraná	PR	Foz do Iguaçu
Caconde	31	269	Pardo	SP	São José do Rio Pardo
Paranoá	40	80	Paranoá	DF	Brasília

Quadro 03: Características dos principais reservatórios nacionais para aproveitamento turístico
 Fonte: SIPOT (Eletrobrás, 2004) *apud* (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2005).

* Incluindo todas as ilhas

De acordo com a Agência Nacional de Águas (2005) o reservatório Serra da Mesa começou a ser alagado em 1997, transformando-se em atração de ecoturismo e pesca para os principais municípios do seu entorno, substituindo antigas paisagens por um imenso espelho d'água. A variedade de estruturas encontradas no Lago, como troncos de árvores e ruínas oferecem ao pescador uma diversidade de oportunidades para o treino da técnica de arremessos e superação de obstáculos para a pesca. Esse reservatório é considerado hoje o maior do Brasil em volume d'água, possuindo por isso grande importância no setor energético brasileiro.

No caso da hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães (UHE Lajeado) o Lago proporcionou a criação de três atrações turísticas – Ilha Canela, Praia da Graciosa e Praia da Prata. Inicialmente, em alguns períodos a água não era apropriada para o banho, em virtude do processo de adaptação natural do Lago, mas através de exames químicos e físicos a Agência do Meio Ambiente e Turismo – AMATUR controla e monitora os mananciais e balneários da região de forma a garantir a qualidade da água adequada de acordo com os padrões de balneabilidade exigidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

O Complexo Tucuruí é formado pelo rio Tocantins e possui uma área 10 vezes maior que a Baía de Guanabara no Rio de Janeiro. Existem várias praias no rio, algumas não exploradas, além de corredeiras e cachoeiras, bem como um potencial pesqueiro significativo tanto para a pesca tradicional como a amadora, especialmente a pesca esportiva que atrai muitos visitantes todos os anos.

O Lago de Três Marias se originou do represamento do rio São Francisco, formado com a construção de uma das maiores barragens de terra do mundo. Foi criado na região o Circuito Turístico Lago Três Marias, composto por 10 municípios mineiros marcados pelas águas do imenso Lago, denominado pela população de Doce Mar de Minas. As principais motivações para o turismo nesta região são a pesca amadora e os esportes náuticos, além de cachoeiras e riachos que podem ser encontrados em várias partes do circuito.

Considerado hoje o maior lago artificial do mundo em espelho d'água, o Reservatório de Sobradinho foi construído para regularizar a vazão pluriannual do rio São Francisco, evitar inundações e diminuir a queda na geração elétrica. O Lago na Bahia pode ser considerado um dos principais pólos de pesca em água doce do país. A pesca esportiva se constitui numa das opções de turismo da região, sendo o tucunaré um dos peixes mais procurados. Existem projetos para desenvolver o ecoturismo para incentivar o incremento da atividade pautado nas bases da sustentabilidade.

Construída em Canindé de São Francisco (SE) a usina hidrelétrica de Xingó é a segunda maior do país, e uma das sete maiores do mundo. O lago criado com 65 km de

extensão possibilita uma viagem fluvial entre este reservatório e o de Paulo Afonso. Ainda pouco explorado, um passeio a Xingó propicia uma incursão pelo sertão e conhecer um projeto de irrigação, terminando no conhecimento da hidrelétrica e da região com estrutura hoteleira e passeios de catamarã⁵ pelo rio São Francisco.

O Lago de Furnas, considerado o Mar de Minas cobre uma superfície de 1.458 Km² abrangendo 34 municípios que combinam tradições mineiras, esportes náuticos, pescas e trilhas ecológicas. Foi criado então o Circuito Turístico Lago de Furnas formado por 12 municípios que oferecem variadas opções de lazer como a prática de esportes náuticos e aquáticos, além das cachoeiras, serras, festas populares, fazendas centenárias e as paisagens criadas pelas lavouras de café. O turismo ecológico e de aventura também é desenvolvido e oferece oportunidades para aqueles que gostam de acampar, fazer trilhas e praticar vôo livre. Algumas cidades contam com boa estrutura turística, composta por hotéis-fazenda, pousadas e restaurantes de culinária regional.

Contando com uma completa infra-estrutura com terminais turísticos, praias, clubes e bases náuticas, Itaipu é o reservatório da maior usina hidrelétrica do mundo. O desenvolvimento de programas ambientais contribui para preservar a biodiversidade aquática, garantindo os seus múltiplos usos sem que, para isso, o funcionamento da usina seja comprometido. O ponto mais difundido do turismo na região seja nacional ou internacionalmente, é o projeto Costa Oeste que consiste de um programa de desenvolvimento econômico da região no entorno do Lago que conta com as Cataratas do Iguaçu. A Costa Oeste é hoje o segundo pólo de atrações turísticas do Brasil, possuindo o terceiro parque hoteleiro nacional, situado em Foz do Iguaçu (PR).

Apesar do impacto ambiental que provocou, a construção do Reservatório de Caconde formou um imponente lago junto à Serra da Mantiqueira, transformando esse cenário em um grande atrativo turístico, que propicia a prática da pesca, canoagem, iatismo, *banana-boat*, e *jet ski*, entre outros.

E finalmente, o Lago Paranoá que tem sua bacia totalmente localizada no território do Distrito Federal e possui características de um lago urbano planejado. O lago, que foi criado com a intenção de realizar uma correção climática na área, apresenta em seu entorno novos espaços residenciais e de lazer, além de clubes esportivos em área privilegiada do ponto de vista paisagístico. Tendo a recreação como objetivo inicial previsto para o Lago, ele também funciona com a finalidade de geração para a Usina Hidrelétrica do Paranoá, ou seja, sua

⁵ Embarcação de esporte ou de recreio, constituída de dois cascos esguios presos lado a lado por fortes travessões sobre os quais monta uma plataforma com camarim. (FERREIRA, 1999).

utilização prioritária é para a recreação e paisagismo, diferentemente dos anteriormente citados. Dessa forma, a variação de nível das águas ao longo do ano é pequena, o que representa um fator positivo para o uso turístico do Lago. Porém, o uso do Lago Paranoá para geração de energia produz diversos tipos de impactos sociais, econômicos e ambientais, relacionados à operação do reservatório.

O Lago tem um potencial grande para o desenvolvimento do turismo náutico, mas essa atividade se encontra em ritmo lento de implantação pelo fato de depender do interesse e ação da iniciativa privada. Mesmo assim, este projeto vem caminhando para a democratização do uso e acesso da população ao Lago. Atualmente, o Lago Paranoá é usado para a pesca amadora em pequena escala e para a prática de esportes náuticos. Em virtude da lama, as margens nem sempre são adequadas ao uso de banhistas, além do perigo de acidentes com o resto de vegetação do cerrado que fica no fundo do reservatório, os chamados “paliteiros” ou “galhadas” (grifo nosso); apenas em alguns pontos, foram alocados areia ou grama. Observa-se como necessária uma série de intervenções em relação à infra-estrutura, comércio e serviços, bem como revitalizar e recuperar espaços culturais existentes na orla.

O objetivo principal da construção de grandes reservatórios no Brasil é a geração de energia elétrica e juntamente com sua operação, existem contratos de concessão de energia que estipulam regras e limites mínimos e máximos que seus níveis ou vazões podem atingir. Para o turismo, o ideal seria que o nível do reservatório não sofresse redução, facilitando o acesso dos usuários. Na resolução CNRH nº 37 de 26 de março de 2004, foram estabelecidas diretrizes para a outorga de recursos hídricos para implantação de barragens em corpos de água de domínio dos Estados, do Distrito Federal e da União. Nessa outorga, geralmente são especificadas as condições de operação a que o reservatório está sujeito, sendo que o outorgado fica autorizado a operar o reservatório entre a cota do nível mínimo e a do máximo normal, que são níveis que definem o volume útil do mesmo. Dessa forma, cria-se um conflito no uso desses lagos para o turismo, sendo que os casos mais críticos são os dos reservatórios de Caconde e de Furnas. O caso do Lago Paranoá é um caso atípico, uma vez que tem como usos prioritários a recreação, o lazer e o paisagismo, em detrimento do uso de geração de energia elétrica (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2005).

O princípio dos usos múltiplos foi instituído como um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e assim os diferentes usuários de recursos hídricos passaram a ter igualdade de direito ao acesso à água. A única exceção versa sobre a situação de escassez, devido ao fato de que a prioridade de uso da água no país é o

abastecimento público e a dessedentação de animais. Sendo assim, segundo a Agência Nacional de Águas (2005) existe a necessidade de definir de forma adequada as condições de operação dos reservatórios, uma vez que a gestão dos recursos hídricos deve garantir os usos múltiplos da água, analisando para cada caso os benefícios e prejuízos locais, regionais e nacionais, buscando compatibilizar os diversos usos, tendo-se em vista que não existe uma prioridade definida na Lei para nenhum dos usos, com exceção portanto da situação de escassez.

3 TERRITÓRIO, REDES E SISTEMA TURÍSTICO

O presente capítulo desenvolve a teoria acerca do território, compreendido como um modo de organização das atividades econômicas, entre elas o turismo, sobre um espaço geográfico, cuja dinâmica é resultado da ação dos atores. Essa abordagem foi selecionada tendo-se em vista a diversidade de atores que influenciam e interferem no Lago de Furnas.

De acordo com Haesbaert (2002) existem duas grandes vertentes interpretativas acerca da concepção de território, desenhadas pela história de como surgiu esse conceito e da importância da relação sociedade-espaço que expressa. A primeira vertente denominada naturalista observa o território em um sentido físico e material, como algo inerente ao homem como se tivesse uma raiz na terra, justificando a necessidade do território e dos seus recursos. Como variante dessa interpretação naturalista do território, há aquela que envolve o campo dos sentidos e da sensibilidade humana que seriam ambos moldados pela natureza e pela paisagem ao seu redor. Essa interpretação sobrevaloriza e naturaliza a ligação afetiva e emocional do homem com seu espaço; sendo assim o território seria um imperativo não tanto para a sobrevivência física dos indivíduos, mas para o equilíbrio e a harmonia na relação homem-natureza “onde cada grupo social estaria profundamente enraizado a um “lugar” ou a uma paisagem, com a qual particularmente se identificaria” (HAESBAERT, 2002, p. 118).

Em outro extremo, há uma concepção de território que se pode denominar etnocêntrica, que ignora toda relação sociedade-natureza como se o território pudesse se eximir de sua base natural e fosse uma construção humana ou social. Neste sentido, poderia advir tanto de um domínio material sobre o espaço, resultante do poder de uma classe econômica ou até mesmo um grupo político dominante, como também da sua apropriação simbólica, a partir da identidade que cada grupo construísse livremente no espaço em que vive. As duas vertentes têm um ponto em comum sobre o território que considera que o mesmo é sempre visto muito mais dentro das dimensões política e cultural do espaço do que em sua dimensão econômica.

O território, da mesma forma que pode ou não ser um conceito que integra todas as esferas sociais, numa perspectiva histórica pode também ser amplo a ponto de abranger toda a história humana ou ser observado de uma forma mais restrita, relacionando-se apenas a determinados contextos histórico-sociais. As diferentes abordagens encontram-se combinadas, ou seja, se se privilegia as questões políticas e, inseridas dentro delas a questão do Estado, o território pode ficar restrito às sociedades modernas integradas em

volta de Estados nações. Por outro lado, o território compõe indissociavelmente a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são mediadas espacial ou geograficamente. De qualquer forma, o território define-se antes de tudo com referência às relações sociais, ou culturais em sentido mais amplo, em que está inserido, sendo essas relações também de poder (HAESBAERT, 2006).

Neste sentido, existem divergências entre as vertentes que concedem à materialidade do território – seu substrato físico – um papel apenas acessório ou quase nulo, ou seja, uma espécie de palco, reflexo ou até mesmo produto diante das relações sociais, e outras que colocam este substrato físico como mediador, componente fundamental ou determinante dessas relações. O território é então considerado relacional não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também no sentido de envolver uma relação complexa entre os processos sociais e o espaço material. Por ser relacional, o território não significa simplesmente enraizamento, estabilidade ou fronteira, mas também significa o movimento, a fluidez e as conexões (HAESBAERT, 2006).

O território segundo Souza (2000) é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por relações de poder e a partir das mesmas. A questão não é discorrer sobre aspectos como as características geo-ecológicas e os recursos naturais de uma área, ou sobre ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço, embora possam ser importantes para a compreensão da origem de um território ou do interesse por tomá-lo, mas sim saber quem domina ou influencia esse espaço e de que forma. Uma maneira de abordar o tema da territorialidade mais ampla e crítica, pressupõe não exatamente um desligamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas sim uma flexibilização da visão do que seja o território. Neste sentido, o território será um campo de forças, uma rede de relações sociais que a par da sua complexidade, define ao mesmo tempo um limite.

Para Raffestin (1993) o território se forma a partir do espaço, sendo resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa, seja em qualquer nível. Uma vez que se apropria de um espaço concreta ou abstratamente, como por meio da representação, o ator “territorializa” o espaço (grifo do autor). O território se apóia no espaço, mas no sentido de produção e, devido às relações que esta envolve, se perpetua em um campo de poder. O fato de produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, ou seja, qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um determinado território, de um local de relações. Os projetos são sustentados por um conhecimento e uma prática, ou seja, por ações e/ou comportamentos que supõem a posse de códigos e é por meio desses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos

sociais. O sistema sêmico é marcado por uma infra-estrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, isto é, pelos modos de produção. Nesse sentido, a representação compõe o cenário, sendo a organização referente ao campo do poder. Resumindo, não se trata então do “espaço” (grifo do autor), mas de um espaço construído pelo ator, que comunica por meio de um sistema sêmico suas intenções e a realidade material. O espaço representado não é mais o espaço e sim a imagem do espaço, isto é, do território visto e/ou vivido. É portanto, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação.

A partir da representação, o ator pode decidir construir vários tipos de tecidos e articular os pontos em redes. Ao ligar certos pontos, se pode assegurar entre eles a continuidade por meio de um sistema de junções ou, de forma contrária, impedir que certos pontos sejam ligados entre si. Mesmo que não sejam discerníveis, os nós e as redes têm uma existência com a qual é preciso contar, pois intervêm nas estratégias. Entretanto, se nos limitarmos ao território concreto, esses atos serão traduzidos por “atos observáveis” (grifo do autor), ou seja, toda prática espacial induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma produção territorial que faz intervir nó e rede. Nenhuma sociedade foge à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação. O sistema de nós e redes organizadas hierarquicamente permite assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado ou possuído, permitindo ainda impor e manter uma ou várias ordens. Desse modo, permite realizar a integração e a coesão dos territórios (RAFFESTIN, 1993).

Ao levar-se em consideração uma rede qualquer é possível, de acordo com Matos e Braga (2005), identificar a presença de dois componentes essenciais à sua constituição - os atores, que a rigor são os nós que representam fisicamente as redes e que ancoram as articulações em seu interior; e as relações, compostas pelos elementos de interação entre os atores e que se expressam por laços e fluxos entre os nós.

A dimensão de uma rede não é aleatória, uma vez que cristaliza segundo Raffestin (1993) todo um conjunto de fatores, entre os quais alguns são físicos outros humanos – econômicos, políticos, sociais e/ou culturais. As redes também não são homogêneas nem uniformes, recebem além da população outros elementos que revelam a organização territorial, isto é, os pontos que vão simbolizar a posição dos atores, que não se opõem mas agem, procurando conseqüentemente manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se distanciar ou se aproximar e, dessa forma, criar redes entre eles. Toda rede é considerada por Raffestin uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes e revela, da mesma forma que os tecidos e a implantação dos pontos, um certo domínio do espaço.

As redes de comunicações influenciam as organizações de forma significativa e pode-se pretender que mudanças de rede conduzam a modificações sensíveis no arcabouço social do grupo. O sistema como meio, denota um território, uma organização territorial, mas como fim conota uma ideologia da organização, sendo portanto de uma só vez ou alternadamente, meio e finalidade das estratégias. Toda combinação territorial cristaliza energia e informação, estruturadas por códigos. Como objetivo “o sistema territorial pode ser decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores e, como meio, pode ser decifrado por meio dos ganhos e dos custos que acarreta para os atores. O sistema territorial é, portanto, produto e meio de produção” (RAFFESTIN, 1993, p.158).

A vida é, ainda para Raffestin, tecida por relações, por isso a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam no sistema sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível e compatível com os recursos do sistema. A territorialidade adquire um valor particular ao refletir a multidimensionalidade do “vívido” territorial pelos membros de uma coletividade em geral (grifo do autor). Os homens vivem ao mesmo tempo processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de uma ou de outra, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. As redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder (grifo do autor).

Para Castells citado por Matos e Braga (2005), na geografia as noções espaciais baseadas em zonas e recortes físicos fixos são relativizadas a favor de lógicas complexas em que os domínios do espaço-tempo se entrecruzam em redes que ao mesmo tempo homogeneizam e fragmentam, que inserem e discriminam. Essas redes, ao caracterizar as novas formas de organização social e produtiva da modernidade contemporânea (ou pós-modernidade), marginalizam atores e distribuem novos poderes. É emergente a grande transformação que está ocorrendo na organização dos espaços, que estariam convergindo no sentido de constituir redes socioespaciais mais ou menos densas. A circulação de objetos, pessoas e informações em rede são novos valores estratégicos que provém do aumento das

velocidades no processo de desenvolvimento sócio-histórico. Nesse sentido “as redes seriam um rebatimento sobre instâncias sociais precedentes que, em cada local, reconstituem e renovam as formas de circulação de mercadorias e pessoas, atribuindo maior conteúdo técnico às relações econômicas e às redes já existentes” (GEIGER *apud* MATOS e BRAGA, 2005, p. 114).

Castells citado por Matos e Braga (2005) considera que a *sociedade em rede* tem como lógica dominante o *espaço de fluxos* (grifos do autor), que é o resultado das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade atual, sendo esta caracterizada pela mobilidade. Por mais que não seja a única forma de organização espacial existente, o *espaço de fluxos* é a forma predominante, estruturando-se em três camadas de suportes materiais – um circuito de impulsos eletrônicos; os nós, que se constituem de centros de importante função estratégica e de comunicação; e a localização espacial das elites gerenciais dominantes, pois o espaço de fluxos organiza-se de maneira assimétrica em torno dos interesses hegemônicos.

Em consonância com os conceitos tratados anteriormente, a referência ao território da AFIT (2001) o considera como um modo de organização das atividades econômicas sobre um espaço geográfico dado. O território consiste de um sistema aberto composto de um conjunto de sub-sistemas integrados em um sistema de dimensões mais amplas. A dinâmica do território é resultado da atuação dos atores locais - nativos ou externos a esse território - dotados de valores individuais e interesses diferentes que podem inclusive ser contraditórios quando analisados conjuntamente. Cada um desses atores tem representações diversas que se referem a práticas particulares com implicações específicas em termos ambientais, econômicos, sociais e éticos. Essa compreensão é a questão norteadora para o entendimento das potencialidades e limitações da microrregião de Furnas para o desenvolvimento do turismo.

O turismo é parte de um sistema – o território – significando, portanto, que ele está em constante interação com outras atividades. As mudanças que intervêm no âmbito turístico modificam outros componentes e vice-versa (AFIT, 2001). Por sua vez, a compreensão do funcionamento do sistema turístico torna-se necessária para o entendimento da relação que existe entre os elementos que interferem no seu desenvolvimento (ACERENZA, 2002). A teoria dos sistemas lança as bases conceituais para ordenar o conhecimento interdisciplinar, permitindo dessa forma identificar elementos integrantes de um determinado fenômeno, assim como suas funções e relações com o ambiente. Sendo assim, essa teoria é considerada válida para analisar um fenômeno tão complexo quanto o turismo, em virtude da sua ligação com diversas disciplinas.

O sistema turístico começa a funcionar através do seu elemento dinâmico – o turista – que movimentava todo o sistema como resultado do deslocamento que realiza a partir da sua região de origem até a região de destino, com regresso posterior ao seu ponto inicial de partida. Após decidir realizar a viagem, motivado por uma série de fatores, começa a requerer um conjunto de serviços tais como o de transporte, alojamento e alimentação, entre outros.

Logicamente, todos os serviços prestados pela indústria são oferecidos em espaços geográficos bem definidos, razão pela qual o sistema, além de manter uma estreita relação funcional, mantém uma estreita relação espacial com os elementos geográficos que o integram: a região de origem, a via de trânsito e a região de destino. (ACERENZA, 2002, p. 202).

Esses serviços, como as facilidades, instalações e equipamentos que são capazes de oferecer uma proveitosa estadia na região de destino, podem ser ofertados tanto por empresas públicas quanto privadas. Por esse motivo, para Acerenza (2002) o sistema turístico pode funcionar sem a necessidade de existir um organismo nacional de turismo. Sem dúvida o interesse que o turismo desperta em grande parte dos países, resultante dos efeitos positivos que a atividade traz para as comunidades receptoras, fez com que entidades fossem criadas com vistas a estimular e conduzir o desenvolvimento do turismo de forma a atender os interesses da sociedade. A presença dessas entidades enquanto administradoras do setor, que para alguns especialistas é denominada de superestrutura, permite uma maior coordenação dos elementos que o integram, assim como sua integração com o conjunto das relações ambientais que caracterizam cada país.

Diversos autores apresentam modelos do sistema de turismo, entre eles Beni (2002), referência nos estudos sobre o fenômeno turístico. No modelo referencial do Sistema de Turismo (SISTUR), a superestrutura representa as entidades públicas, as definições do Sistema Nacional de Turismo, a organização jurídico-administrativa, as leis e políticas básicas que resultam na Política Nacional de Turismo; a infra-estrutura é constituída dos serviços de apoio à comunidade, sistema de acesso e transporte, comunicações, segurança e equipamentos sociais. Esse conjunto da organização estrutural está ligado ao conjunto das ações operacionais, que são as relações estabelecidas pelo mercado turístico (oferta x demanda); ambos os conjuntos relacionam-se entre si e se desenvolvem dentro do conjunto das relações ambientais que tem como subsistemas os ambientes: social, ecológico, econômico e cultural.

A interação entre o turista e o sistema turístico gera uma série de impactos, ora positivos, ora negativos. Por outro lado, a atividade turística também pode ser ameaçada por outras atividades desenvolvidas no território, como no caso do Lago de Furnas.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Em referência ao significado da análise ambiental, embora seja recorrente a dificuldade de adotar uma base metodológica que responda à diversidade de realidades ambientais, Macedo (1995) ressalta que:

Sua principal finalidade é tão-somente capacitar o homem, por intermédio de conhecimentos adquiridos e dominados, para a ação e pró-ação sobre uma dada região, quaisquer que sejam as suas dimensões, conteúdo, dinâmica e localização. Como fonte depositária de conhecimentos científicos, a avaliação ambiental de uma região permite que se identifiquem suas potencialidades de uso (inclusive o não-uso), de ocupação, suas vulnerabilidades e seu desempenho futuro estimado. Dessa maneira, ela possibilita que se otimizem decisões ligadas à sua preservação, conservação e ecodesenvolvimento. (MACEDO, 1995, p.16).

É a partir dessa compreensão que se buscou nortear o trabalho a fim de realizar uma análise do território para o turismo, tendo-se em vista suas potencialidades e limitações para o desenvolvimento da atividade.

A unidade de análise adotada para a realização da pesquisa é a microrregião do Lago de Furnas que compreende os municípios de Guapé, Ilícinia, Campo do Meio, Boa Esperança e Campos Gerais. A escolha dos municípios surgiu a partir da realização dos planos diretores de quatro deles pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais no início de 2006. O município de Campo do Meio foi incluído no estudo em virtude da sua proximidade com os outros municípios, em termos geográficos e econômicos, tendo seu plano diretor sido realizado pela Universidade Federal de Alfenas.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi baseada na metodologia da *Observation, Développement et Ingénierie Touristiques – ODIT France*, que requer a escolha de um espaço determinado para aplicação dos instrumentos de pesquisa, como também, requer o posicionamento conceitual do que se entende por turismo sustentável. A partir deste quadro de análise, é possível preparar o diagnóstico turístico a partir do desenho do retrato do lugar, mas para tal é necessário tomar conhecimento sobre os processos turísticos já instalados, ou seja, a dinâmica dos empreendedores para criar atividades e equipamentos turísticos.⁶ Para o uso mais eficiente da metodologia, a mesma foi adaptada à realidade da microrregião.

⁶ AFIT- Agence Française de l'Ingénierie Touristique. Dans les territoires et les entreprises: guide de savoir-faire. Paris, 2001.

Propor uma metodologia como única e plenamente correta para planejar é praticamente impossível, sendo imprescindível que dependa da natureza do problema específico, dos meios disponíveis, das características de quem intervirá no processo e de quem será afetado por sua aplicação, assim como dos interesses destes (MOLINA e RODRÍGUEZ, 2001).

Em termos de método, quatro fases orientaram a análise: o retrato do lugar, o diagnóstico, a definição de eixos estratégicos e o plano de ação. A proposta do presente trabalho é cumprir as duas primeiras fases a fim de obter informações que servirão como base para a elaboração de estratégias e do plano de ação para o desenvolvimento do turismo na região em estudo.

O objetivo da primeira fase – o retrato do lugar – consistiu em reconhecer a diversidade de atores, públicos e privados, as suas práticas e as suas dinâmicas no território. Para definir o método do retrato dos lugares a problemática identificada foi estruturada sobre:

- a pergunta inicial, que está na origem do trabalho;
- o referencial teórico, que consiste de um levantamento das teorias de vários estudiosos referentes ao turismo, turismo sustentável, recursos hídricos, território e suas dimensões social, ética, ambiental e econômica, com o objetivo de fundamentar teoricamente as etapas do trabalho;
- a hipótese de trabalho, que supõe que a resposta à pergunta se encontre no campo de investigação;
- e o campo de investigação, isto é, a caracterização da área de estudo, que define a escala de análise e os objetos que serão estudados e permitem identificar as razões que favorecem ou limitam o desenvolvimento e a prática do turismo sustentável.

Para a elaboração do retrato do lugar, a metodologia prevê duas etapas – a *análise do território* e a *análise dos empreendimentos turísticos* – entretanto, como não é o objetivo deste trabalho caracterizar as empresas, esse grupo foi incluído na análise do território uma vez que é parte integrante do mesmo. Sendo assim, a análise do território identificou o que está em jogo para os atores, no que diz respeito ao território e ao turismo, além de informar sobre a diversidade de lógicas que os atores, no cenário, possuem a respeito das políticas locais.

Essa fase exploratória do estudo do território consistiu em um diagnóstico rápido do mesmo, com os objetivos de tomar conhecimento do que se sabe do turismo no território, identificar os principais atores e o seu posicionamento e por fim validar a problemática por meio das informações locais. Para responder a esses objetivos foi necessária a princípio,

uma pesquisa documental paralela aos trabalhos dos planos diretores dos municípios em questão. A finalidade desta coleta de dados foi obter, analisar e selecionar informações que serviram de complemento para a pesquisa de campo. No sentido de complementar os dados obtidos e conhecer a realidade e dinâmica da região em estudo, foram realizados trabalhos de campo (quadro 04).

ATIVIDADE	PERÍODO
1. Campo para coleta de dados junto às ações do plano diretor	12 a 21/07/06
2. Campo para coleta de dados e visita à área degradada em Guapé	08 a 10/03/07
3. Participação em reunião do Plano Diretor em Ilícinea e Campos Gerais	29 a 30/03/07
4. Visita à propriedade rural em Guapé e visita a Capitólio	02 a 03/06/07
5. Visita aos municípios para realização de entrevistas	25 a 29/07/07
6. Visita aos municípios para realização de entrevistas	07 a 09/09/07
7. Campo de reconhecimento da zona rural e atrativos dos municípios	06 a 12/10/07

Quadro 04: Trabalhos de campo realizados na área de estudo

Em seguida foi necessária a realização de uma pesquisa junto a “pessoas fonte” de forma a perceber diversas situações e opiniões. Essas pessoas foram escolhidas a partir da pesquisa documental e dos campos, pelo fato de terem conhecimento do território. Sendo assim, foi escolhido um representante de cada município do poder público ligado ao turismo, um líder local que esteve à frente dos trabalhos dos planos diretores, os empresários do turismo (alguns proprietários de restaurantes e hotéis), uma organização não-governamental, alguns proprietários rurais que atuam na produção de café, a Associação dos Municípios do Lago de Furnas – ALAGO e a empresa Furnas Centrais Elétricas. Esses três últimos setores não foram entrevistados diretamente, as informações foram obtidas por meio de conversas informais e de um debate público na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. As entrevistas foram conduzidas com ajuda de um roteiro de entrevista semi-estruturada (apêndice A), que continha o conjunto de informações julgadas interessantes e adaptadas à realidade da região em questão. O grupo “visitantes” não foi abordado tendo em vista o direcionamento do trabalho e o fato de que a atividade ainda é incipiente na região.

A referência ao território segundo a AFIT (2001) significa um modo de abordagem particular, sendo o território considerado como um modo de organização das atividades

econômicas sobre um espaço geográfico dado, constituindo um sistema aberto composto de um conjunto hierarquizado de sub-sistemas integrados em um sistema de dimensões mais amplas. Portanto, para a etapa do estudo do território, essa metodologia considera a dimensão social, econômica, ética e ambiental. Cada dimensão apresenta critérios para análise que, por sua vez, contém indicadores que em conjunto, proporcionaram a realização de uma análise aprofundada do território, segunda fase do trabalho (quadro 05). Sendo assim, essa análise tem o papel de lançar as bases para um planejamento mais responsável e coerente para o turismo na região considerada.

DIMENSÕES	Meio Ambiente	Economia	Social	Ética
CRITÉRIOS	Renovação	Rentabilidade	Reconhecimento	Governabilidade
	Prevenção	Integração Territorial	Inserção	Transparência
	Valorização	Flexibilidade	Prática da Parceria	Solidariedade-Tempo
	Quadro de Vida	Perenidade	Acessibilidade	Tolerância

Quadro 05: Critérios para uma abordagem na escala do território

Fonte: AFIT (2001)

O objetivo dessa fase consistiu em interpretar os sinais observados no retrato do lugar, a fim de identificar sinais que poderiam traduzir ameaças, oportunidades, forças e falhas de acordo com os tipos de atores, possibilitando a verificação dos aspectos inerentes à dinâmica do turismo na região estudada e uma reflexão sobre os desafios e as possibilidades de desenvolvimento do turismo na região estudada. Essa fase foi construída a partir da caracterização da área de estudo e do reconhecimento da diversidade de atores, suas práticas e dinâmicas nesse território por meio de consulta a “pessoas-fonte”, aliada a uma pesquisa exploratória que se dividiu em pesquisa documental e bibliográfica, além da observação participante durante os campos realizados.

Ainda nesta fase foi feito o levantamento dos pontos com atrativos turísticos, tomando-se nota das coordenadas geográficas dos atrativos através de GPS. Em cada atrativo era feito o registro fotográfico do local de interesse. A partir de informações dos planos diretores e de agentes locais, o levantamento de campo se baseou em pontos prioritários e que já apresentavam uma certa infra-estrutura e reconhecimento turístico. Posteriormente, foram elaborados o Mapa de Atrativos Turísticos da Península Guapé – Campos Gerais, escala 1:320.000, e o de Balneabilidade na mesma escala, utilizando-se para mapeamento a Base

Geominas (1997) e Imagens de Satélite Landsat (2000); projeção utilizada: UTM - WGS84 - Fuso 23. Os mapas de localização da microrregião da península (escala 1:200.000), de uso e ocupação do solo e topográfico (escala 1:175.000) se utilizaram da base digital Geominas, escala 1:50.000, mancha urbana digitalizada a partir de imagem Landsat (2000), UTM - DATUM SAD-69 - Fuso 23 Sul.

A fase seguinte é a definição dos eixos estratégicos com vistas a ressaltar os pontos fortes e amenizar os pontos fracos do turismo local, isto é, corresponde a orientações para guiar o cenário do plano de ação. As estratégias constituem-se em modelos de objetivos de desenvolvimento prioritários para o turismo sobre o território e leva em conta o conjunto de elementos verificados na análise.

A quarta e última etapa consistiu em organizar e hierarquizar as ações que correspondem aos principais objetivos de desenvolvimento verificados na fase dos eixos estratégicos. Em cada proposta foi detalhado seu objetivo, justificativa, atores responsáveis e resultados esperados. A figura 03 representa uma síntese das etapas da metodologia da pesquisa.



Figura 03: Fluxograma da metodologia

5 O LAGO DE FURNAS

O presente capítulo inicia o estudo de caso apresentando o contexto da construção do Lago de Furnas e a síntese dos conflitos verificados nesse território. Este capítulo se une ao próximo no intuito de proceder a um breve diagnóstico com o objetivo de tomar conhecimento do que se sabe do território.

5.1 O contexto da construção do Lago de Furnas

O uso público da hidreletricidade no Brasil segundo Santos e Freitas (2000) data dos últimos anos do Império, tendo como característica uma relação estreita com os ciclos de desenvolvimento nacional. Devido ao crescimento das exportações no país, houve uma modernização da infra-estrutura, necessária à produção e ao transporte de mercadorias, que abrangia serviços públicos urbanos como linhas de bondes, água e esgoto, iluminação pública e a geração e distribuição de energia. Com o aumento da urbanização e das atividades industriais o investimento em energia elétrica que era tímido passou a ser mais visado.

De acordo com dados da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (2006) em 1883 entrou em operação a primeira usina hidrelétrica brasileira, localizada em um afluente do rio Jequitinhonha no município de Diamantina (MG). A segunda de Minas e do país teria sido realizada pela Companhia Fiação e Tecidos São Silvestre para o fornecimento de energia à fábrica desta empresa em Viçosa, no ano de 1885. As fontes de geração hidrelétrica teriam despontado como principal opção para a produção de energia elétrica, uma vez que havia escassez de reservas carboníferas de boa qualidade.

Às vésperas da proclamação da República foi inaugurada em setembro de 1889 a usina de Marmelo, primeira usina hidrelétrica de maior porte direcionada ao serviço público. Com uma potência instalada de 250 KW foi construída no rio Paraibuna e tinha como objetivo fornecer eletricidade para iluminação pública de Juiz de Fora (MG). Entre os anos de 1880 e 1900, o surgimento de pequenas usinas deveu-se a necessidade do fornecimento de energia para os serviços públicos, assim como para a mineração, o beneficiamento de produtos agrícolas, fábricas de tecidos e serrarias. A energia gerada em excedente pelas usinas era aproveitada em redes pequenas de distribuição implantadas pelos seus

proprietários e, dessa forma, foram se expandindo pelas regiões vizinhas, o que motivou o aumento de potência de várias usinas (SANTOS e FREITAS, 2000).

A evolução da geração de energia sempre esteve intrinsecamente atrelada aos períodos de crescimento econômico, implicando aumento da demanda por energia e da oferta instalada. Nos períodos de recessão, o setor também verificava uma queda no ritmo de implantação de empreendimentos. Nas primeiras décadas do século XX, a potência instalada aumentou consideravelmente com o fluxo de recursos financeiros e tecnológicos do exterior para o setor elétrico. Predominando o investimento hidrelétrico, multiplicaram-se as companhias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica nas pequenas localidades. As duas primeiras companhias de eletricidade sob controle de capital estrangeiro, que tiveram importância na evolução do serviço elétrico, foram a Light e a AMFORP, instaladas nos dois centros onde nasceram a indústria nacional, São Paulo e Rio de Janeiro (SANTOS e FREITAS, 2000).

Na década de 1920, o estado de Minas Gerais era o que abarcava o maior número de usinas e empresas de eletricidade, ficando em 3º lugar em relação à potência instalada (42 mil KW), atrás de São Paulo que liderava o ranking nacional com 155 mil KW e do Rio de Janeiro (61 mil KW). Paralelamente, a promulgação do Código das Águas em 1934 alterou integralmente o regime jurídico do setor elétrico, assegurando à união “o monopólio do poder de concessão dos aproveitamentos hidrelétricos, determinando ainda a fiscalização técnica, contábil e financeira das empresas do setor” (CEMIG, 2006, p. 18).

O capital privado teve participação predominante no desenvolvimento do setor até meados do século XX, quando se iniciou um novo ciclo de expansão de empresas públicas federais e estaduais. Essa crescente intervenção estatal na indústria de eletricidade, solidificada com a constituição das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás em 1962, alterou significativamente a base produtiva e a estrutura de propriedade desse setor. Houve então uma ampliação técnica dos empreendimentos com a construção de grandes hidrelétricas, em locais afastados dos principais centros consumidores, além da implementação de extensas linhas de transmissão (CEMIG, 2006).

No final da década de 1950 iniciou-se a construção da barragem de Três Marias, seguida imediatamente pela barragem de Furnas. Ambas foram as primeiras barragens modernas de grande porte construídas no país, marcando o início de um crescimento acelerado da capacidade instalada que passou de 5000 MW, antes do início da operação das duas usinas, para 67000 MW no ano de 1999 (VIOTTI, 2000).

Segundo o Jornal Estado de Minas (1999a) na década de 1950 e nos primeiros anos da década seguinte, o país enfrentou uma grave crise de energia elétrica que teve início nas décadas de 30 e 40 exigindo do governo brasileiro a adoção de uma política de racionamento com prejuízos para a economia e a sociedade de forma geral. A expansão do parque gerador para atender a demanda e garantir o processo de industrialização do país, requeria uma nova configuração da participação dos diferentes atores – público e privado – dentro do setor elétrico. Surge então o Plano Nacional de Eletrificação elaborado durante o segundo governo Vargas, considerado um dos primeiros instrumentos que visava estabelecer estrutura e diretrizes para o desenvolvimento do setor elétrico no Brasil.

O Plano definia o papel do estado como um produtor de energia elétrica, até então nas mãos do capital estrangeiro, recomendando assim a intervenção direta do estado nas áreas foco da crise – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – por meio de investimentos dentro do segmento de geração de energia. Além disso, recomendava um amplo esforço no período de 10 anos com o propósito de solucionar a escassez de suprimento de energia elétrica (atingindo uma capacidade instalada de 8.000.000 KW em 1965) e de garantir a industrialização do País bem como indicava a interconexão dos sistemas elétricos existentes e a instalar a unificação da frequência elétrica, a padronização das voltagens de transmissão e de distribuição, entre outros. (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1999a).

Entretanto, a expansão do parque de geração de energia elétrica com a implantação de aproveitamentos hidrelétricos de grande porte, somente foi iniciada de forma efetiva durante o governo de Juscelino Kubitschek inserida na política desenvolvimentista que marcou sua gestão. No ano de 1954 o país dispunha de apenas 3.000.000 KW instalados, entretanto estimava-se que somente a região Centro-Sul necessitaria, entre os anos de 56 a 66, de mais de 1.000.000 KW para evitar um colapso no sistema. As usinas de Itutinga, Camargos e Peixoto que vinham sendo construídas pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) não eram suficientes para atender a demanda. Sendo assim, foi proposta em 1957 a instalação de nove usinas hidrelétricas no país, de forma que em 1961 o setor atingisse a potência instalada de 5.500.000 KW.

A CEMIG realizou então, estudos sobre o potencial energético do rio Grande que apontaram como local adequado o *canyon* de Furnas para a implantação de uma grande barragem, um pouco acima de onde o rio forma a divisa entre Minas Gerais e São Paulo. De acordo com os estudos, o rio Grande apresentava um grande potencial hidráulico e o local conhecido como “corredeiras das furnas” (grifo do autor) no município de Alpinópolis foi

escolhido para a construção da barragem de Furnas, com o objetivo de criar uma considerável fonte de energia na região Centro-Sul do país, atendendo simultaneamente a diversos mercados consumidores, além de regularizar o regime fluvial do rio Grande e estabelecer a ligação dos principais sistemas elétricos da região.

[...] tivemos oportunidade de chamar a atenção para a existência de um imenso potencial hidrelétrico de cerca de 10 milhões de cavalos, até agora praticamente desconhecido, situado no rio Grande, bem no meio do triângulo formado pelos três grandes centros mencionados, e em condições de suprir economicamente qualquer um deles ou mesmo todos eles simultaneamente, tais as suas proporções. (COTRIM, 1955, p. 3-4)

Nascia assim, no dia 28 de Fevereiro de 1957 a Usina de Furnas (Figuras 04 e 05), pelo então presidente Juscelino Kubitschek que criou por escritura pública a Central Elétrica de Furnas S. A. As obras foram iniciadas em julho de 1958 e as comportas foram fechadas em janeiro de 1963. Além de ser considerado um marco de instalação de grandes empreendimentos hidrelétricos no Brasil, Furnas possibilitou a regularização total do rio Grande e a construção de oito usinas hidrelétricas com mais de 6.700.000 KW de capacidade instalada (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1999a).



Figura 04: Barragem de Furnas
Fonte: <http://www.furnas.com.br>



Figura 05: Mapa do Sistema Furnas
Fonte: <http://www.furnas.com.br>

A Usina está situada no médio rio Grande, no município mineiro de São José da Barra que foi desmembrado do município de Alpinópolis em 1997, dista cerca de 580 Km do Rio de Janeiro, 492 Km de São Paulo e 355 Km de Belo Horizonte. No seu nível máximo, o reservatório ocupa uma área de 1.440 Km² que corresponde a quatro vezes a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. A capacidade de armazenamento total é de 22,95 Km³ de

água, com um volume útil de 19,36 Km³ e perímetro de 3.500 Km. O reservatório possui uma forma ramificada constituída por dois braços, sendo o principal formado pelas águas do rio Grande com extensão de 240 Km e o outro formado pelo rio Sapucaí, com 170 Km de comprimento. A bacia de drenagem possui uma área total de 50.464 Km² englobando, em sua área de influência, 52 municípios, dos quais 34 são lindeiros, compondo uma população estimada em 720.000 habitantes em 1991 (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1999a). A represa possui cota máxima de operação a 768 m e mínima em 750 m. A região compõe a unidade administrativa estadual GD3 (figura 06), que já conta com o Comitê de Bacia Hidrográfica do Entorno do Lago de Furnas atuando na gestão participativa das suas águas (SEAP, 2007).

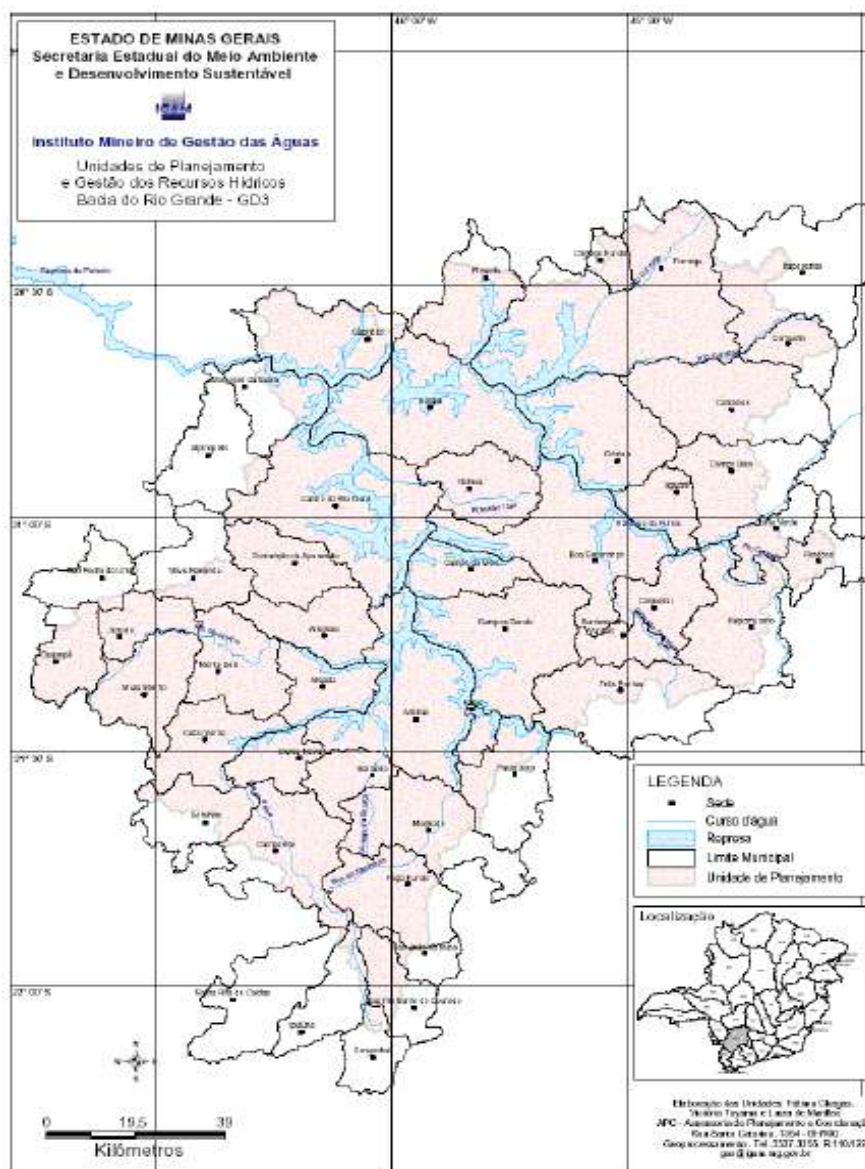


Figura 06: Mapa das Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos Bacia do Rio Grande – GD3
Fonte: SEAP (2007)

5.2 Os conflitos de uso das águas do Lago de Furnas

“A barragem já está construída, e agora?”
(Dionísio et al. (s.d.), sobre a Barragem de Alqueva-Portugal)

A implantação de reservatórios causa interferências no meio físico, biótico e sócio-econômico, de proporções e intensidades variáveis com as especificidades do empreendimento hidrelétrico e as da região onde está localizado. Em relação às questões sociais, o setor enfrentou um grande processo de desenvolvimento na tentativa de lidar com os conflitos entre os interesses nacionais e dos setores associados ao suprimento de energia e os interesses locais ou regionais de grupos sociais afetados, seja direta ou indiretamente, pela implantação dos reservatórios. No caso da Usina de Furnas, sua criação se deu num momento em que não havia ainda uma política ambiental consolidada no Brasil e a percepção em relação ao meio ambiente era distinta da atual. No entanto, FURNAS adotou desde o início, segundo o Jornal Estado de Minas (1999a), procedimentos e critérios para minimizar os impactos sociais da obra, assim como iniciou ações pioneiras na conservação da fauna aquática da bacia do rio Grande e em estudos para o aproveitamento do potencial turístico do lago.

De acordo com o Jornal Estado de Minas (1999b), o primeiro desses estudos relacionados ao turismo foi o *Plano de Desenvolvimento do Lago de Furnas*⁷, realizado em 1975, por um consultor do Tennessee Valley Authority (TVA) dos EUA, acompanhado por equipes técnicas de FURNAS e da Secretaria de Indústria, comércio e Turismo do Estado de Minas Gerais.

Em estudo realizado sobre a crise de energia da região Rio-São Paulo e o potencial hidrelétrico do rio Grande, Cotrim (1955) trata da situação dos principais mercados consumidores da época, a previsão do crescimento do consumo e do potencial significativo do rio Grande, considerado por ele a “chave do problema” (grifo nosso). O turismo foi mencionado nesse estudo que destacou o valor turístico da obra, uma vez que além da ampla geração de energia elétrica, formaria-se como consequência uma vasta extensão de

⁷ O Plano de Desenvolvimento do Lago de Furnas realizado em 1975 tinha como objetivos preparar uma linha de ação para o desenvolvimento do Lago de Furnas, escolher uma área de maior prioridade para o desenvolvimento e preparar um plano sobre o uso da terra para cada área proposta para o desenvolvimento e, finalmente, sugerir o tipo de organização necessária à implantação do plano. Sendo assim, na região norte foram propostos modelos de ocupação e desenvolvimento do turismo formados por centros turísticos pontuais e autônomos, vinculados a áreas de relevância paisagística e de recursos turísticos ligados a atividades náuticas. Na porção sul que possui maior concentração populacional, o plano propôs modelos configurados por centros turísticos de coesão ligados a cidades e distritos e sujeitos às áreas onde se pratica a pesca (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1999a).

lagos interiores de altitude elevada e clima ameno, condições propícias para o desenvolvimento, em seu entorno, de uma grande “indústria turística” (grifo do autor). Em estudo posterior Cotrim (1958) afirmou que o grande lago interior, criado pela Central Elétrica de Furnas S. A. em meio a uma paisagem diversificada, proporcionaria oportunidades para o turismo, principalmente de veraneio, esportes náuticos e pesca esportiva, entre outros. Assim como acontecia de forma semelhante em outros países, embora houvesse danos imediatos a área do reservatório seria sem dúvida, a longo prazo, beneficiada com a construção da barragem de Furnas.

Fator crucial para o desenvolvimento econômico, a implantação da usina resultou por outro lado segundo Engel (2003) no empobrecimento da população de várias cidades do sul de Minas atingidas pelas desapropriações. Sendo a pecuária leiteira grande fonte de renda da atividade agrícola, a criação do lago causou um impacto negativo à economia local, seja pela perda da fonte de alimento para o gado, uma vez que as várzeas eram a única fonte de proteínas de maio a setembro, além do baixo valor das indenizações pagas aos proprietários das terras que foram inundadas. Por meio do crescimento da atividade agrícola cafeeira, após quase quatro décadas, a região vem se restabelecendo observando também um aumento da utilização do lago para irrigação, pesca, lazer e turismo.

O café é uma das atividades econômicas mais importantes da região, tanto como gerador de renda como de empregos, sendo que boa parte dos grandes produtores de café do sul de Minas desenvolve-se no entorno do reservatório. A pesca por sua vez se constitui de um dos principais usos que se faz do lago, contando com um número considerável de pescadores profissionais cadastrados nas colônias de Alfenas e Formiga, sendo que a pesca amadora tem sido a principal atração para o lazer e turismo da região. No sentido de apoiar esta atividade na represa, FURNAS tem um programa de repovoamento do reservatório com estações de piscicultura. Em relação ao turismo, a atividade vem se desenvolvendo rapidamente muito em função da duplicação da rodovia Fernão Dias que facilitou o acesso à região dos Lagos, tanto para Belo Horizonte como para São Paulo. Ocorreram assim investimentos importantes na região, alguns deles financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) através do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) que criou uma linha especial para financiamento de pequenos empreendimentos turísticos (ENGEL, 2003).

Entretanto, ainda segundo Engel, o Lago de Furnas vem enfrentando, nos últimos anos, conflitos relacionados ao uso dos recursos hídricos em decorrência do rebaixamento prolongado do nível de água do seu reservatório. A mobilização da comunidade local partiu

do empresariado ligado ao setor de turismo e lazer, pois houve uma diminuição significativa de turistas na região, atividade econômica importante em diversos municípios lindeiros ao lago. Diante de tal situação, foi fundada em 1999 a Associação dos Usuários do Lago de Furnas (ASUL), com vistas a garantir o uso múltiplo das águas do reservatório. Iniciou-se, então, um levantamento de informações e tendo por base os dados disponibilizados por FURNAS relacionados à operação do reservatório desde 1985, os níveis mensais de água (cota máxima e mínima) desde 1966 e os dados sobre chuva obtidos por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi elaborado um estudo para caracterização dos períodos de seca da região. Buscou-se também informações e estudos relativos ao uso das águas do Lago de Furnas, tendo-se encontrado o *Plano de Desenvolvimento do Turismo Integrado no Lago de Furnas*, contratado pela Secretaria de Lazer e Turismo do Estado de Minas Gerais (SELT/MG) em 1996 à empresa espanhola *Gerc Inartur Associados*.

O Plano identificou um grande potencial da região para atração de visitantes, no entanto para isso seria necessário dispor de condições adequadas de estrutura turística – por meio de investimentos em rodovias e energia elétrica – e investimentos da iniciativa privada relacionadas a acomodações e instalações de lazer para o turista. A manutenção da qualidade e dos níveis da água do lago também foi apontada como condição fundamental para o desenvolvimento do turismo na região (ENGEL, 2003).

Resultado de condições hidrológicas desfavoráveis e da redução dos investimentos no setor elétrico do país entre outros, o baixo nível das águas do reservatório de Furnas por um período prolongado culminou em perdas consideráveis para os diferentes usuários das águas do lago, que passaram a pleitear uma cota mínima de operação do lago em torno de 762 m, bem como recursos para o tratamento dos esgotos urbanos. As informações obtidas pela ASUL permitiram a elaboração de um quadro de conflitos de uso das águas (quadro 06).

ATIVIDADE	CONFLITO
Turismo	A redução no movimento de turistas e correspondente perda de ocupação das unidades de hospedagem e de alimentação disponíveis na região chegou a 70%.
Agricultura	A geada nos cafezais, ocorrida em Julho de 2000, reduziu em cerca de 40% a produção das plantações vizinhas ao reservatório.
Pecuária	Transtornos nas propriedades lindeiras para a dessedentação do gado e necessidade de ampliação das cercas de divisa.

Pesca	Redução na qualidade e na quantidade de peixes. A perda no volume de diluição agravou o problema dos agrotóxicos e do oxigênio dissolvido nas águas do Lago de Furnas, conforme indicado no relatório da FEAM.
Saneamento básico	A redução no volume de diluição piorou sensivelmente a qualidade da água do Lago de Furnas, [...]. O visível aumento na população de algas nas regiões a montante do reservatório foi concomitante à ocorrência de diversos surtos de doenças de veiculação hídrica [...] em cidades abastecidas pelo lago.

Quadro 06: Síntese dos conflitos em Furnas
Fonte: Adaptado de Engel (2003).

Considera-se portanto, a necessidade de uma gestão integrada do reservatório de Furnas, objetivando o uso múltiplo das suas águas por meio da formulação, segundo Engel, de um plano de recursos hídricos como previsto na Política, além de um plano de despoluição da Bacia Hidrográfica.

De acordo com Santos (2003), a mesma tem como uma de suas funções arbitrar em casos de conflitos de interesses relativos à água, seja em rios de domínio da União como também em reservatórios de centrais hidrelétricas. Essa função vem requerendo da agência a tomada de decisões para minimizar os efeitos decorrentes da utilização da água para geração de energia elétrica e nos demais usos de interesse da sociedade. O setor elétrico até pouco tempo esteve, de certa forma, livre de conflitos por causa dos sucessivos anos favoráveis à hidrologia e da inexistência de legislação que garantisse o uso múltiplo da água. Entretanto essa situação mudou com a edição da legislação que estabeleceu a equidade entre os diversos usos e pela redução da afluência de água ao reservatório, resultante de uma sequência de anos que apresentaram índices pluviométricos abaixo da média histórica.

A água armazenada no reservatório de Furnas é uma das bases que sustentam a economia regional, dependente do recurso recebido por compensação financeira originada do pagamento pela geração de energia elétrica e das atividades ligadas direta ou indiretamente ao turismo e a agricultura. Junto ao interesse público de ampliação das receitas está a iniciativa privada que tem prejuízo, principalmente o setor terciário, em decorrência do rebaixamento do nível do reservatório. Muitos investimentos que antes se situavam à beira do lago, agora se encontram a alguns quilômetros de distância. Entre os prejuízos ambientais mais relevantes apontados por Santos está a questão do esgoto

proveniente das áreas urbanas, o deplecionamento do reservatório até níveis extremos e a exposição de extensas áreas de margens que acelera o processo de assoreamento.

No caso do esgoto, anteriormente era lançado diretamente no lago, mas embora não sofresse nenhum tratamento, o mesmo tinha uma enorme capacidade de diluição, reduzindo significativamente seu impacto no meio ambiente. No entanto, agora tem que percorrer grandes distâncias a céu aberto comprometendo a saúde de pessoas e animais que com ele possam ter contato. O deplecionamento por um longo período vem acarretando o aparecimento de grande quantidade de vegetação e quando há o retorno das águas para o nível ideal de operação, a vegetação entrará em decomposição, refletindo na piora da qualidade da água, principalmente junto às margens onde justamente ocorrem a maior parte das atividades turísticas e de pesca. A exposição de grandes áreas de margens, principalmente as de topografia mais acidentada, acelera o assoreamento em decorrência do carreamento do solo. Sem a proteção da vegetação, o solo é levado pelas águas da chuva, reduzindo o volume do reservatório e também dificultando o uso das águas próximas às margens.

O objeto da tomada de decisão é a definição de um determinado nível mínimo do espelho d'água, determinando um volume útil do reservatório, inferior ao volume destinado inicialmente para a geração de energia elétrica. De tal forma que a variação do nível d'água possa afetar da menor maneira possível a sustentabilidade dos demais usos, que se implantaram e desenvolveram ao longo do tempo. (SANTOS, 2003, p.412).

Os atores envolvidos neste conflito, ainda de acordo com Santos, são as prefeituras dos municípios que tiveram parte de seus territórios alagados pelas águas da Usina de Furnas e que em vários casos usam as águas do lago para abastecimento público e diluição de efluentes; os proprietários rurais que atuam na área da agricultura irrigada; empresários ligados ao turismo, que têm seus empreendimentos próximos à cota na qual o reservatório era operado; os proprietários de imóveis construídos às margens do lago; as organizações não governamentais; a empresa Furnas Centrais Elétricas; e finalmente o Operador Nacional do Sistema (ONS). Cada ator apontado apresentará dentro do conflito interesses próprios e divergentes, denominados por Santos de interesses setoriais.

No caso de FURNAS, devido ao volume de água acumulado a empresa pode permanecer gerando energia com grande capacidade, até mesmo nos períodos de seca, quando esse processo somente se torna possível com um intenso deplecionamento do reservatório. Sendo assim, é do interesse da empresa usar a água para alcançar a máxima eficiência na produção de energia.

O ONS como responsável pela operação de todo o sistema de produção e transmissão da energia elétrica no Brasil, precisa ter todas as possibilidades operacionais, visando o melhor desempenho do sistema. Dessa forma, é do seu interesse usar a água disponível num determinado reservatório, gerando mais energia de forma a acumular água em outros, uma vez que existem possibilidades, mas também limitações do sistema. Sob esse aspecto, a variação no nível do reservatório de Furnas deveria respeitar somente as limitações técnicas ditadas tanto pelo projeto de engenharia quanto pela operação da usina.

Em relação às prefeituras municipais, ao todo são 34 municípios diretamente afetados pelas águas de Furnas recebendo por isso uma compensação financeira, que é proporcional à área alagada em seus territórios e a quantidade de energia gerada pela usina. Em vários municípios os valores da compensação são consideráveis e, sendo assim, uma redução no volume útil do reservatório acarretaria em uma redução da produção de energia e, conseqüentemente, o decréscimo relativo dos valores recebidos. Reduzindo essa fonte de receita direta, os municípios se deparam com uma queda nas atividades ligadas ao turismo, setor que se constitui em um pilar importante da economia da região em virtude dos atrativos oferecidos pelo lago.

O crescimento do desemprego, a queda na arrecadação de tributos municipais, bem como a redução da indústria da construção civil, afetam intensa e diretamente os municípios. Somados a esses fatores, está o problema do lançamento do esgoto a céu aberto e a dificuldade de captação de água para abastecimento. Neste sentido, esses municípios representados pela Associação dos Municípios do Lago de Furnas (ALAGO), mobilizam-se para garantir uma cota mínima para operação do reservatório. Divergindo dos interesses de FURNAS e ONS, caso haja a elevação da cota mínima de operação definida pelo projeto técnico da usina para a sugerida (762 m), isso representaria uma redução de cerca de 50% do volume útil do reservatório e da água disponível que assegure o funcionamento pleno da usina nos períodos secos.

Para os empresários do setor turístico, delineia-se um quadro de retração da atividade com desempregos e falta de novos investimentos. Muitos dos projetos implantados foram atingidos pelo rebaixamento do lago e, assim, muitos encerraram as atividades causando prejuízos para a economia local. Como os empreendimentos foram construídos acima da cota máxima de alagamento, é do interesse desse setor que seja determinada uma cota mínima operacional a mais próxima possível da primeira.

Assim como os empresários ligados ao turismo, os proprietários de imóveis construídos às margens do lago também defendem o interesse em relação ao nível do reservatório. O poder de atração do lago levou muitas pessoas a adquirirem terrenos em suas margens, multiplicando as construções destinadas ao lazer, normalmente com

ancoradouros permitindo o uso das águas em diversas atividades recreativas. Embora a faixa de preservação permanente que deve ser mantida no entorno dos lagos não tenha sido de forma geral respeitada, muitos desses imóveis estão no local desde o enchimento do lago sem que tivessem sido embargados, o que criou de certa maneira uma cultura de construção próxima à linha da água, facilitando a prática de esportes náuticos valorizando, conseqüentemente, os imóveis.

Para os proprietários rurais que atuam na área da agricultura irrigada, atividade esta que se desenvolve de forma preferencial nas áreas de várzea e que fazem o uso das águas do lago geralmente através da irrigação por aspersão, um pequeno deplecionamento do nível do reservatório significa um grande afastamento da água em relação à área cultivada, uma vez que a topografia do terreno onde se pratica a atividade é plana. Dessa forma, é do interesse desse setor que o nível da água permaneça bem elevado com pequena variação anual.

E finalmente as Ong's que atuam em defesa do ecossistema do lago, defendem seu interesse nas questões ambientais já citadas, preconizando a manutenção do reservatório em cotas elevadas e que apresente um mínimo de variação de operação.

Conhecer o objeto motivo dos conflitos é, para Santos, fundamental na tentativa de articular os diversos interesses em torno do mesmo. Além disso, é essencial a preocupação com as conseqüências futuras das decisões que forem tomadas, pois muitas vezes podem levar a situações irreversíveis, principalmente sob o aspecto ambiental.

6 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Em continuidade ao capítulo anterior e como ponto de partida para desenhar o retrato do lugar com vistas a reconhecer a diversidade de atores e as suas práticas e dinâmicas no território em estudo, torna-se necessário antes de tudo compreender as características desse território. Essa caracterização foi construída a partir dos planos diretores dos municípios⁸ e, posteriormente, integrada aos resultados da consulta à “pessoas-fonte” com o objetivo de reunir informações necessárias para a reflexão proposta.

6.1 O meio biofísico e o uso do solo

A região em estudo é localizada na região Sul de Minas Gerais, às margens da represa de Furnas, tendo como municípios limítrofes Pimenta, Formiga, Cristais, Aguanil, Coqueiral, Santana da Vargem, Três Pontas, Paraguaçu, Fama, Alfenas, Carmo do Rio Claro, São José da Barra e Capitólio. As principais rodovias que atendem os municípios em estudo são a BR-381, a BR-265 e a MG-167, encontrando-se a aproximadamente 300 Km de Belo Horizonte.

Dos 34 municípios, somente quatro – *Boa Esperança*, *Campo do Meio*, *Fama* e *Guapé* – têm a sede às margens do Lago, ou seja, dos cinco municípios em estudo, três proporcionam à população o contato direto com o lago. *Boa Esperança* é um dos municípios de maior lâmina d’água (136,57 km²) e *Ilicínea* o menor (0,02 km²).

Geologicamente a região de Furnas é inserida na borda sul do Cráton do São Francisco, na Província Estrutural de Tocantins (Faixas Uruaçu e Brasília). Do ponto de vista estratigráfico as rochas da região são representadas pelo embasamento indiviso (granitos-gnaisses), Grupo Araxá (xistos verdes, micaxistos e migmatitos), Formação canastra (filitos e

⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Plano diretor participativo do município de Campo do Meio**. Fundação de Apoio à cultura, ensino, pesquisa e extensão de Alfenas, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Plano diretor participativo do município de Boa Esperança**. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. Instituto de Geociências: GAGEA/CPMTC, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Plano diretor participativo do município de Campos Gerais**. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. Instituto de Geociências: GAGEA/CPMTC, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Plano diretor participativo do município de Guapé**. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. Instituto de Geociências: GAGEA/CPMTC, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Plano diretor participativo do município de Ilicínea**. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. Instituto de Geociências: GAGEA/CPMTC, 2007.

quartzitos) e rochas do Grupo Bambuí (ardósias, calcários e conglomerados). A microrregião é composta de duas áreas distintas, que pode ser compreendida a partir uma linha imaginária do Município de *Boa Esperança* a Carmo do Rio Claro.

Na porção sul, compreendendo os municípios de *Boa Esperança*, *Campos Gerais* e *Campo do meio*, o relevo predominante é o de colinas suaves e o tipo de solo é o Latossolo vermelho escuro, conformação que propiciou a essa área maior uso de atividades agrícolas (mapa 01). Em relação à topografia desses municípios (mapa 02), as altitudes da Serra da Boa Esperança variam de 1000 a 1300 metros, consideradas as mais altas de *Boa Esperança*, cuja parte oeste é caracterizada por relevo suave ondulado com vertentes côncavo-convexas e altitudes de variam de 750 a 940 metros. A sede do município de *Campos Gerais* encontra-se numa altitude média, a cerca de 850m. Em consequência dessas características geológicas o relevo da área é muito mais acidentado, exibindo serras altas com vertentes íngremes, como a de Campos Gerais. O relevo do município de *Campo do Meio* é plano com elevação ao sul, caracterizado por planaltos circundados por talvegues naturais (vales), com cota média de 774m.

Considerando os grandes biomas brasileiros, a cobertura vegetal mais comum nesses municípios é a de Cerrado, que se encontra bastante modificada, pois sofre pressão com o avanço das pastagens que dão suporte para a agropecuária dos municípios, além de sofrer com erosões e assoreamento. A monocultura de café é predominante, seguida do cultivo de milho. A cobertura vegetal predominante é associada ao uso do solo e composta basicamente por pastagens, cultivos, além de várzeas e áreas de floresta tropical semi-decídua.

Na porção norte, que compreende os municípios de *Guapé* e *Ilicínea*, os terrenos são inclinados, com altos platôs, limitados em algumas áreas por escarpas íngremes, formando assim paisagens de grande beleza cênica. Os solos como consequência da formação geológica e fisiográfica da região, são ao norte melhor para pastagens.

Em síntese, observam-se no município de *Guapé* dois domínios pedológicos calcados sobre as unidades de relevo e sua associação com os grandes tipos de rochas. O alissolo normalmente ocupa na paisagem as áreas de relevo mais acidentado, com superfície pouco suave e áreas de relevo suave mais jovem (rebaixada). As condições de relevo de certa forma dificultam o seu aproveitamento agrícola. Por outro lado, a parte central do município que ocupa a depressão bordejando as ramificações do lago, devido à topografia de colinas suaves, permitiu o desenvolvimento de latossolos vermelhos escuros. Em *Ilicínea* o relevo geral é o de uma depressão cujo fundo atinge a altitude de aproximadamente 900 metros, no centro em torno da cidade. Suas bordas elevadas são

MAPA USO DO SOLO 3

MAPA TOPOGRÁFICO 4

constituídas por serras que se elevam para 1300 metros à oeste e, principalmente, a leste onde um maciço serrano apresenta um aspecto pesado feito de morrarias altas com topos relativamente amenizados. Ao sul, as cristas serranas não ultrapassam cerca de 1100 metros de altitude, apesar de exibir um aspecto de barreira natural à penetração do território municipal. Do ponto de vista pedológico, o município encontra-se desprovido de bons solos que possam sustentar uma atividade agrícola com alta rentabilidade, entretanto a parte central da depressão, atapetada por latossolos, apresenta a marca mais forte da atividade agrícola com grande mancha de áreas cultivadas.

Com relação à cobertura vegetal, no município de *Guapé* predomina o cerrado e remanescente de matas ciliares e de galeria. Os fundos de vales mais encaixados, não apresentam espaço suficiente para o aproveitamento econômico e foram, conseqüentemente, deixados com suas faixas de matas ciliares. A faixa sudoeste do município mais acessível, a partir de *Ilicínea*, apresenta grandes manchas de campos limpos intercalados por matas de galeria residuais. Quanto à atividade agrícola, ela se expressa por pequenas manchas de terrenos cultivados, espalhados sem grandes concentrações. No entanto, sobre os latossolos da depressão central, observa-se um tamanho maior das manchas de cultivo, devido a melhor fertilidade desses. A cobertura vegetal do município de *Ilicínea*, por sua vez, apresenta domínios diferenciados. As áreas elevadas das serras exibem coberturas de cerrados, incluindo cerradões, cerrados, campos cerrados, campos limpos, o conjunto freqüentemente associado com florestas de galeria preenchendo os fundos de vales. Na parte norte do território municipal, são notáveis os remanescentes de matas ciliares entremeados de áreas agrícolas.

6.2 Grau de urbanização e ambiente sócio-cultural

Em um período de 30 anos, todos os municípios da microrregião verificaram aumento do seu contingente populacional, como em *Boa Esperança* que aumentou em 81%. Em 1970, a população total do município somava aproximadamente 20,5 mil pessoas, sendo que em 2000, esse número ficou próximo dos 37 mil. No caso do município de *Campos Gerais*, em um período de 30 anos o seu contingente populacional praticamente aumentou em 40%. Em 1970, a população total do município somava aproximadamente 20 mil pessoas e, em 2000, esse número ultrapassou os 26 mil. Uma característica importante é o fato de que *Boa Esperança*

possui um índice de desenvolvimento humano relativamente alto, de acordo com a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Entretanto, em relação à população rural, o município de *Boa Esperança* apresenta um forte decréscimo, uma vez que, em 1970, esse contingente representava algo em torno de 41% da população total e, em 2000, esse percentual caiu para 18% aproximadamente, tendência verificada também nos outros municípios, exceto em *Guapé*. Esse município atingiu o ano de 2000 com a população total residente de 13.620 habitantes; a população rural é composta por 7.333 indivíduos, enquanto que a população urbana abriga 6.287 pessoas, o que indica um grau de urbanização municipal da ordem de 46,16%. No caso de *Campos Gerais*, sua população rural representava algo em torno de 65% da população total e, em 2000, esse percentual caiu para 33% aproximadamente. Já o município de *Ilicínea* possuía no ano de 2000 uma população total residente de 10.532 habitantes, sendo que a população rural compõe o número de 2.895 indivíduos, enquanto que a população urbana é composta por 7.637 pessoas, o que indica um grau de urbanização municipal de 72,5%. E finalmente, com uma população estimada de 11782 habitantes, *Campo do Meio* possuía no ano 2000 uma taxa de urbanização de 87,78%.

Em relação à concentração da renda, na maior parte dos municípios é localizada na região central dos mesmos. Em *Boa Esperança* a concentração é presente na região central e oeste do município. Nestas regiões encontram-se as duas maiores médias de renda da população, sendo que a maior concentração se dá principalmente no centro da cidade e as menores médias de rendimento mensal estão distribuídas nas áreas periféricas ao centro. No caso de *Campos Gerais*, os habitantes de maior renda estão concentrados nas áreas centrais da sede municipal, porém a ocupação da população de mais baixa renda, por sua vez, representa a maioria da ocupação da cidade, estendendo-se por toda a parte sul, leste e oeste da zona urbana. Em *Guapé* a maior concentração da renda se localiza na região norte do município, abrangendo metade dos setores censitários. Nesses três municípios a distribuição da média de anos de estudo nas zonas censitárias segue o mesmo padrão da média de rendimento mensal.

Seguindo uma tendência diferenciada, *Ilicínea* está dividida em duas classes em relação à renda; os habitantes de maior renda estão concentrados nas áreas centrais, norte e centro-oeste da sede municipal. Porém sobre a educação, ela mostra um padrão diferente, uma vez que a região norte concentra a população de melhores condições sócio-econômicas com uma relação direta entre escolaridade e renda. A porção central é intermediária, com características de média escolaridade e melhor renda. As outras regiões se comportam com condição de renda desfavorecida com variações de escolaridade. Já em *Campo do Meio*,

tomando como base o índice de renda e habitação, nota-se que 86,58% da população recebe de 1 a 5 salários mínimos. O índice de população economicamente ativa (PEA) de *Campo do Meio*, segundo o censo, concentra o maior número de pessoas nos ramos de comércio, turismo, alimentação, transporte e comunicação com 35,2% da população economicamente ativa e no ramo de administração pública, defesa e seguridade social com 33,6% da população economicamente ativa. Em relação à educação, o município possui um índice de analfabetismo acima de 15 anos de 14,29%,

Tais inferências são importantes e devem ser levadas em conta para o planejamento de políticas sociais e de desenvolvimento dos municípios, incluindo a atividade turística.

6.3 Infra-estrutura básica e de apoio ao turismo

O desenvolvimento do turismo depende, entre outros fatores, da estrutura do núcleo receptor para atender a demanda turística e de como o mesmo cuida da sua organização e do meio ambiente, situação primordial para o bem estar da população local.

Todos os municípios da microrregião têm o Plano Diretor como instrumento de gestão municipal, embora apenas *Guapé* até o presente momento não o tenha aprovado na câmara. Além do Plano Diretor, *Boa Esperança* tem como instrumentos de gestão o Código de Posturas, o Código de Obras, o Código Tributário e o Código Sanitário, assim como *Campos Gerais* que não tem apenas este último. *Ilicínea* possui como instrumentos de planejamento e gestão as seguintes legislações urbanísticas: Lei Orgânica (1989), Código de Obras (1978), Código de Posturas (1978) e o Plano Diretor.

Em relação ao sistema de abastecimento de água, rede de esgoto e destino do lixo, os municípios apresentam situações semelhantes. O município cuja população é menos atendida com abastecimento de água é *Ilicínea* com 99%, sendo que os outros municípios atendem 100% da população. Em relação à rede de esgoto, a população menos atendida é a de *Guapé* (96%) e a mais atendida é a de *Ilicínea* (100%). Sobre o destino do lixo, de acordo com dados do IBGE para o ano de 2000 pode-se dizer que 79,8% dos domicílios de *Boa Esperança* eram atendidos pela coleta de lixo e em *Ilicínea* 71,8%, possuíam seu lixo coletado. Os outros domicílios não atendidos por este tipo de serviço, dispõem os seus resíduos em terreno baldio ou logradouros, enterram, jogam nos cursos d'água ou queimam, causando, desta forma, prejuízos ao meio ambiente dos municípios. Especificamente em

Campo do Meio, a coleta de resíduos sólidos domiciliares precisa de adequação nos centros e/ou nos bairros, pois não é realizada diariamente uma vez que três vezes por semana de coleta não atende a demanda.

Em relação ao sistema de comunicação, *Boa Esperança* possui três jornais locais, uma rádio FM e outra AM e canais de televisão aberta, assim como em *Campos Gerais* que possui duas emissoras de rádio locais que operam na cidade, com programação variada e prestação de serviços e os aparelhos de televisão sintonizam os principais canais abertos. O município de *Guapé* possui um jornal mensal local e dispõe ainda de uma rádio comunitária FM e *Ilicínea* tem uma Rádio AM. Todos os municípios contam com uma agência dos Correios e a telecomunicação é representada pela telefonia celular e fixa em todos os municípios, exceto em *Ilicínea* que ainda não possui cobertura de telefonia móvel na área do município.

No que diz respeito ao setor de saúde, *Boa Esperança* possui 18 estabelecimentos públicos de saúde e 11 privados, sendo um deles hospital. Atualmente o município de *Campos Gerais* conta com um hospital geral, um centro de saúde, um posto de saúde, dois laboratórios de análises clínicas, um pronto atendimento 24 horas, uma clínica de fisioterapia e um centro materno infantil. *Guapé* possui como estabelecimentos de saúde um hospital, doze postos de saúde, quatro postos do PSF (Programa de Saúde da Família), um laboratório municipal e um laboratório particular. Em *Ilicínea* o âmbito público conta com um hospital, quatro postos de saúde e um centro para o cuidado de idosos carentes e um hospital privado. E por fim em *Campo do Meio* não há atendimento público de saúde baseado no PSF e consta que a maior dificuldade é o acesso a serviços especializados, para os quais a população precisa se deslocar para outros municípios, principalmente para Alfenas. O atendimento da população rural é precário, não existindo posto de saúde na zona rural.

Sobre o sistema de segurança da microrregião, tem-se que *Boa Esperança* está equipado com quatro unidades policiais dentre elas uma Cia 172ª da Polícia Militar, uma Delegacia Seccional da Polícia Civil, uma Delegacia da Polícia Civil (cadeia pública) e uma Polícia Militar Ambiental. Estes estabelecimentos, em 2004, contavam com um efetivo de 979 policiais militares e 5594 policiais civis. Baseado nos dados da Fundação João Pinheiro para 2004, o município de *Campos Gerais* conta com cerca de um policial militar para cada 1161 habitantes. A Polícia Civil, por sua vez, garante um policial para cada 6968 habitantes, que equivale a apenas 4 policiais civis para toda a população. O município de *Guapé* está equipado com duas unidades policiais, sendo uma civil dependente da Delegacia Regional de Segurança Pública de Alfenas, e uma militar condicionada ao Batalhão da Polícia Militar de Varginha. Já *Ilicínea* atualmente não possui independência de suas delegacias; a

delegacia da polícia civil está sob o comando da Delegacia Regional de Segurança Pública de Alfenas e o destacamento da polícia militar está direcionado para o Batalhão Polícia Militar de Varginha. Em *Campo do Meio* a segurança é composta pela Polícia Militar e Polícia Civil. Nos três últimos municípios citados, é baixo o índice de criminalidade e furtos.

É preciso destacar que *Guapé* diferencia-se dos demais municípios da região por ter a quase totalidade de sua área urbana atual planejada e construída especialmente para se tornar a sede municipal. Isto se associou à construção da represa de Furnas e à conseqüente inundação dos leitos dos rios Grande e Sapucaí para a formação do Lago, onde se situava a antiga sede. Esse fato histórico faz com que Guapé possua nos dias de hoje uma estrutura viária hierarquizada e capaz de suportar o tráfego de veículos além de um sistema de drenagem de grande capacidade.

6.4 Realidade econômica e setores produtivos

Em termos de produção agrícola, referente ao setor primário, a lavoura de café constitui a atividade que mais se destaca na microrregião. O cultivo de café é praticado em todos os municípios estudados, sendo a cultura do milho outra atividade agrícola que merece destaque. Em termos de área colhida e produção, o milho e o café se destacam como as principais culturas agrícolas de *Guapé e Ilícinea*. A economia de *Campos Gerais* insere-se com destaque na pecuária leiteira além da produção de café, atividades bastante relacionadas aos arranjos produtivos relativos à agroindústria. Já em *Campo do Meio*, embora tenha a base de sua economia centrada na cultura cafeeira, grande fonte de riqueza do município seguida pelas culturas do milho, arroz e cana-de-açúcar, outras culturas de destaque apontam para a Saliba Florestal, com a produção de bicho da seda, criação de gado de corte e eqüinos de raça. Conta-se ainda com uma mini-indústria de aguardente de cana, cuja produção a cada ano vem alcançando melhores níveis de qualidade, tornando-se mais uma tradição no município. A exploração de quartzito, apesar dos inevitáveis danos ambientais que causa, mostra-se uma atividade de destaque no setor de extração mineral e um dos ramos de expansão da economia municipal de *Guapé e Ilícinea*.

A ocupação na atividade industrial, setor secundário da economia, de um modo geral é a menos expressiva. Tem destaque as fábricas de confecção de *Ilícinea*, grande gerador de empregos, e a agroindústria em *Campo do Meio* que corresponde às atividades de

transformação e beneficiamento de produtos animais ou vegetais com dois estabelecimentos na cidade, que apresenta também trinta indústrias de transformação e uma ligada à construção.

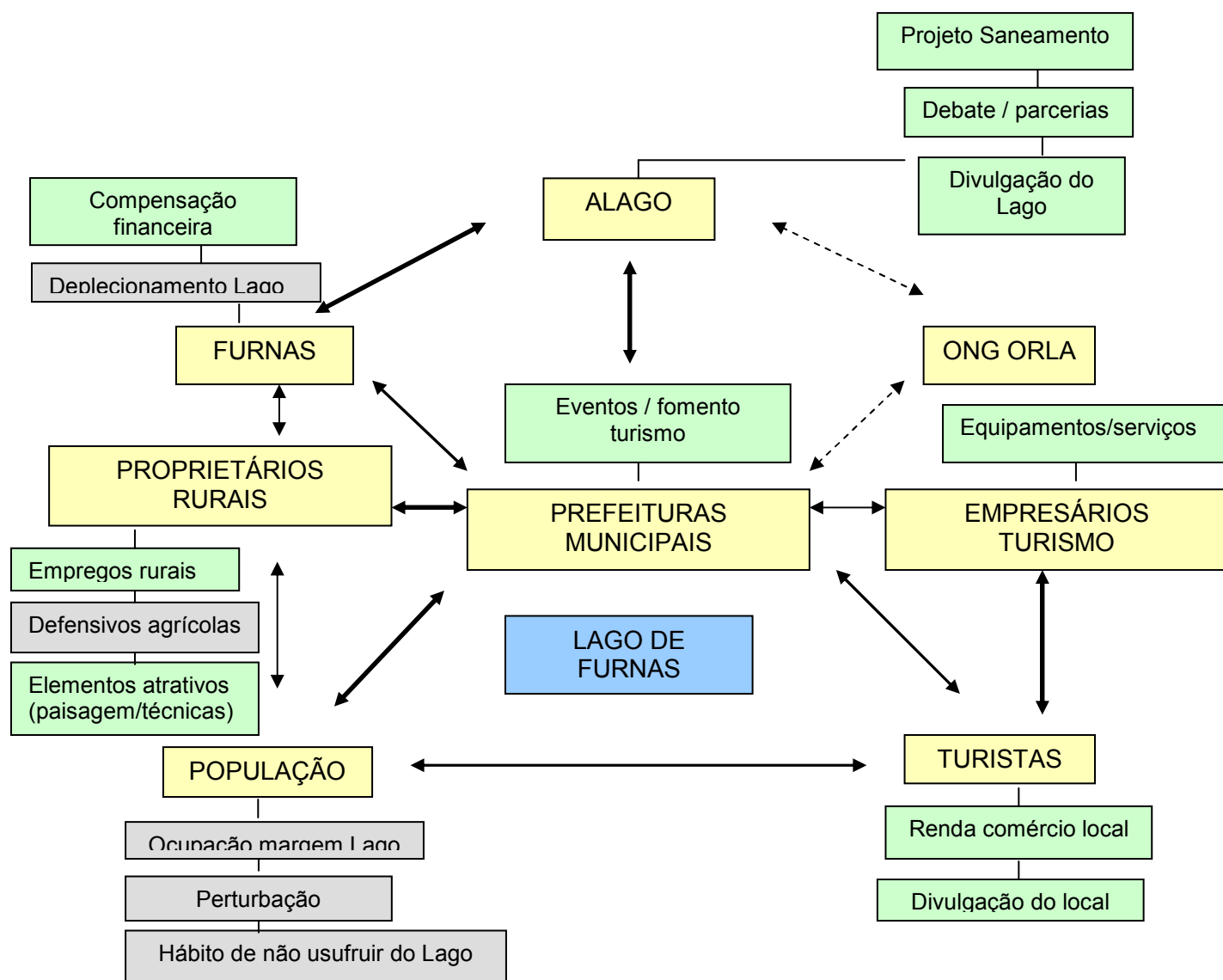
Conforme tendência regional, os dados em relação ao PIB indicam que o setor que mais se destaca em *Boa Esperança*, *Campo do Meio* e *Guapé* é o de comércio de mercadorias e serviços, referente ao setor terciário. A economia urbana de *Boa Esperança* possui um comércio bem diversificado, atendendo não só a população local, mas alguns municípios vizinhos. Nele se destacam mercearias, bares e restaurantes, hotéis, lojas, padarias, bancos, farmácias, entre outros. Em relação ao turismo, é o município em melhor condição para atender a demanda turística, seguido por *Guapé*. Em *Campo do Meio* o comércio varejista se destaca em número de estabelecimentos. As atividades de serviço estão classificadas em estabelecimentos de alojamentos e alimentação, reparação, manutenção e conservação, entre outros. O setor terciário, embora apresente maior número de empregos formais, não supre as necessidades da população, que depende de outras cidades, principalmente Alfenas, para ter acesso a comércio e serviços mais especializados. É importante destacar também o comércio de *Campos Gerais* que conta com aproximadamente 600 casas comerciais variadas e atende satisfatoriamente as necessidades dos moradores. Embora possua hotéis, pensões, bares e restaurantes, os serviços oferecidos necessitam de melhorias no caso do desenvolvimento do turismo na região.⁹

6.5 A diversidade de atores que influenciam na península

A dinâmica do território em questão, conforme já explicitado, é resultado da atuação dos atores locais, internos ou externos a ele, dotados de valores e interesses diferenciados e até mesmo contraditórios. Cada um dos atores tem representações diversas, referentes a práticas particulares, que por sua vez têm implicações específicas nos âmbitos social, ambiental, ético e econômico. Os atores e grupos sociais identificados na microrregião podem ser divididos em três grandes grupos – atores diretamente ligados ao poder público, atores ligados às associações e atores que influenciam individualmente. No primeiro grupo estão as prefeituras municipais, no segundo a ALAGO e a organização não-governamental Orla, e no último FURNAS, os proprietários rurais e os empresários do segmento turístico. A intensidade da relação entre os atores pode ser verificada por meio do

⁹ Observação da pesquisa de campo.

fluxograma¹⁰, representação esquemática do que foi captado durante a pesquisa exploratória e de campo, mas que não encerra o debate sobre a relação entre os atores envolvidos com o Lago de Furnas.



Intensidade da relação entre atores

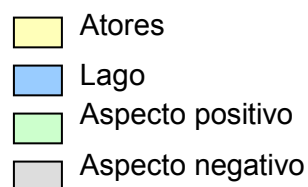
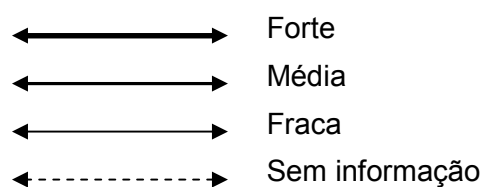


Figura 07: Fluxograma da relação entre os atores envolvidos com o Lago de Furnas.

Fonte: Observação da pesquisa de campo

¹⁰ Baseado em Barreto (2003).

No primeiro nível distinguem-se os principais atores e a intensidade das relações estabelecidas entre eles, representada por meio de setas. A partir deles, estratificam-se vários componentes classificados como aspectos positivos e negativos derivados das ações de cada ator. Verifica-se na área um nível forte de interação entre o poder público e a população, ALAGO, FURNAS, proprietários rurais e empresários do turismo. Estes últimos, que representam o setor privado como os hotéis e serviços de alimentação, possuem em relação aos demais e entre si uma relação de média intensidade, pois mesmo trabalhando no setor turístico a participação desses atores é fraca em relação ao estabelecimento de parcerias e em ações orientadas na inserção e participação local. A relação de parceria entre empreendedores também não é muito fortalecida com o poder público.

A empresa FURNAS é ator chave, porém sua operação provoca queda no nível das águas do reservatório e conseqüentemente prejudica o turismo nos municípios e o bem estar da população. Estes por sua vez recebem compensação financeira da empresa pela área alagada, mas respondem por construções à beira lago e despejo de esgoto, além da atividade agrícola que gera um passivo ambiental com o lançamento de defensivos agrícolas no Lago. Por outro lado, o uso agrícola do solo forma um atrativo à parte para a atividade turística. Apesar do fato de que as condições de balneabilidade não estejam comprometidas do ponto de vista da qualidade, o problema pode alcançar um nível de degradação ambiental que implique na redução do uso da água para recreação.

Agindo em parceria com os municípios representados por ela, a ALAGO vem realizando diálogos de concertação a respeito do saneamento do Lago e em busca de um entendimento entre FURNAS, prefeituras, empresários e proprietários rurais em relação a uma cota mínima de operação do Lago, economicamente viável para FURNAS e para os municípios. No que diz respeito à ORLA, organização não-governamental de iniciativa de historiadores ligados à UFMG e ao Museu Histórico Abílio Barreto cujo foco é o desenvolvimento de projeto voltado à memória do Lago e em certa medida voltado ao turismo, até o momento da pesquisa a mesma ainda não tinha projetos em andamento, uma vez que foi criada recentemente.

A relação do poder público com a população apesar de se apresentar como forte, não ocorre de forma a apoiar através de políticas o engajamento com a atividade turística como, por exemplo, promovendo melhorias significativas na cidade e incentivando as empresas e a população a investir na área. Há falta de participação e pouca representatividade nas ações, a realização dos planos diretores mostraram o quão complexo é convocar a população a debater questões relativas a gestão urbana e ao meio ambiente.

Durante o 1º Debate Público sobre o Desenvolvimento Sustentável do Lago de Furnas, realizado em Belo Horizonte no mês de outubro de 2007 na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, foi exposto por diversos atores que um dos principais desafios da região é tratar o esgoto. Entre as principais reivindicações está a elaboração dos projetos executivos de tratamento de esgoto nos municípios do entorno do lago, a realização de ações de preservação ambiental, a criação de um plano estratégico de incremento do turismo e a melhoria de acesso rodoviários na região. Além disso, foi solicitado um apoio para regulamentar e fiscalizar o uso de defensivos agrícolas, a implantação de política para a proteção de nascentes e apoio para a integração do programa de microbacias. É reconhecido que o Lago oferece grande potencial turístico, mas é uma região com muitos problemas que a cada ano vão se agravando e as ações do governo federal e de FURNAS, são consideradas aquém da necessidade. Esse potencial não poderá ser desenvolvido sem a solução dos desafios. Neste sentido, a união é tida como o fator principal que vai propiciar a resolução dos desafios e desenvolvimento das potencialidades do entorno do Lago de Furnas.

7 ANÁLISE DO TERRITÓRIO PARA O TURISMO: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

A partir da caracterização da área de estudo e do reconhecimento da diversidade de atores, suas práticas e dinâmicas nesse território por meio de consulta a “pessoas-fonte”, aliada a uma pesquisa exploratória que se dividiu em pesquisa documental e bibliográfica, além da observação participante durante os campos realizados, tornou-se possível interpretar os sinais que se traduzem em ameaças, oportunidades, forças e fraquezas para o desenvolvimento do turismo na área em estudo. De acordo com a AFIT (2001) cada um dos atores possui representações e interesses diversos e que se referem a práticas particulares, que por sua vez terão implicações específicas em termos ambientais, econômicos, sociais e éticos.

Neste sentido, este capítulo apresenta uma análise do território considerando essas quatro dimensões, a partir dos critérios sugeridos pela abordagem da AFIT (2001) para a escala do território, porém adaptados à realidade da área estudada. A construção da Usina de Furnas e o aparecimento do Lago (figura 08) originaram uma série de conflitos, maximizados pela falta de políticas públicas e os problemas ambientais. Por outro lado a paisagem, os cultivos e a atividade de pesca são aspectos que podem ser valorizados como recurso turístico. A análise construída a partir das diferentes representações sobre o território possibilita uma reflexão que poderá conduzir os grupos de atores ao cenário de um turismo mais responsável.



Figura 08: Lago de Furnas – Guapé
Fonte: arquivo pessoal

7.1 A qualidade ambiental e sua interferência no potencial turístico

Como ponto de partida para compreender a dimensão ambiental, Swarbrooke (2000) afirma que, para muitos, a sustentabilidade versa sobre o meio ambiente, especialmente o meio ambiente natural, físico e sua proteção. A esfera do alcance do conceito de ambiente engloba também o meio ambiente rural, o construído, a vida selvagem e os recursos naturais. Para Coccossis citado por Swarbrooke (2000) deve-se compreender que uma característica importante da interação turismo-meio ambiente é a existência de fortes mecanismos de realimentação, quer dizer, o turismo freqüentemente gera efeitos adversos sobre a quantidade e a qualidade dos recursos naturais e culturais, mas também é afetado pelo declínio da qualidade e da quantidade desses recursos.

7.1.1 Renovação dos recursos

A renovação dos recursos é imprescindível para o pleno desenvolvimento do turismo e, por outro viés, não pode ser ameaçada pelo mesmo. No ano de 1963 quando foram finalizadas as obras da Represa de Furnas e as águas foram represadas, a população local viu desaparecer sob as águas uma importante parte do território, o que dificultou o deslocamento no mesmo e eliminou muitas propriedades e elementos dotados de valores sentimentais e estéticos. No entanto com o passar do tempo, a extensa superfície de água criada produziu novos valores estéticos e propõe aos cidadãos e às instituições o desafio de utilizá-la como elemento de desenvolvimento do turismo (GERC INARTUR ASSOCIADOS, 1996). Ocorreu dessa forma uma grande mudança nas características paisagísticas da região, gerando por sua vez uma atratividade para o uso turístico. Entretanto, como o objetivo básico da hidrelétrica é a geração de energia, a recreação fica subordinada à operação do reservatório.

De acordo com Menale et al (2006) documentos oficiais da época, testemunhos de antigos moradores, matérias de jornais, arquivos fotográficos e pesquisas históricas locais revelam o quanto dramática foi a remoção das famílias. A sede do município de *Guapé* foi um exemplo, ficou submersa na sua quase totalidade, levando à construção de uma nova sede. Em poucos meses extensas áreas foram inundadas, junto com sua biodiversidade e a memória da população atingida. Houve uma grande alteração ambiental na flora e na fauna

regional, fazendo surgir por outro lado riachos, cachoeiras e áreas de beleza cênica, como aquelas formadas pela água represada emoldurada por feições de *cânions*.

As conseqüências mais importantes com a inundação da área segundo a Gerc Inartur Associados (1996) foram o aparecimento de um lago artificial de grandes dimensões, alterando significativamente a paisagem; a inundação de povoados, incluindo o deslocamento de seus habitantes para outros lugares, alterando o sistema residencial e dessa forma desequilibrando as atividades sócio-econômicas devido ao desaparecimento das terras cultiváveis; e a modificação da mobilidade regional, pela submersão de parte do sistema primário de comunicações. Porém existem valores que identificam o Lago como recurso turístico, como a imobilidade de suas águas, que facilita a prática de esportes náuticos; o ambiente rural das terras que conformam as margens do Lago; a grande qualidade paisagística de determinados lugares do perímetro do Lago; e a simbiose do Lago com o cenário natural também de grande valor paisagístico.

A maior parte dos municípios possuía vocação agropecuária, porém com o alagamento das áreas produtivas eles buscaram diversificar as suas atividades. Após o impacto inicial surgiram pequenos comércios e o turismo apresenta-se hoje como potencial para geração de renda na região, embora seja ainda pouco explorado. Mesmo assim, vários empreendimentos entre meios de hospedagem, restaurantes e clubes náuticos injetam recursos na economia local, gerando empregos e impostos para os municípios (MENALE et al, 2006).

O Lago, portanto, é o componente principal no sistema turístico dos municípios¹¹ compreendidos neste estudo que, por sua vez, apresentam um leque diversificado de atrativos, determinando assim a segmentação em que se destaca cada um¹².

No segmento de turismo de natureza se destacam os municípios de *Boa Esperança* e *Guapé*. No primeiro, os atrativos turísticos naturais do município são a Serra da Boa Esperança, transformada em Parque Estadual no mês de maio do ano de 2007 e o Lago dos Encantos¹³, locais onde são realizados passeios ecológicos e cavalgadas. Ainda compõem o potencial para o turismo de natureza de *Boa Esperança* várias cachoeiras, especialmente no

¹¹ Embora *Ilicínea* seja o município de menor lâmina d'água (0,02 km²), está muito próximo aos municípios que possuem maior lâmina d'água.

¹² Informações extraídas dos planos diretores municipais.

¹³ Em 1971, observou-se que na época das secas as águas do Lago diminuam, aumentando o número de insetos e o mau cheiro. Dessa forma, surgiu a idéia de fazer o represamento do Rio Marimbondo, Maricota e Cascavel para manter o nível da água constante. As obras tiveram início em 1973, sendo que a construção da barragem fez com que o nível da água ficasse mais estável com sua superfície de 396 Km². O Lago foi tombado em 26 de Janeiro de 1998 e todo 2º domingo de Março é comemorado o dia do Lago dos Encantos, muito utilizado para o turismo, lazer e pesca.

interior e entorno do Parque Estadual. Em *Guapé*, o Parque Ecológico do Paredão e o Lago de Furnas dotam tal município de um alto potencial para atividades de lazer relacionado ao ambiente aquático. Existem ainda outros tipos de feições naturais que apresentam potencialidades para práticas de lazer, como o Chapadão que compreende as Serras do Macaco e da Rapadura e a Gruta do Chapadão. Há também no município uma diversidade de cachoeiras, entre as mais conhecidas estão: do Garimpo, do Macuco, do Lobo, da Água Limpa, do Inferno e do Silvio Arão. De acordo com a prefeitura todas as cachoeiras podem ser utilizadas para banho, o que incita a necessidade de estudos mais aprofundados. Todas as estradas e trilhas são rústicas e sem sinalização, com condições básicas para veículos, bicicletas, motos e cavalos.

Os dois municípios citados acima também se destacam no segmento de turismo de aventura. Em *Boa Esperança* é comum a prática de esportes como parapente e rapel e em *Guapé* o turismo de aventura se expressa na prática de vôo livre, rapel e trilhas. Pela exuberância, tranquilidade e possibilidade de prática de esportes de aventura, o Parque Ecológico do Paredão é considerado o ponto turístico mais importante deste município. Já em *Ilicínea* o relevo bastante movimentado oferece várias possibilidades de banhos de cachoeiras e de rampas de vôo livre, sob modalidades diversas, conforme já ocorre no município. Embora possua pequena área alagada pelo Lago, o município está pleiteando recursos em função de estar criando medidas para a proteção de nascentes, servindo de exemplo para os outros municípios.

Ligados ao turismo náutico acontecem em *Boa Esperança* os passeios de lancha, *pára-sail*, ski-aquático, *jet ski*, chalana, embarcada e desembarcada, além do turismo de pesca. O Lago propicia a prática de todas essas atividades, representando assim o maior atrativo de *Boa Esperança*. Em *Guapé* o turismo náutico se apresenta nas práticas de mergulho, *jet ski*, passeio de lancha e canoagem, além do turismo de pesca. No entanto, a infra-estrutura de entretenimento ao longo da orla desses municípios não possibilita um aproveitamento maior do Lago. No município de *Campo do Meio*, a extensão do lago aliada ao seu longo perímetro, também fornece uma ampla oportunidade para várias modalidades de esportes náuticos. As potencialidades da região para o turismo são as praias artificiais, cachoeiras formadas nas encostas das serras, que servem de atrativos e áreas de recreação para quem as visita; bases náuticas construídas para aportar embarcações que navegam pelo lago; clubes náuticos, atualmente de grande interesse popular sendo uma das maiores atrações para recreação e lazer, às margens do lago (figuras 09 a 14).



Figura 09: Parque Ecológico do Paredão – Guapé
Fonte: arquivo pessoal



Figura 10: Parque Ecológico do Paredão – Guapé
Fonte: arquivo pessoal



Figura 11: Serra da Boa Esperança
Fonte: arquivo pessoal



Figura 12: Morro de Cela (parapente) – Ilicínea
Fonte: arquivo pessoal



Figura 13: Parque Aquático – Campos Gerais
Fonte: arquivo pessoal



Figura 14: Lago dos Encantos – Boa Esperança
Fonte: arquivo pessoal

No segmento de turismo rural se destacam os municípios de *Ilicínea*, *Guapé* e *Campos Gerais*. O espaço rural de *Ilicínea* apresenta, além da agricultura, potencial notável para o turismo em espaço rural. A compartimentação morfológica, associada ao uso agrícola, fornece oportunidades de ocorrência de paisagens agrárias originais, onde poderia ser desenvolvido um turismo ligado à prática diária das fazendas, além do usufruto das paisagens. O município de *Guapé* apresenta potencial em função de contar com fazendas passíveis de oferecer hospedagem e lazer. Em *Campos Gerais* há um núcleo urbano tranquilo e arborizado cercado por caminhos que remetem à vida no campo e a ruralidade e, buscando ressaltar características que sejam capazes de atrair uma demanda turística relevante, é importante definir a identidade local. Neste sentido, são notáveis a potencialidade da paisagem das lavouras de café, das sedes das antigas fazendas e da união destes fatores na constituição de produtos turísticos que estejam fundamentados na cultura do café, desde técnicas de plantio até a colheita e o armazenamento.

O turismo religioso é um segmento que vem crescendo em *Guapé*, movimentado pela instituição da Igreja da comunidade de Jacutinga como Santuário. Já no município de *Ilicínea*, a zona rural possui um conjunto de atrativos, como serras e morros utilizados em manifestações religiosas, inúmeras fazendas, capelas e cachoeiras, de importância histórica e paisagística no contexto da cidade, conformando o circuito de turismo religioso, como também ecológico e rural. A Serra do Serrote é um local de peregrinação religiosa representada por uma capela e um cruzeiro. Trata-se de um local de referência à população, seja pela sua religiosidade, seja pela beleza da paisagem.

Sendo assim, em âmbito regional o turismo náutico, de pesca e o de natureza são os segmentos de maior importância, destacando *Boa Esperança*, *Guapé* e *Campo do Meio*. Já os municípios de *Campos Gerais* e *Ilicínea* possuem uma composição menor de atrativos, porém se destacam no potencial para o turismo rural, praticamente não explorado.

Contraditoriamente a região do Lago de Furnas mesmo dispondo de grande volume de água, vem enfrentando problemas envolvendo o uso da água. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) criado após o início do processo de privatização do Sistema Elétrico Nacional, controla desde março de 1999 a vazão e os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas nacionais. Para muitos gestores públicos locais, o ONS opera o sistema elétrico à distância e desconhece os problemas dos municípios, buscando aumentar a geração de energia elétrica a qualquer custo. Dessa forma, a atividade turística sofreu sério revés a partir de 2001 com a crise energética e o racionamento. Naquele ano o reservatório passou por um período crítico, sua área alagada foi reduzida em 59%, com duração superior a um ano e meio.

O deplecionamento gerou sérias perdas econômicas nos empreendimentos lindeiros, provocou também prejuízos sócio-econômicos e ambientais para os municípios da região. A situação é de insegurança para a iniciativa privada, que aos poucos recupera a confiança em investir na região e para as administrações municipais¹⁴ em função de não receberem nenhum tipo de compensação pela perda de receitas, entre outros. De uma forma geral a relação de FURNAS com os municípios não apresenta uma política de investimentos consolidada para a região, gerando uma constante busca de recursos dos gestores públicos aos escritórios da empresa. Em seus investimentos de responsabilidade social a parcela destinada à região é muito pequena diante da riqueza gerada pelo reservatório (MENALE et al, 2006).

Segundo a SEAP (2007) os dados oficiais de FURNAS sobre os níveis máximo e mínimo operativo do reservatório são de 768 metros e 750 metros, respectivamente. Assim, a variação da água do reservatório pode chegar, em tese, a 18 metros. No entanto, a amplitude máxima observada ao longo da série histórica de medições foi de 17 metros.

A crise do setor elétrico, que culminou com as estiagens prolongadas nos anos de 1997 a 2000, causou depreciações significativas do Lago que influenciaram negativamente a exploração do turismo, pesca, lazer, entre outras atividades desenvolvidas em sua extensão, bem como o prejuízo ambiental, trazendo inclusive danos a paisagem dos municípios. Nesse sentido é necessária e urgente a discussão, envolvendo municípios e os Governos Estadual e Federal, para garantir a função social prevista na política de Recursos Hídricos. A Associação dos Municípios do Lago de Furnas (ALAGO), formada em 1993 pelos 34 municípios¹⁵ banhados pelo Lago de Furnas, sediada na cidade de Alfenas, após discutir e ouvir seus associados, usuários da água do lago e investidores, estabeleceu a necessidade da manutenção de uma cota altimétrica mínima de 762 metros, para o nível da água do Lago de Furnas. Somente assim acredita-se que serão viabilizados os empreendimentos turísticos na região. É notório o prejuízo econômico provocado pela atual variação do nível da água, dificultando qualquer investimento na estrutura turística e comprometendo a sobrevivência da população ribeirinha. Sabe-se que a variação é necessária, mas também é importante o debate sobre as condições dessa variação, estabelecendo uma cota mínima economicamente viável para FURNAS e para os municípios da ALAGO (MENALE et al, 2006). *Boa Esperança* tem a vantagem de ter um dique, sendo assim mesmo na época da crise de energia, manteve o nível do lago (figuras 15 a 20).

¹⁴ Os municípios recebem, proporcionalmente à área alagada, a Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFRH).

¹⁵ Com o tempo recebeu adesões, totalizando atualmente 52 municípios, que formam diversos circuitos turísticos. Seu objetivo principal é o fomento ao desenvolvimento regional e a integração dos municípios a ela associados.



Figura 15: Dique – Boa Esperança
Fonte: arquivo pessoal



Figura 16: Lago em Campo do Meio
Fonte: arquivo pessoal



Figura 17: Lago em Campo do Meio – setembro/07
Fonte: arquivo pessoal



Figura 18: Lago em Campo do Meio – outubro/07
Fonte: arquivo pessoal



Figura 19: Lago em Guapé
Fonte: arquivo pessoal



Figura 20: Lago em Campos Gerais
Fonte: arquivo pessoal

Em *Campo do Meio* que possui uma superfície d'água significativa, foi feito um estudo para construção de um dique, pois o município também enfrenta um deplecionamento acentuado do lago que, conseqüentemente, causa um impacto grande no turismo local, mas esse projeto ainda não foi executado. Apenas dois proprietários de hotéis em *Guapé* vinculados ao turismo de pesca afirmaram que o nível do lago abaixa num ponto que não compromete suas atividades, diferentemente da maioria. Esse deplecionamento foi reconhecido de forma unânime pelos entrevistados como uma estratégia de FURNAS em função do seu objetivo de geração de energia elétrica. Neste sentido, a construção do dique em *Campo do Meio* contribuiria para um equilíbrio do turismo na região estudada, juntamente com *Boa Esperança* que possui o dique e *Guapé* pela importância dos atrativos que abarca. Dessa forma, *Illicínea* e *Campos Gerais* seriam destinos agregados a esse fluxo turístico principal.

Analisando a região do entorno do Lago percebe-se que é caracterizado por uma grande variedade de aspectos físicos. Em termos geológicos e fisiográficos, a região se divide em duas áreas distintas – ao norte, os terrenos são inclinados, com altos platôs, limitados em algumas áreas por escarpas íngremes, formando assim paisagens de grande beleza cênica; ao sul há predominância de colinas onduladas suavemente, formando paisagens menos variadas. Os solos como conseqüência da formação geológica e fisiográfica da região, são ao sul mais propícios à agricultura e ao norte melhor para pastagens. Sendo assim, há uma combinação ao norte do lago limpo e claro durante todo o ano, juntamente com as formações que proporcionam variedade e interesse à paisagem. De acordo então com essas características, tem-se que a região norte seja mais aproveitada em termos de recreação, menor também será o conflito da recreação com a agricultura (SICT, 1975)¹⁶. Essas diferenças são perceptíveis quando se faz o trecho *Boa Esperança* – *Guapé*, onde inicialmente nas proximidades do distrito de Águas Verdes há predominância de áreas planas com o cultivo de café e milho, em seguida a topografia se altera aparecendo mais colinas e o número de plantações é reduzido, culminando em *Illicínea* e *Guapé*, onde a declividade é mais acentuada (figuras 21 a 26).

¹⁶ O Plano de Desenvolvimento do Lago de Furnas realizado em 1975 tinha como objetivos preparar uma linha de ação para o desenvolvimento do Lago de Furnas, escolher uma área de maior prioridade para o desenvolvimento e preparar um plano sobre o uso da terra para cada área proposta para o desenvolvimento e, finalmente, sugerir o tipo de organização necessária à implantação do plano. Sendo assim, na região norte foram propostos modelos de ocupação e desenvolvimento do turismo formados por centros turísticos pontuais e autônomos, vinculados a áreas de relevância paisagística e de recursos turísticos ligados a atividades náuticas. Na porção sul que possui maior concentração populacional, o plano propôs modelos configurados por centros turísticos de coesão ligados a cidades e distritos e sujeitos às áreas onde se pratica a pesca (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1999a).



Figura 21: Aspectos físicos de Boa Esperança
Fonte: arquivo pessoal



Figura 22: Vista do Inferno – Boa Esperança
Fonte: arquivo pessoal



Figura 23: Aspectos físicos de Campos Gerais
Fonte: arquivo pessoal



Figura 24: Aspectos físicos de Campo do Meio
Fonte: arquivo pessoal



Figura 25: Aspectos físicos de Ilícínea
Fonte: arquivo pessoal



Figura 26: Aspectos físicos de Guapé
Fonte: arquivo pessoal

Um exemplo de que esse aspecto ressalta a força da estruturação para evitar os conflitos, ou seja, há uma intencionalidade na organização do território, foi a proposta do Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado do Lago de Furnas realizado em 1996, no qual o produto turístico atual, em seu componente residencial, responde a dois modelos diferenciados em sua concepção e sua localização territorial – desenvolvido em grande parte na costa norte, tem por base unidades isoladas de baixa densidade desenvolvidas sobre loteamentos; e na costa sul, desenvolveu-se o modelo consignado por populações heterogêneas localizadas próximas aos pontos onde as rodovias cruzam o Lago.

Dentre outras características que interferem no turismo, há que se considerar a qualidade da água. No Relatório de Identificação de Áreas Tecnicamente Adequadas para a Instalação de Parques Aquícolas no Reservatório de Furnas, elaborado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) do Governo Federal foram estudados, além da turbidez, aspectos como a profundidade de todo o perímetro do Lago, teor de nitrato e fósforo na água e quantidade de sólidos em suspensão, entre outros.

De acordo com tal relatório a transparência da coluna d' água diminui de jusante a montante, provavelmente devido à sedimentação do material em suspensão com a diminuição da velocidade da água. De uma forma geral, tanto os dados de sólidos totais como os de turbidez mostraram padrões espaciais com valores crescentes registrados em direção às regiões de montante do reservatório. Observou-se valores bastante elevados próximos ao município de *Boa Esperança*, região de início de formação do reservatório, e nos municípios de *Campos Gerais* e *Campo do Meio*. Os sólidos totais em suspensão também sofreram aumentos em direção à montante, em ambos os sub-eixos do Lago. O rio Sapucaí possui águas mais turvas que rio Grande, sendo que o último apresenta maiores concentrações de sólidos totais na coluna d'água provavelmente devido à grande quantidade de material inorgânico. As águas mais turvas do rio Sapucaí devem ter como componente principal a fração orgânica, uma vez que grande quantidade de material orgânico é aportado via esgotos das cidades lindeiras, o que também acarreta em florescimento de algas. Todo o esgoto produzido na região do entorno deságua no Lago de Furnas, via córregos, ribeirões e rios. Em *Campos Gerais* e *Campo do Meio* foi verificado um grau de turbidez em torno de 20 UNT¹⁷, bem abaixo do máximo permitido pela deliberação normativa do Copam já citada, que prevê o limite de 100 UNT para uso da água com fins de recreação.

Conclui-se, portanto, que a porção sul do Lago é turva e o restante claro e azul desde a barragem, sendo assim a metade norte do lago, onde a água é clara o ano inteiro,

¹⁷ Unidade Nefelométrica de Turbidez.

apresenta-se mais adequada para recreação. Nesse sentido, é preciso combater a erosão uma vez que pode contribuir para turvação das águas, que é mais intensa no verão na metade sul do Lago (SICT, 1975).

Em relação aos valores de fósforo seguiu-se a tendência com aumentos consistentes em suas concentrações nas estações à montante em ambos os sub-eixos. Os maiores valores de fósforo foram verificados em *Boa Esperança* e *Campos Gerais* (em torno de 0,0044 mg/l), entretanto estão abaixo da condição permitida pela deliberação do Copam, que estabelece o limite de 0,025 mg/l. Os valores de nitrato foram moderadamente elevados em todo o reservatório, com os maiores valores registrados nas estações de montante na região de *Boa Esperança*, que apresentou em torno de 0,22 mg/l, sendo que o limite permitido é de 10 mg/l. A origem de altos valores de nitrato pode ser a contaminação por esgotos e lixiviação (SEAP, 2007).

Em resumo, esses dados permitem avaliar que em *Campo do Meio*, *Campos Gerais* e *Boa Esperança* a água é mais turva, sendo que em *Guapé* é mais cristalina o que favorece o uso turístico. O nitrato se expande praticamente por toda a extensão do Lago, sendo mais expressivo em *Campo do Meio*, *Campos Gerais* e *Boa Esperança*. No caso, os dois últimos municípios são maiores e despejam mais esgoto e *Campo do Meio*, apesar de ser menor, é situado a beira lago, inclusive tem seu cemitério instalado às margens do Lago. *Guapé* também apresenta um índice significativo, uma vez que também lança esgoto. O fósforo segue um padrão semelhante ao nitrato, sendo muito intenso na região de *Campos Gerais* e *Boa Esperança*. Os sólidos totais em suspensão se expandem praticamente por toda a extensão do Lago acompanhando os níveis de fósforo, com maior expressividade em *Boa Esperança* e entorno. Embora os valores de nitrato e fósforo estejam dentro dos parâmetros permitidos, a eutrofização de lagos é geralmente associada ao enriquecimento da água nesses nutrientes favorecendo o crescimento de algas macrófitas. Este fenômeno é responsável pela redução potencial da qualidade da água para seus múltiplos usos, como a recreação, turismo, pesca e irrigação. A proliferação excessiva de algas é bastante negativa a qualquer uma dessas atividades, além de ser potencialmente prejudicial a vida aquática e aos seres humanos devido as toxinas expelidas¹⁸.

Existem dois pontos da represa que inspiram cuidado em relação a qualidade da água, pois podem vir a comprometer o uso da água na microrregião. O primeiro ponto é localizado na região de Alfenas e Fama, pois oferece grande potencial para decaimento da qualidade de água, com deplecionamento de oxigênio dissolvido. Há ainda que se considerar

¹⁸ NAVAL, Liliana Pena, BRITO, Tatiane Gomes. **Avaliação da qualidade da água do reservatório da UHE Luiz Eduardo Magalhães, determinando o grau de influência das ETES de Palmas neste meio.** Disponível em <<http://www.bvsde.paho.org/bvsAIDIS/PuertoRico29/navy.pdf>> Acesso em: 18 de fev. 2008.

que existem registros de florescimento de algas e outras manifestações de baixa qualidade de água nessa região do reservatório. O outro ponto é a região do município de Formiga destacado no Diagnóstico de Saneamento dos municípios do entorno do Lago¹⁹. A média anual do Índice de Qualidade das Águas – IQA no rio Formiga, monitorado na cidade de Formiga, manteve-se na faixa ruim em 2003, condição observada desde o início do monitoramento em 1997. As contagens de coliformes fecais, registradas no rio Formiga acima do padrão de qualidade determinado em lei, refletem a sobrecarga de esgotos sanitários da cidade de Formiga lançados sem tratamento neste corpo de água. Reforçando o quadro de contaminação dessas águas, as concentrações de fosfato total, sistematicamente superam o limite legal, sendo que a ocorrência de elevados teores torna-se mais crítica em vista de seu deságüe no reservatório de Furnas, condição que favorece o processo de eutrofização em ambientes represados.

Em relação a batimetria, o Lago é mais profundo na região de *Guapé*, facilitando a ocorrência de esportes náuticos, aliado ao relevo que condiciona a ocorrência de paisagens de grande beleza cênica. *Campo do Meio*, *Campos Gerais* e *Boa Esperança* são situados onde o Lago é menos profundo e, a presença de zonas com paliteiro acentuado, ou seja, aqueles resquícios de vegetação que aparecem quando o nível do Lago sofre uma queda, também se constitui de um conflito para o uso turístico do reservatório. O chamado “paliteiro” ou “galhada” são tocos de árvores que ficam mais evidentes e perigosos quando o nível da água está muito baixo. Os pontos mais críticos se localizam no entorno de *Guapé* e nas proximidades de *Campo do Meio* (SEAP, 2007). Em *Boa Esperança*, embora não seja acentuado, já houve relatos de casos de pessoas que se acidentaram, tendo sido “espetados” nesses restos de troncos de árvores. (figuras 27 e 28). Nesse mesmo município, o proprietário de uma pousada localizada às margens da represa teve a iniciativa de, no momento em que o nível das águas abaixou, fazer uma limpeza na área, eliminando os galhos de árvores. Essa iniciativa permite maior segurança a seus hóspedes que usam o Lago para banho e pesca (figuras 29 a 30).

¹⁹ FAEPE. Fundação de apoio ao ensino, pesquisa e extensão. FÓRUM LAGO. Fórum das Instituições de Ensino Pesquisa e Extensão para a Revitalização do Lago de Furnas. **Diagnóstico das condições de saneamento ambiental dos municípios do entorno do Lago de Furnas – MG.** Relatório Final. Diálogo de Concertação. Minas Gerais, 2005.



Figura 27: Acidente no Lago em Guapé
Fonte: Arquivo de Fernanda Scanavacchi



Figura 28: Troncos de árvore no Lago
Fonte: <http://eptv.globo.com/blog/blog.asp?id=5>



Figura 29: Pousada Paraíso das Garças – Boa Esperança
Fonte: arquivo pessoal



Figura 30: Pousada Paraíso das Garças – Boa Esperança
Fonte: arquivo pessoal

Um outro ponto a ser destacado na área em estudo é a cultura do café, que pode ser analisada sob dois vieses. A principal atividade agrícola do entorno do reservatório é a cultura do café que ocupa diversas porções na paisagem, sendo plantada em áreas planas, de encosta e na beira do reservatório. Os maiores plantios contínuos desta cultura localizam-se especialmente próximo à cidade de *Campo do Meio*, embora seja bastante expressiva em *Boa Esperança* e *Campos Gerais*, decrescendo em direção à *Ilicínea* e *Guapé*. De uma forma geral, as plantações ocupam a segunda posição em termos de uso e ocupação do solo, sendo predominante em alguns municípios as do tipo permanente e em outros, as temporárias. No município de *Campo do Meio* a agricultura temporária é a atividade predominante. Nos municípios de *Ilicínea*, *Guapé*,

Campos Gerais, e *Boa Esperança* ocorrem um predomínio das áreas de cultura permanente, em especial o café, sobre as áreas de cultura temporária (SEAP, 2007).

Esse tipo de uso e ocupação do solo forma na região paisagens expressivas, principalmente em determinadas épocas do ano quando ficam à mostra diversas tonalidades de verde, mesclando áreas de cultivo, topos de colinas com pastagens, elementos rurais e a simbiose com o Lago (figuras 31 a 36). Mesmo assim, nessa área o turismo rural é praticamente inexistente, ganhando destaque outros municípios vizinhos como Três Pontas, grande produtor de café, que divulga em guias turísticos alguns empreendimentos que atuam nesse segmento. No entanto, deve-se considerar também as possibilidades de contaminação das águas por agrotóxicos usados no cultivo do café. As áreas com agricultura irrigada utilizam predominantemente o sistema de pivô central e concentram-se no braço do rio Grande, nas proximidades da cidade de Pimenta e, no braço do rio Sapucaí, entre as cidades de Carmo do Rio Claro e *Campo do Meio* (SEAP, 2007).

Contudo, foi elaborado o Diagnóstico de Saneamento Ambiental no Entorno do Lago de Furnas, que constitui uma das ações resultantes do Diálogo de Concertação para o Desenvolvimento Sustentável do Lago de Furnas. A elaboração do diagnóstico foi iniciada no final de 2003, implementada e coordenada pela Secretaria Geral e Sedes – Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo federal e desenvolvido pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FAEPE). O diagnóstico contou com suporte técnico do Fórum das Instituições de Ensino Pesquisa e Extensão para a Revitalização do Lago de Furnas (FÓRUM-Lago), supervisionado pelo Ministério das Cidades e financiado por FURNAS com apoio da ALAGO.

A elaboração desse diagnóstico demonstra o quanto são carentes os serviços de infra-estrutura em saneamento básico, notadamente, os serviços de esgotos sanitários e drenagem pluvial dos municípios brasileiros, tomando-se por referência a amostragem de uma região tão próspera como é a do Lago de Furnas. A ausência dos sistemas de saneamento básico diagnosticada no trabalho gera todos os tipos de enfermidade, principalmente aquelas de veiculação hídrica. Outro grave problema diagnosticado diz respeito às áreas agriculturáveis próximas ao reservatório, pois o controle do uso de agrotóxicos e fertilizantes nas plantações não existe. Tem se notado que não há nenhuma fiscalização pelos órgãos competentes no uso do solo para o plantio, além do uso das águas do reservatório para irrigação, indiscriminadamente e sem critérios ecológicos. Paralelamente à hegemonia do cultivo do café, desponta para os próximos anos, a expansão



Figura 31: Cafezal em Boa Esperança
Fonte: arquivo pessoal



Figura 32: Contraste de cores nas paisagens de Campos Gerais
Fonte: arquivo pessoal



Figura 33: Cafezal em Guapé
Fonte: arquivo pessoal



Figura 34: A produção de café em Guapé
Fonte: arquivo pessoal



Figura 35: Paisagem dos cafezais associados ao lago – Guapé
Fonte: arquivo pessoal



Figura 36: Cafezal em Boa Esperança
Fonte: arquivo pessoal

do cultivo da cana-de-açúcar, que diante da crise energética, torna-se uma opção viável de produção de energia renovável (MENALE et al, 2006). O município de *Campo do Meio* foi grande produtor de cana, o que gerava grande injeção de recursos na economia local e geração de empregos. Nesse sentido, o município vislumbra um cenário positivo com o incentivo a esse tipo de cultivo. No entanto, não somente esse município como também os outros envolvidos nesse estudo, dependem da efetivação concreta do convênio envolvendo a ALAGO, FÓRUM-Lago e FURNAS para a elaboração dos projetos executivos de esgotamento sanitário dos municípios do Lago de Furnas, ainda em negociação, como medida fundamental para o desenvolvimento real e concreto do turismo em longo prazo.

Outro ponto não menos importante e que atinge mais especificamente o município de *Guapé*, foi apontado no Plano Diretor do mesmo é o conflito que parece ocupar um espaço crescente, gerado pela atividade extrativa de placas de quartzitos, para revestimento predial, que avança sobre as encostas.

Ainda dentro do critério de renovação dos recursos, avalia-se a intensidade turística da região, ou seja, o número de visitantes nos espaços mais freqüentados. Como a área em estudo carece de qualquer tipo de pesquisa de demanda turística, instrumento que permite conhecer o perfil do visitante, a motivação da visita e sua opinião sobre a oferta e infraestrutura do receptivo, percebeu-se a partir da entrevista com os atores que o turismo que caracteriza a área é o que a maioria chamou de “familiar”, uma vez que corresponde àquelas pessoas que são nativas do local, porém que residem em outros municípios, mas que em época de férias ou feriados, retornam ao seu município de origem muitas vezes acompanhadas por grupos de amigos. Somente em períodos de eventos como o Campeonato de *Jet Ski* e o Festival da Canção em Boa Esperança, ou os campeonatos de parapente em *Illicínea* e *Guapé*, verifica-se a presença do turista ‘de fora’ que na visão dos atores, é o turista elitizado e que gera renda para esses municípios, ou seja, o tipo de visitante que interessa captar. Por esse motivo, é pequena a quantidade de residências secundárias, ao contrário do município de Capitólio por exemplo.

Em relação à qualidade arquitetural, os municípios compreendidos na análise possuem, em diferentes intensidades, um acervo patrimonial relevante. Em *Illicínea*, *Campo do Meio* e *Boa Esperança*, percebe-se uma atenção maior à preservação desse acervo, situação um pouco diferente de *Campos Gerais*, onde foi relatado inclusive a destruição de um casario importante para o município e para a população, além de *Guapé*, onde existe uma rua com construções ainda da cidade velha, mas que se encontram sem manutenção e preservação.

7.1.2 Prevenção

O próximo critério a ser analisado é a prevenção, ou seja, o que existe de controle em relação à degradação do meio ambiente, à urbanização, entre outros. Em função da geração de energia para os grandes centros, o nível do lago oscila para baixo causando elevados prejuízos para a economia local. Como agravante, recebe poucos investimentos em infra-estrutura, preservação ambiental, entre outros. No entanto, a celebração de um Termo de Cooperação entre FURNAS e a ALAGO para a elaboração de 50 planos diretores rompeu com essa realidade. Desta experiência, surgem resultados inigualáveis que proporcionam, dentre outras coisas, a valorização da cidadania, a ampliação dos recursos cognitivos dos agentes públicos e da sociedade civil, uma vez em que há espaço para identificação e para a reflexão sobre os problemas e potencialidades da região, o envolvimento de segmentos fundamentais para uma proposta de desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, das Universidades (MENALE et al, 2006).

Na microrregião em estudo, os municípios conduzem o plano diretor de forma diferenciada; em *Boa Esperança* e *Ilicínea* já estão sendo mobilizadas ações no sentido de criar um grupo responsável exclusivamente para colocar em práticas as diretrizes do plano. Especialmente em *Ilicínea*, houve recentemente a captação de um curso sobre criação de Unidades de Conservação, tendo-se em vista que já está em andamento a criação de quatro unidades que foram previstas no plano. Em situação oposta está o município de *Guapé*, que até o presente momento ainda não aprovou em câmara o plano diretor municipal. Com exceção do último, os demais municípios têm agora um instrumento de controle da urbanização e uma referência para o direcionamento de agentes públicos e privados na gestão dos municípios, fator de extrema importância para o desenvolvimento do turismo.

Entre outras ações, Menale et al (2006) aponta a criação de um grupo de acompanhamento do nível de água com representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operadora Nacional do Sistema (ONS), FURNAS, ALAGO e Associação dos Usuários do Lago (ASUL). O grupo monitora e divulga informações sobre a evolução do armazenamento do reservatório do lago e da expectativa de evolução para os meses seguintes. O grupo é convocado somente quando a redução do nível de água do reservatório se aproxima da cota de 762m, indicador considerado ideal para a manutenção das atividades do lago, como o turismo. Além disso, a idéia de desenvolvimento regional ganha força com o início do Diálogo de Concertação em 2003, refletindo-se em ações concretas que resultam em ganhos reais para a região. Em função dessas ações,

atualmente a região vivencia uma experiência inédita. As comunidades e os setores organizados são convocados a compartilhar a construção de um planejamento para suas cidades e por consequência para sua região. Os problemas e as potencialidades estão sendo identificados o que possibilitará a criação de um Plano de Desenvolvimento Regional.

Ainda em relação à implantação dos Planos Diretores Participativos é possível identificar uma série de oportunidades que poderão trazer avanços relevantes para os municípios e região. O primeiro e mais importante diz respeito à participação, pois em todo o processo a participação, principalmente a popular, foi buscada intensamente. É inédita a introdução de processos participativos na maioria das cidades da região, o que poderá contribuir para o desenvolvimento não somente de cidades mais organizadas e planejadas, como também da cidadania e da gestão democrática das cidades. Já o grande desafio destacado é realmente as questões de saneamento, consideradas urgentes na visão dos atores que participaram do processo.

Também é um motivo de reflexão para as fundações envolvidas na elaboração dos Planos Diretores, Poder Público e a ALAGO a ocupação e uso do solo às margens do Lago de forma irregular. Em muitas cidades o setor imobiliário avança sobre áreas de preservação ambiental permanente. Empreendimentos turísticos como loteamentos à beira lago, muitos sem infra-estrutura adequada, desrespeitam as normas de impacto de vizinhança e privatizam o acesso ao lago. É imprescindível regulamentar o uso e a ocupação dessas áreas de forma regionalizada para desenvolver uma proposta de turismo em comum (MENALE et al, 2006). Existe em análise um Projeto de elaboração do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do entorno do reservatório de Furnas.

O que se pode concluir em termos de prevenção em relação aos municípios em estudo é que o desenvolvimento do turismo deve caminhar paralelamente com as ações de controle da urbanização e, principalmente, com a solução dos problemas de saneamento. Os municípios onde o desenvolvimento do turismo enfrenta maiores obstáculos são *Guapé*, *Campos Gerais* e *Campo do Meio*²⁰.

Conforme já citado, *Guapé* conta com um potencial favorável ao desenvolvimento de atividades não agrícolas no espaço rural. Entretanto o aproveitamento desse potencial não se fará sem a melhoria de infra-estrutura, assim como de alguns conflitos entre usos do solo e seus efeitos ambientais, incluindo nisso a agricultura e a extração mineral e as possibilidades de uso turístico do conjunto paisagístico do município e seus recursos naturais, notadamente os recursos hídricos que alimentam potencialidades turísticas nas cachoeiras e às margens do lago. Apesar do potencial turístico, o município carece de maiores investimentos na manutenção,

²⁰ Informações extraídas dos planos diretores municipais.

preservação das condições ambientais e na manutenção e ampliação de sua infra-estrutura voltada para o turismo. A orla do Lago, por exemplo, encontra-se, em alguns pontos, sem nenhuma manutenção e não existem opções de entretenimento ao longo do percurso, além de serem as águas do Lago o destino de todo o esgotamento sanitário da cidade, sem nenhum tipo de tratamento (figuras 37 a 40). A prática da agricultura, principalmente do café, devido à utilização intensa de agrotóxicos, pode, também, inviabilizar o uso dos cursos d'água para o lazer. Paralelamente, a atividade mineradora, representada pela extração de placas de quartzito, tem crescido nos últimos anos, de modo extremamente depredador da paisagem, da vegetação natural e dos recursos em água nas áreas de recarga dos lençóis freáticos. Apesar de constituir uma atividade econômica não-agrícola, que pode gerar emprego e renda no meio rural, esta é empregada sem respeito às normas de respeito ao meio ambiente, inclusive em áreas de proteção permanente (figuras 41 a 46).



Figura 37: Situação da orla do Lago – Boa Esperança
Fonte: arquivo pessoal



Figura 38: Situação da orla do Lago – Campo do Meio
Fonte: arquivo pessoal



Figura 39: Situação da orla do Lago – Guapé
Fonte: arquivo pessoal



Figura 40: Situação da orla do Lago – Campos Gerais
Fonte: arquivo pessoal



Figura 41: Mineração em Guapé
Fonte: arquivo pessoal



Figura 42: Mineração em Guapé
Fonte: arquivo pessoal



Figura 43: Área queimada no entorno de cafezal – Boa Esperança
Fonte: arquivo pessoal



Figura 44: Loteamento a beira lago em Guapé
Fonte: arquivo pessoal



Figura 45: Situação do local da antiga Casa de Nelson Freire – Boa Esperança
Fonte: arquivo pessoal



Figura 46: Cemitério a beira lago em Campo do Meio
Fonte: arquivo pessoal

Em situação semelhante, *Campos Gerais* que também possui potencial para aproveitamento não-agrícola das áreas rurais, uma vez que detém atrativos como a Cachoeira da Serra, todo o conjunto paisagístico da Serra de Campos Gerais e as tradições culturais mantidas pela população rural, o conflito ocasionado pelo uso de agrotóxicos na agricultura pode inviabilizar a utilização da rede hídrica do município para fins turísticos. Em *Campo do Meio* observa-se um cenário de ocupação urbana e para fins de agricultura com impactos negativos sobre o meio ambiente. Nesse sentido, devem ser consideradas as atividades necessárias para uma adequada convivência entre o saneamento básico, e a gestão de usos de pesticidas, fertilizantes e irrigação das plantações lindeiras ao Reservatório do Lago de Furnas e a ocupação humana e o meio ambiente a fim de se evitar impactos ao meio ambiente, transtornos para as comunidades e conflitos com o Poder Público.

7.1.3 Valorização

No que diz respeito ao critério de valorização é avaliado se o patrimônio da microrregião constitui um elemento favorável ao desenvolvimento no conjunto do território. O maior número de atrativos históricos e culturais é encontrado em *Boa Esperança* e *Campos Gerais*.

No primeiro município destaca-se a Fazenda da Serra, cuja sede é considerada marco da povoação do município, datada do século XVIII. A Basílica Menor Nossa Senhora das Dores é a Paróquia mais antiga da cidade, erguida para o culto da fé dos habitantes em 1804. A Casa da Cultura é uma iniciativa importante para *Boa Esperança*; funciona em uma casa construída nos anos 50 em estilo neocolonial, possui 15 cômodos e mistura elementos de diversos estilos – arcos e colunas em estilo romano, arco abatido etrusco e janelas com design da escola alemã Bauhaus. Além disso, o município foi cantado em verso e prosa por Lamartine Babo e se orgulha dos filhos ilustres como o escritor Rubem Alves, o cientista Newton Freire-Maia e o pianista Nelson Freire. Por sua vez, o município de *Campos Gerais* possui um acervo importante de edificações históricas, sendo que a maioria corresponde ao período de meados do século XIX até as décadas de 60 e 70 do século XX. Como grande exemplo há a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, cuja construção é datada da década de 1940. No geral, o acervo da zona urbana é bastante diversificado em suas modalidades e forma um conjunto bastante rico de 55 edifícios catalogados, tanto em patrimônio arquitetônico e paisagístico quanto histórico. O município é marcado por traços culturais

diversificados e uma vida cultural agitada, como se pode constatar observando o calendário de eventos da cidade.

Em *Ilicínea* a atividade turística é considerada uma alternativa importante, embora não tenha um departamento direcionado a esse setor. O município integrou o circuito turístico Lago das Gerais que atualmente está inativo, mas possui uma atenção especial às questões ligadas ao patrimônio e cultura. Foi inaugurada no final de 2007 uma casa de cultura e existe a proposta para tomba 38 residências. Atualmente, possui três bens tombados, entre eles o Sino da Capela do Rosário, a Cachoeira do Buracão e a Residência dos Moscardini. Como a maior parte dessas cidades interioranas, a religião sempre teve um papel preponderante. Um dos registros mais antigos desse passado é a própria Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida, originária da primeira capela fundada no povoado, considerada o principal templo religioso da cidade, assim como também o seu principal monumento arquitetônico. Também símbolo da religiosidade de *Ilicínea*, a Capela do Rosário apresenta-se como lugar de destaque na cidade. Abriga o antigo sino da Igreja de Nossa Senhora Aparecida, importante bem cultural cuja fabricação é datada no século XIX. A Igreja Rainha da Paz, cuja construção teve início em 1994, foi implantada em um local de alta visibilidade na cidade.

Em situação contrária à de *Ilicínea*, o município de *Guapé* faz pouco pela valorização do seu patrimônio. O fato de ter sido reconstruída e ainda possuir registros da cidade velha, sejam por meio dos casarios, depoimentos e fotografias, não é valorizado em termos turísticos. Há o projeto de revitalização da rua que ainda existe e fazia acesso à cidade velha e sua transformação em um corredor cultural, mas que caminha a passos lentos. Dentre os atrativos históricos e culturais está a Igreja de São Francisco de Assis que apresenta arquitetura moderna e é dotada de pinturas internas e externas bastante expressivas. Sua edificação foi reformada pela hidrelétrica de Furnas em meados do século passado, tendo recebido novos pisos, pintura e iluminação. Já no município de *Campo do Meio*, o bem que foi tombado, devido o seu valor histórico e cultural foi o antigo prédio do Patronato, hoje sede da Prefeitura Municipal. A praça da Matriz é um espaço valorizado e que permite a convivência entre os moradores (figuras 47 a 52). Em relação a artesanato, o de *Boa Esperança* é o único que está se desenvolvendo e apresenta uma certa organização uma vez que conta com a Associação dos Artesãos de Boa Esperança – Arte da Serra, apoiada pelo Sebrae e pela Associação do Comércio e Indústria de Boa Esperança – Acibe. Não há nos outros municípios políticas para valorização do artesanato.



Figura 47: Igreja Matriz de N. Sra. Aparecida – Illicínea
Fonte: arquivo pessoal



Figura 48: Fazenda da Serra – Boa Esperança
Fonte: arquivo pessoal



Figura 49: Igreja Matriz de Campo do Meio
Fonte: arquivo pessoal



Figura 50: Casario de Boa Esperança
Fonte: arquivo pessoal



Figura 51: Bangalô de Guapé
Fonte: arquivo pessoal



Figura 52: Igreja Matriz N. Sra. do Carmo – Campos Gerais
Fonte: arquivo pessoal

O calendário de eventos é um ponto forte para o turismo dos municípios, composto por um leque diversificado de acontecimentos. Existem várias festas religiosas ao longo do ano, que ocorrem espontaneamente, como festas das padroeiras das cidades, festividades da semana santa e quermesses, além de tradições como as Congadas, a Folia de Reis, a Catira e a música sertaneja de raiz, como modas de viola. As festas de peão e exposições agropecuárias também são características da região e, como manifestação cultural, é importante citar o carnaval. No ramo dos esportes, ocorrem campeonatos de parapente em *Ilicínea* e *Guapé*, que também realiza campeonatos de motocross, ciclismo e jipeiros. Ligados ao Lago, ocorrem campeonatos de pesca esportiva em *Guapé* e *Boa Esperança*, que realiza inclusive a final do Campeonato Brasileiro de *Jet Ski*, evento que juntamente com o Festival Nacional da Canção atrai turistas de outros estados. É difícil encontrar junto ao departamento de turismo dos municípios maiores informações sobre a demanda de todos esses eventos, além de um diagnóstico da real situação da realização e infra-estrutura de cada um.

A abordagem em relação aos eventos é necessária, em virtude do fato de que grande parte dos atores entrevistados demonstrou preocupação com o futuro de eventos importantes para a região. Alguns eventos relevantes acabaram e outros estão para acabar, o aumento dos preços fez com que caísse a qualidade do Festival da Canção em Boa Esperança, por exemplo. No caso do Campeonato de *Jet Ski* a infra-estrutura é cara, há dificuldade em relação à segurança principalmente relacionada ao Lago, entre outros, o que está fazendo com que patrocinadores de grande peso não contribuam mais. No ano de 2007, *Guapé* não realizou um evento também ligado a esportes náuticos que era tradição, enquanto que em *Ilicínea* conseguiu-se captar um evento de parapente e em *Campo do Meio* existe um trabalho de captação de um evento de *Jet Ski*.

Os atores reconhecem a diversidade e a relevância dos atrativos e que isso deve ser valorizado. O Lago de Furnas na visão dos atores possui em seu entorno uma série de atrativos que vão desde os naturais e históricos até a gastronomia e as atividades características do turismo rural (figuras 53 a 58). Mesmo assim, é grande o número de pessoas que não conhece o próprio município. Nesse sentido, *Boa Esperança* e *Guapé* são os municípios considerados “carros-chefe” na região em função da quantidade e qualidade dos atrativos. Mas a falta de uma agência de turismo receptivo é citada como um fator que prejudica um melhor aproveitamento desses atrativos. Em *Ilicínea* o interesse observado por parte do poder público em incrementar o turismo, está despertando na comunidade o fato de que possuem elementos favoráveis ao turismo do município, que busca criar alternativas para que o local não seja apenas uma passagem para a visitação a *Guapé*.



Figura 53: Zona rural de Campos Gerais
Fonte: arquivo de Júlia Fonseca



Figura 54: Carros de Boi em Guapé
Fonte: arquivo pessoal



Figura 55: Zona rural de Illicinea
Fonte: arquivo pessoal



Figura 56: Zona rural de Illicinea
Fonte: arquivo pessoal



Figura 57: Zona rural de Campo do Meio
Fonte: arquivo pessoal



Figura 58: Moinho de fubá em Illicinea
Fonte: arquivo pessoal

Um ponto destacado por vários atores é o potencial da atividade pesqueira e da piscicultura no incremento do turismo na região. O estudo realizado pela SEAP (2007) para a delimitação de parques aquícolas²¹ no Lago de Furnas demonstra o quão importante essa atividade pode ser para a economia e o desenvolvimento dos municípios, inclusive pela relação intrínseca com o turismo de pesca. Atualmente, a produção aquícola cresce a um ritmo mais rápido que qualquer outra atividade de produção de origem animal. Não obstante aos bons resultados recentes, grande parte do crescimento econômico da aquíicultura está ligada às atividades de marinocultura e à piscicultura em tanques escavados. Nesse aspecto, é importante destacar que os reservatórios brasileiros, os quais totalizam cerca de 5.500.000 ha de área alagada, pouco tem contribuído para as estatísticas, uma vez que a produção de pescado nesses ambientes ainda pode ser considerada muito aquém do seu potencial biológico. Uma forma de incremento da atividade de aquíicultura em reservatórios seria a criação de pescado em tanques-redes. O Estado de Minas Gerais, apesar de toda riqueza hídrica e do crescimento da produção aquícola observado no país, apresenta uma produtividade extremamente baixa, quando relacionada ao seu potencial, observando inclusive decréscimo de produção entre os anos de 2002 e 2004.

Dentro deste contexto encontra-se o reservatório de Furnas. Apesar de suas dimensões imponentes e da presença de uma Estação de Piscicultura na área da usina, a qual trabalha com criação e repovoamento planejado do reservatório com espécies nativas, o aproveitamento do pescado na represa ainda está muito abaixo do esperado (SANTOS *apud* SEAP, 2007). Além disso, o reservatório encontra-se com dezenas de instalações de aquíicultura em tanque-rede, na maioria irregulares, conseqüentemente ausentes de prognósticos ambientais. Para a implementação de programas de aquíicultura em reservatórios, vários aspectos ambientais, sociais e econômicos devem ser analisados conjuntamente no intuito de não deteriorar as águas interiores, permitindo o desenvolvimento social e econômico da região.

O estudo aponta que a instalação de Parques Aquícolas no Lago de Furnas poderá alavancar o desenvolvimento da cadeia de piscicultura regional. A expectativa local é grande quanto aos benefícios oriundos da regularização e catalisação desta importante atividade econômica. Dos 16 municípios que foram foco do estudo sócio-econômico, devido à proximidade em relação às áreas potenciais para implantação dos Parques Aquícolas, os

²¹ Parque Aquícola é definido como o espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários possam ser desenvolvidas outras atividades compatíveis com a prática da aquíicultura (Decreto número 4.895, 25/11/2003 *apud* SEAP, 2007).

cinco contemplados neste trabalho - Boa Esperança, Campos Gerais, Guapé, Ilícinea e Campo do Meio – também fazem parte.

Nos municípios do entorno da represa de Furnas, a integração entre os meios rural e urbano envolve a troca de mercadorias e serviços, em geral produtos primários do campo e industrializados da cidade. O fluxo de pessoas ocorre em função da demanda de serviços presentes exclusivamente nas áreas urbanas e por absorver parte dos trabalhadores que habitam na área rural em empregos nas áreas urbanas. As áreas rurais são alternativa de descanso e lazer para os moradores das áreas urbanas que possuem sítios, hospedam-se em pousadas ou vão em busca da prática de esportes e/ou pesca (SEAP, 2007).

A pesca, tanto a profissional quanto a esportiva/amadora, está dispersa ao longo de toda a represa. Entretanto, de acordo com o estudo, a pesca profissional em Furnas tem sido predatória. O método utilizado na pesca profissional na represa é através de redes com 50 metros de comprimento por 2,5 metros de largura. Cada pescador utiliza entre 50 a 100 redes, que são distribuídas ao longo do espelho d'água. Existe o interesse do Governo Federal em reduzir os empréstimos voltados à pesca profissional (predatória) e estimular os pescadores a ingressar no ramo da aquicultura, por meio do financiamento de tanques-rede, ração e alevinos. Acredita-se que o estímulo aos pescadores a se dedicarem à aquicultura irá incrementar a pesca esportiva no lago, uma vez que haverá maior disponibilidade de peixes para os turistas (SEAP, 2007). Em *Campo do Meio*, a proprietária de uma pousada voltada para o turismo de pesca, se queixou dos redeiros, pois se não houver peixe o seu empreendimento não tem como sobreviver.

Atualmente a atividade de aquicultura, é desenvolvida em todos os municípios banhados pela represa de Furnas, com destaque para *Boa Esperança* e *Guapé*, considerando a microrregião em estudo. O perfil do aquicultor desta região em geral é constituído em sua maioria por pescadores e pequenos produtores rurais e em menor número por grandes agricultores e empresários. Esta atividade vem sendo desenvolvida predominantemente como uma alternativa complementar de renda. A divulgação da atividade de aquicultura e treinamento dos produtores e interessados na região lindeira à represa de Furnas vem sendo realizada pela ALAGO, EMATER e Universidade Federal de Lavras – UFLA, por meio de unidades demonstrativas. A viabilidade desta atividade para o pequeno produtor e a chance deste conseguir se manter no ramo é vista com otimismo, em função do complemento da renda ao produtor. Mas para tanto, é necessária a existência de estruturas de beneficiamento e câmara frigorífica para viabilizar o desenvolvimento da atividade na região, de modo a possibilitar agregação de valor ao produto, maior

aproveitamento da carne do peixe, por meio de despoupeiras e armazenamento. Sendo assim, os setores envolvidos esperam que esta atividade se torne uma importante alternativa de renda aos pescadores e pequenos produtores rurais e atraia investimentos para a região, promovendo assim, seu desenvolvimento (SEAP, 2007).

Ainda de acordo com o estudo, a pesca turística encontra-se disseminada por quase toda a extensão do reservatório, em especial junto aos hotéis, clubes de pesca e pousadas que criam locais específicos para os hóspedes junto ao reservatório (figuras 59 a 64). Recentemente ocorreu o 1º Circuito de Pesca Esportiva no reservatório, uma realização da ALAGO com patrocínio oficial do Ministério do Turismo e apoio das Prefeituras de Formiga, Fama, *Boa Esperança*, *Guapé*, Carmo do Rio Claro e Alfenas, além do Sebrae e Emater/MG, atraindo grande quantidade de público para as cidades participantes. Duas zonas de pesca tradicional puderam ser identificadas ao longo dos trabalhos. A primeira, no braço do rio Grande, localiza-se próximo a cidade de Guapé, no córrego Paredão. A segunda, no braço do rio Sapucaí, localiza-se nas proximidades da confluência com o rio Grande.

O diretor de turismo do município de Alfenas fez algumas considerações²² sobre o turismo de pesca esportiva em Furnas, destacando a grandeza do reservatório, uma vez que possui margens equivalentes a quase metade de todo o litoral brasileiro, a proximidade com o maior pólo emissor de turistas da América do Sul, além das vantagens dos valores praticados em Furnas para a pesca (partindo de São Paulo) em relação à Amazônia e Presidente Epitácio (SP):

- Amazônia com passagem aérea:
R\$ 960,00 por dia de pesca
Custo da hora de pesca: R\$80,00
- Presidente Epitácio (SP): deslocamento: 1 dia
R\$ 325,00 por dia de pesca
Custo da hora de pesca: R\$27,08
- Lago de Furnas (MG): deslocamento: 4 horas
R\$233,25 por dia de pesca
Custo da hora de pesca: R\$19,44

Segundo o diretor de turismo, antes de 1993 a pesca era desembarcada, praticada às margens do Lago. A primeira divulgação nacional da região ocorreu na revista Troféu Pesca no mesmo ano na região do Turvo e a segunda na revista Pesca Esportiva em 2002 na

²² Palestra proferida durante o 2º Seminário de Integração Turística do Lago de Furnas em Boa Esperança, no mês de novembro de 2007.



Figura 59: Pousada Sonhador – Campo do Meio
Fonte: arquivo pessoal



Figura 60: Pousada Sonhador – Campo do Meio
Fonte: arquivo pessoal



Figura 61: Pousada do Lago - Guapé
Fonte: arquivo pessoal



Figura 62: Pousada do Lago - Guapé
Fonte: arquivo pessoal



Figura 63: Pousada Bela Minas - Guapé
Fonte: arquivo pessoal



Figura 64: Pousada Bela Minas - Guapé
Fonte: arquivo pessoal

região de Fama. Essa divulgação e o desenvolvimento da atividade contribuíram para a construção de pousadas, na época seis novas voltadas para a pesca de tucunarés. Além disso, foram contratados vários guias de pesca e diversas pousadas adquiriram embarcações para locação. Contudo, destaca-se também a necessidade de se estabelecerem políticas públicas para o desenvolvimento da pesca esportiva no Lago de Furnas. Nos feriados prolongados, nos aterros existentes no Lago (entre Alfenas e Carmo do Rio Claro), observa-se cerca de 170 veículos, transportando em média 3 pessoas, (510 pescadores por dia) sem computar aqueles hospedados em pousadas. Nestes locais, há necessidade de sinalizar áreas de estacionamento e tornar o acesso às margens do Lago mais seguro. Nesses aterros existem restaurantes e algumas pousadas, porém na área onde as pessoas praticam a pesca, é necessária a presença de sinalização educativa, lixeiras e coleta de lixo, sendo que alguns destes locais poderiam ter acesso também para cadeirantes.

Há também a necessidade da realização de pesquisa científica, a fim de obter informações tais como o número de turistas que freqüentam o Lago, os períodos de maior e menor demanda, o tempo de permanência e procedência, as pousadas que possam receber o pescador (com embarcações de locação próprias ou terceirizadas), rampas para desembarque de embarcações, número de guias de pesca que atuam na área e o número de embarcações de pesca esportiva para locação. A pesca esportiva garante a manutenção dos estoques pesqueiros, gera mais renda que a pesca extrativista e o sistema de pesque e solte do peixe permite a continuação do seu ciclo reprodutivo, garantindo continuidade do turismo na região.

7.1.4 Quadro de vida

Em relação ao critério “quadro de vida” busca-se compreender se existe um quadro de vida agradável e favorável às relações humanas. A estética paisagística é, portanto, um indicador a se considerar, sendo este um aspecto que foi bastante citado pelos atores entrevistados. No caso, por exemplo, de *Boa Esperança*, observa-se que as casas estão melhorando e os imóveis encareceram ao longo do tempo. Entretanto, a cidade passa má impressão devido a problemas como buracos na rua e lixo nas proximidades do Lago.

Antigamente a orla era mais aproveitada, mas acidentes no Lago inibem o uso, assim como o consumo de drogas e bebidas por residentes locais. Esse ponto foi citado como desfavorável para a captação do turista.

Mais especificamente em relação ao Lago, grande parte dos atores dos cinco municípios manifestaram a sua percepção sobre a paisagem que se instala quando o nível do lago sofre uma queda considerável. O cenário não é agradável e prejudica a beleza do lugar, resultando conseqüentemente numa queda de visitação.

Grande parte da história dessa região submergiu em 1963 e, por isso, ainda hoje é comum o sentimento de perda entre seus remanescentes, e uma dificuldade na relação das comunidades e governos locais com o Lago que, durante muito tempo, subutilizou sua estrutura e só recentemente vem descobrindo suas potencialidades. A relação da cidade de *Guapé*, por exemplo, com o lago deve receber maior atenção, uma vez que compõe um grande atrativo, mas não dispõe de infra-estrutura adequada. O sistema viário é um exemplo dessa estrutura subutilizada, composto anteriormente por estradas vicinais, também foi inundado pelo reservatório, dificultando intensamente, dentre outras aspectos, a mobilidade urbana e o escoamento da produção local. Ao longo do tempo, não houve por parte das diversas esferas governamentais, federais e estaduais, e também de FURNAS o desenvolvimento de projetos hidroviários de maior vulto, prova disso é que, na maioria das pontes construídas, as estruturas não possuem medidas adequadas para o fluxo de embarcações. Enfim, a navegação no lago não foi priorizada em nenhum momento, e, em muitos pontos, está totalmente impedida por pontes e aterros, dificultando ainda mais a integração econômica e social da região. A construção da represa e a formação do lago afetaram a rede viária de forma que se tornou necessária a construção de diversas vias para ter acesso às cidades e povoados dispersos nessa área. Em alguns pontos a comunicação se realiza por meio de transbordadores situados em estradas municipais e afetam apenas as rotas intermunicipais (MENALE et al, 2006).

A MG-050 e a BR-381 são as duas vias principais de acesso à região do Lago de Furnas, sendo que a MG-050 cruza os municípios situados no norte do lago, tanto a partir de Belo Horizonte quanto de Ribeirão Preto. Atingindo os municípios do sudeste, a BR-381 é o eixo mais importante de acesso ao lago, uma vez que liga São Paulo à Belo Horizonte. Sendo assim, a MG-050 atende à região a noroeste e nordeste, a BR-381 a sudeste e leste e a BR-491 a sudoeste. Todas as grandes cidades da região sudeste têm acesso ao Lago por via asfaltada, sendo que Belo Horizonte é localizada há aproximadamente 300 km.

Alguns atores entrevistados citaram a falta de sinalização além da precariedade da estrada que liga Passos a Capitólio e que interfere negativamente no fluxo de visitantes para a microrregião. Em *Boa Esperança* há o conhecimento de uma verba para as estradas, mas ainda não foi aplicada. É reconhecido pelos entrevistados que o fluxo de visitantes depende da boa condição dos acessos.

Entre as obras que estão previstas ou já em execução, estão o asfaltamento da MG-170 que liga *Guapé* a Pimenta, considerado um elo entre as regiões Sul e Oeste do Estado; a parceria público privada para melhorias na MG-050; a recuperação de rodovias que dão acesso a MG-050, entre elas o trecho que liga Oliveira à microrregião; e a liberação de 43 milhões de reais do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal para asfaltar o trecho de Illicínea a São Sebastião do Paraíso. Além disso, foi feito um estudo para o estabelecimento de uma hidrovia; para tanto foi realizado um levantamento sobre altura, profundidade e nível das pontes existentes. Existe também em andamento uma negociação para formalizar um convênio com a SETUR para sinalização de 30 circuitos no entorno do Lago de Furnas.

7.2 A vitalidade econômica do turismo no território

A dimensão econômica, por sua vez, recebe no debate sobre o turismo sustentável uma atenção relativamente insuficiente, se comparada às questões ambientais. Quando se almejam os custos e os benefícios do turismo, é preciso uma consciência de que o impacto econômico do turismo depende, em parte, da natureza da economia. O impacto econômico do turismo será variado entre os diferentes tipos de economia dependendo dos gastos dos turistas, das pessoas que estarão empregadas no turismo, dos valores salariais e do grau de fuga de capital do turismo da comunidade local, ou seja, do efeito multiplicador do turismo que consiste na circulação do dinheiro gasto pelos turistas pela economia local. O desenvolvimento de formas mais sustentáveis de turismo segundo Swarbrooke (2000) envolverá uma série de prioridades relevantes em termos econômicos, como o desenvolvimento de formas de turismo que otimizem os benefícios econômicos da atividade, garantir que esses benefícios sejam amplamente distribuídos à comunidade local e agir de forma a dividir entre a indústria do turismo e os órgãos governamentais locais os custos para atrair os turistas e atendê-los em suas necessidades.

7.2.1 Rentabilidade

Em relação ao critério de rentabilidade, avalia-se qual é a vitalidade econômica do turismo sobre um dado território e se o mesmo facilita esta vitalidade. A microrregião vem apresentando um crescimento do seu contingente populacional, entretanto em relação à sua população rural, os municípios apresentam um forte decréscimo, conforme citado na caracterização da área em estudo. Esse aspecto reforça a importância do fomento ao turismo rural, como estratégia para fixação do homem ao campo e valorização da zona rural dos municípios. Como a microrregião é carente em termos de informação sobre a demanda turística e sobre indicadores relacionados à porcentagem da população instalada graças ao turismo e a evolução dos empregos no setor, torna-se difícil uma análise aprofundada sobre os benefícios econômicos gerados pelo turismo na área. O que se pode observar, é a atuação de empreendimentos isolados, tais como meios de hospedagem, bares e restaurantes, clubes náuticos e pesqueiros, gerando renda para segmentos restritos da sociedade.

Já houve interesse da iniciativa privada em implementar infra-estrutura e serviços que fomentariam a atividade turística na região. No caso de *Boa Esperança*, um empresário fez um loteamento para a construção de condomínio que acabou se desvalorizando com a construção de casas populares na vizinhança. Houve também o interesse na construção de uma marina, mas que esbarrou no problema de segurança, no alto custo da infra-estrutura necessária e nas exigências para navegação. Um hoteleiro também de *Boa Esperança* tentou implantar pedalinhas na área do lago de frente ao hotel, mas como teria que cercar esta área não foi possível a execução do projeto, pois a área pertence a FURNAS. Em *Guapé*, existe uma iniciativa por parte do empresário que administra o restaurante do Parque do Paredão que contratou um grupo de escalada que está fazendo cinco vias de escalada no local e, segundo o entrevistado, não houve nenhum interesse por parte do poder público que alegou não ter relação com o projeto, apesar do Parque ser administrado pela prefeitura. Pelo fato de ter contato direto com o público significativo que frequenta o parque, formado inclusive por turistas estrangeiros, o empresário considera que os hotéis de *Guapé* deveriam ter uma escuna, ele mesmo que já teve um bar a beira lago chegou a promover um encontro de *Jet Ski* que não acontece mais. No caso de *Ilicínea*, a comunidade não tem interesse em investir de forma significativa.²³

²³ Observação da pesquisa de campo.

7.2.2 Integração territorial

Em consonância com o critério anterior, o de integração territorial procura avaliar o nível de integração na economia local e se o turismo gera um impacto positivo sobre a economia do território. Da mesma forma, como o turismo ainda é uma atividade incipiente nesta microrregião, o impacto embora seja positivo é ínfimo diante da potencialidade da atividade. A quantidade de empreendimentos combinando o turismo com outras atividades ou o número de agricultores que obtêm uma renda a partir do turismo é praticamente inexistente. A maioria dos entrevistados reconhece a diversidade das propriedades rurais que existem nos municípios e acreditam que vários proprietários teriam o interesse em receber visitantes para conhecer as atividades produtivas das fazendas. Inclusive é reconhecido que esse grupo deveria ser chamado para as reuniões de turismo. O proprietário de um hotel em *Boa Esperança*, que também possui plantações de café, tem interesse em levar visitantes na sua propriedade e conhece outros fazendeiros que também gostariam de receber.

7.2.3 Agilidade / flexibilidade

O critério de agilidade propõe a avaliação da diversidade da atividade turística e, se em virtude dessa situação, existe o risco do turismo tornar-se atividade predominante. Conforme já explicitado, há diversidade de atrativos na microrregião que, por sua vez, condicionam o potencial para vários segmentos do turismo, como o náutico, de natureza, rural, o de aventura, o religioso e de pesca. Em função dessa diversidade e do fato de que a atividade ainda não é organizada e efetiva na microrregião, não há o risco de dependência do turismo, isto é, atualmente o peso econômico do turismo é pequeno. A região tem a economia de base agrícola, com destaque também para o setor comercial, portanto, mesmo traçando um prognóstico otimista para o desenvolvimento do turismo, essa atividade tenderá a ser complementar para a economia da região. Em relação à pluri-atividade, não existem empresas combinando o turismo com outras atividades.

Como é característica da atividade turística, a sazonalidade é verificada na região, sendo que os períodos de maior fluxo de visitantes são as férias escolares, além de feriados

prolongados e dias de eventos. Mesmo assim, o território é capaz de suportar a demanda atual, as opções de alojamento atendem tal demanda, porém caso haja incremento do fluxo turístico, deverão se adaptar. Os visitantes têm origem na região do entorno e principalmente o estado de São Paulo, mas em eventos como a final do Campeonato de Jet Ski em *Boa Esperança*, é possível verificar inclusive uma demanda de visitantes estrangeiros.

7.2.4 Perenidade

Esse critério tem como proposta verificar se o turismo é dominado pelos atores do território e se é ameaçado pela evolução econômica e social do mesmo. Nesse sentido, verificou-se que as empresas (meios de hospedagem, alimentação) são pertencentes e geridos por atores locais, o que representa um aspecto positivo para a geração de renda local. O artesanato, outro aspecto a ser observado, ainda é incipiente, mas passa por evolução sendo que em Boa Esperança começa a trazer retorno. Os outros municípios não possuem produtos artesanais típicos de representatividade para a economia local. A produção cafeeira é grande gerador de emprego e riquezas na região, entretanto sua evolução configura-se como uma ameaça para o turismo em função da contaminação das águas. Mas por outro lado, a paisagem formada representa um potencial, além do conhecimento das técnicas agrícolas. A operação do reservatório por FURNAS, como já dito anteriormente, também representa uma ameaça ao turismo. Juntamente com esses fatores, a exploração de quartzito nos municípios de *Ilicínea* e *Guapé* constitui-se um empecilho, já que pode comprometer os recursos hídricos dos mesmos.

7.3 O alcance social do turismo

A dimensão social é crucial para o turismo sustentável, especialmente em relação aos impactos socioculturais do turismo e às relações entre comunidade local e turistas. Esses impactos são em grande parte invisíveis e intangíveis, além de geralmente serem permanentes e às vezes com poucas chances de reverter as mudanças já ocorridas. No entanto, é importante reconhecer que os efeitos também podem ser positivos, sendo que os

fatores que irão determinar se o resultado dos impactos será positivo ou não, é a força e a coerência da sociedade e da cultura local, a natureza do turismo na localidade, o grau de desenvolvimento econômico e social da população local em relação aos turistas e finalmente as medidas tomadas pelo setor público para administrar o turismo de forma a minimizar seus custos socioculturais.

7.3.1 Reconhecimento

O reconhecimento é o critério que permite avaliar se o turismo traz bem-estar para a população e se os atores locais se sentem envolvidos e valorizados pela atividade turística. Em *Boa Esperança*, alguns empresários não reconhecem o departamento de turismo e alguns são tidos como polêmicos por se posicionarem desfavoravelmente em relação às ações do departamento. Além disso, alguns se consideram sobreviventes e trabalham sem esperança de que o cenário do turismo no município seja melhorado.

O tipo de turismo incentivado pelo poder público é o de massa, especialmente em *Boa Esperança* e *Guapé*, representando um segmento turístico que não é desejado pelo comércio, pois causa problemas para o município e causa o afastamento do turista de “qualidade”. Ainda no caso de *Boa Esperança*, a comunidade não aceita amplamente o turismo, o que dificulta as ações no sentido de ampliar a atividade, além da queixa em relação à infra-estrutura como a falta de iluminação e segurança à beira lago, a falta de infra-estrutura na Serra da Boa Esperança, embora possua boa estrutura de restaurantes e hotéis. Em *Campos Gerais* existia um bar no lago (parque aquático) onde ocorriam shows, entretanto não há mais esse tipo de uso. A infra-estrutura é proporcionada por alguns hotéis e em *Guapé* não há uso turístico do Lago, conforme anteriormente citado.

7.3.2 Inserção

A inserção é um critério que possui relação direta com o anterior, uma vez que se ocorre o envolvimento e valorização dos atores pelo turismo, o mesmo passa a favorecer a inserção do conjunto dos atores que o desejam. Desse modo, as prefeituras já promoveram

cursos na área de hotelaria e atendimento, mas poucos participam. Um hoteleiro de *Boa Esperança* alegou que o poder público incentiva os empresários “de fora” e não os “de dentro”. Em *Campo do Meio*, talvez pela atmosfera de crescimento que está sendo observada na cidade, o comércio se sente inserido no processo turístico.

Outro ponto destacado é o fato de o turista não permanecer muito tempo na região, especialmente em função de não existir uma agência de receptivo; contraditoriamente não há o que fazer, embora exista uma quantidade razoável de atrativos. É preciso melhorar o atendimento, preparar as pessoas para receber, unir todos os setores. No verão não se vê *Jet Skis* em *Boa Esperança*, a proprietária dos “pedalinhos”, por exemplo, não está estimulada a continuar com seu serviço. Em *Guapé* o barco/chalana vem de Capitólio para fazer passeios com visitantes hóspedes dos hotéis que necessitam buscar esse recurso para aumentar o tempo de permanência dos mesmos.

7.3.3 Parcerias

Em relação à prática das parcerias, que avalia a solidariedade dos atores turísticos no território e se essa é assumida no conjunto do território, tem-se que no município de *Ilicínea* a comunidade, de forma geral, é interessada na melhoria do turismo no município e percebe o crescimento das ações que estão sendo realizadas pelo poder público, o que acontece também em *Campo do Meio*. Já em *Boa Esperança* detecta-se uma falta de interesse da população e até mesmo a falta de prática para participar, apesar desse município estar atuante nas questões ligadas ao turismo. Isso acontece também em *Guapé* e em *Campos Gerais*, mas provavelmente é um reflexo da falta de organização do setor de turismo nesses municípios. Alguns atores citaram que é preciso “lapidar” os empresários, ampliar a visão dos mesmos para as parcerias.

Existem conflitos de interesse como o de um hotel de *Boa Esperança* que acusa os bares à beira lago de não colocar música ao vivo para atrair os clientes. Por sua vez, o proprietário do bar não coloca música, pois busca atender um público diferenciado, composto por famílias. O comércio não patrocina as ações da prefeitura de *Boa Esperança*, foram detectados casos de concorrência desleal em relatos de alguns entrevistados. Há falta articulação entre os empreendedores, que muitas vezes são tidos como individualistas.

7.3.4 Acessibilidade

Esse critério tem a ver com a variedade de atores locais consultados no trabalho de campo e pelo fato de que a inserção dessa diversidade populacional é de fundamental importância na avaliação dos benefícios do turismo no local. O turismo é uma atividade que está constantemente agindo sobre o território através dos atores locais e, embora se considere como ator qualquer pessoa, instituição ou empreendedor que exerça alguma influência sobre o território, não se pode concluir que a atividade é acessível ou compartilhada com todos. Portanto, existe uma parcela da população que fica a margem dos processos turísticos.

Nos municípios, pode-se perceber que a maior parte dos habitantes está distante do desenvolvimento do turismo e, dessa forma, não tem conhecimento dos benefícios ou prejuízos que o turismo pode trazer, pois muitas vezes não observam a ocorrência desta prática e não se sentem envolvidos por ela. Em sua maioria, são populações de baixo poder aquisitivo, embora haja uma pequena parcela que serve de mão-de-obra menos valorizada e desqualificada para algumas empresas turísticas.

Concomitantemente, não existem eventos expressivos que proporcionem atividades de lazer, além da realização de mini-cursos para a comunidade, por exemplo. Nos períodos de eventos e festas municipais as comunidades participam, mas há uma separação natural entre os locais frequentados por visitantes e residentes, ampliando mais ainda a distância entre os dois públicos.

Em relação à estadia e entretenimento dos visitantes, pode-se considerar que os preços praticados em hotéis e restaurantes são razoáveis, atendendo a classe baixa e média. Porém, existe uma deficiência de infra-estrutura que não permite ao visitante aumentar sua permanência média nos municípios.

7.4 A ética na integração dos atores ao processo decisório

Existem vários meios pelos quais o turismo sustentável é influenciado, entre eles a existência de uma série de questões éticas no enfrentamento entre a “indústria” do turismo (grifo nosso) e o turismo sustentável. Se hoje essas questões estão evidentes, amanhã se

tornarão desafios mais significativos para o turismo (SWARBROOKE, 2000). A dimensão ética para a AFIT (2001) versa sobre os critérios de transparência, solidariedade e integração do tempo, tolerância e democracia participativa ou governança, diferentemente da dimensão social que considera como critérios para uma abordagem territorial o reconhecimento, a inserção, as parcerias e acessibilidade.

7.4.1 Democracia participativa / governança

A governabilidade, critério relacionado à democracia participativa ou governança, propõe uma avaliação da existência de meios de negociação implantados e de normas coletivas. Entre os municípios em questão, apenas *Boa Esperança* possui um departamento de turismo estruturado dentro da Secretaria de Agricultura e Pesca, contando com bom relacionamento com a SETUR, enquanto que nos outros a atividade recebe menos atenção. A prática dos debates públicos é fraca na microrregião, em nenhum dos municípios há um conselho de turismo formado. Existe uma agência de desenvolvimento turístico em Boa Esperança que espera contribuir com o desenvolvimento do turismo. A idéia de turismo sustentável é para alguns atores o turismo ordenado, de longo prazo e que traz benefícios.

7.4.2 Transparência

O critério de transparência está interligado ao anterior, uma vez que propõe avaliar se as orientações de desenvolvimento do território são implantadas de maneira transparente e igualitária para o conjunto dos atores. Na verdade, os atores são pouco convidados a participar desse processo, provável reflexo da não organização do turismo no território. Esse cenário começa a mudar com o início dos trabalhos do Sebrae na região, que busca estimular o diálogo entre os atores dentro de um processo participativo e promover treinamento e capacitação.

Há o reconhecimento por parte de vários atores de que é necessário um profissional de turismo na gestão municipal. Em *Guapé* o setor permaneceu por um longo período sem

organização, recebendo verbas que eram investidas em outros setores. Porém no início do presente ano, foi contratado um profissional do turismo. Em relação ao número de projetos turísticos realizados, esse município investiu em um portal que abriga o receptivo turístico e sinalização, entretanto contraditoriamente o portal que deveria funcionar nos finais de semana e feriados, permanece fechado. Alguns atores consultados ressaltaram que falta divulgação para a região, mas que esta não pode ser feita com tantas questões a serem ainda discutidas. Atualmente um trecho da orla do Lago está em processo de revitalização, além de reformas no Parque do Paredão e a construção de um Píer por um empresário da região. Já *Boa Esperança*, pelo bom relacionamento com instâncias estaduais e federais, obteve verba do Ministério do Turismo para realização do Campeonato de *Jet Ski*, além de elaborar o projeto para construção de um portal de turismo na entrada da cidade. Considerando a região como um todo, que abrange 34 municípios lindeiros ao Lago, a área foi contemplada com o Projeto de Inventário do Potencial Turístico da Região do Lago de Furnas, numa parceria entre instituições de ensino, municípios e ALAGO.

A posição de FURNAS²⁴ em relação aos problemas é o reconhecimento de que eles devem ser tratados regionalmente. Na visão da empresa, o problema da década de 1960 marcou a vida das pessoas significativamente, resultando numa imagem negativa da empresa. Com 50 anos de existência, foi demandada a participar de projetos nas comunidades, pois têm com estas uma eterna dívida. A empresa sempre aplicou recursos na região, porém de forma pulverizada gerando altos custos para a empresa. Recentemente aplicou recursos na elaboração dos planos diretores e no diagnóstico de saneamento, buscando investir também na proteção do patrimônio. Para tanto, procura trabalhar em 3 vertentes principais – saneamento e meio ambiente, desenvolvimento local e regional e desenvolvimento institucional.

7.4.3 Solidariedade / integração do tempo

No critério solidariedade/ integração do tempo, observa-se que o turismo na microrregião ainda não reforça a solidariedade entre os atores do território, o que por sua vez gera um cenário de incertezas e até mesmo de desesperança para alguns desses

²⁴ Exposição durante o 1º Debate Público sobre o Desenvolvimento Sustentável do Lago de Furnas, realizado em Belo Horizonte no mês de outubro de 2007.



Figura 66: Mapa do Circuito Turístico Nascentes das Gerais
Fonte: Secretaria de Estado do Turismo/MG

Entretanto, a SETUR²⁵ com a missão de fomentar o turismo, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico do estado de Minas Gerais, tem como projeto estruturador para o desenvolvimento econômico dos municípios através do fortalecimento do turismo, o desenvolvimento do destino turístico do Lago de Furnas. A meta é consolidar a região como destino turístico nacional e internacional, tendo como parceiro o Sebrae. Entre as ações previstas para os próximos três anos, está a integração das instâncias de governança do território; o estudo de viabilidade comercial e impacto sócio-ambiental do entorno do Lago de Furnas; o Plano Estratégico elaborado para a região do Lago de Furnas; o início das ações previstas do Plano Estratégico; e a divulgação e promoção do produto realizado. Tem ainda como projetos associados a realização dos inventários turísticos e um Programa Especial para o segmento da Pesca Esportiva como indutor do desenvolvimento turístico da região.

7.4.4 Tolerância

E por fim, o critério tolerância busca verificar se o turismo reforça o entendimento entre os atores e a aceitação das diferenças. Analisando a microrregião e os depoimentos dos atores consultados, observa-se que existe um longo caminho a ser seguido em prol de uma cultura do debate. A grande queixa refere-se a relação com a gestão municipal, uma vez que o poder público não dá suporte e faz pouco investimento no turismo. Já houve até

²⁵ Palestra proferida durante o 2º Seminário de Integração Turística do Lago de Furnas em Boa Esperança, no mês de novembro de 2007.

mesmo o caso de representantes do poder público, quando ocorreu uma queda muito grande no nível do Lago, divulgar na mídia para que os visitantes não fossem a determinado município. Em *Boa Esperança* a maior queixa é em relação à infra-estrutura do município, como o cuidado com os jardins da cidade. Em *Campo do Meio* os atores entrevistados reconhecem que o poder público está investindo, o que está conseqüentemente refletindo no aumento dos eventos, principalmente aqueles ligados ao lago como esportes náuticos. Em *Ilicínea* a situação é semelhante, sendo que os atores consideram que o papel do poder público é colaborar e melhorar as parcerias.

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: AVANÇOS, RETROCESSOS E COMPOSIÇÃO ATUAL DO ESPAÇO TURÍSTICO DA PENÍNSULA

O alcance do objetivo de incrementar o fluxo turístico de um destino, favorecendo o aumento da renda e dos empregos no setor compatível com a preservação ambiental, é resultado de um processo complexo de planejamento. A partir da existência de atrativos, porém sem produtos estruturados efetivamente, parte-se para a elaboração do plano de desenvolvimento turístico. O primeiro passo para a elaboração do plano é fazer um reconhecimento da diversidade e situação dos recursos que corresponde ao conjunto de atrativos de uma região. Em seguida, deve-se proceder a um levantamento completo da situação da infra-estrutura geral, além dos equipamentos e serviços turísticos para, posteriormente, elencar diretrizes e ações para o desenvolvimento do turismo (WWF, 2004). A partir dessa concepção, foi elaborada a análise *SWOT* da península estudada, ou seja, a análise do ambiente interno, onde são apontados os pontos fortes e fracos da região e a análise do ambiente externo, que aponta as oportunidades e ameaças para o desenvolvimento do turismo. A seguir, o quadro 07 apresenta de forma sucinta os resultados dessa análise.

ANÁLISE SWOT
FATORES INTERNOS
PONTOS FORTES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grande qualidade paisagística de determinados lugares do perímetro do Lago; ▪ O ambiente rural das terras que conformam as margens do Lago; ▪ Potencial para turismo de pesca, turismo de natureza e turismo rural; ▪ Atuação de associações como Alago e Fórum Lago para o desenvolvimento da região; ▪ Realização dos Planos Diretores Municipais; ▪ Realização do Diagnóstico de Saneamento do Lago de Furnas; ▪ Realização dos Inventários da Oferta Turística da região; ▪ Elaboração do Relatório de Identificação de Áreas Tecnicamente Adequadas para a Instalação de Parques Aqüícolas no Reservatório; ▪ Baixa mobilidade das águas, favorecendo os esportes náuticos; ▪ Presença do dique em <i>Boa Esperança</i>; ▪ Importante acervo de edificações históricas dos séculos XIX e início do XX; ▪ Reconhecimento da comunidade sobre o potencial turístico da região.
PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Turismo subordinado à operação do reservatório; ▪ Presença de áreas com deplecionamento acentuado do Lago; ▪ Casos de acidentes causados por restos de vegetação no reservatório;

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lançamento de esgoto e defensivos agrícolas no Lago; ▪ Construções irregulares às margens do Lago; ▪ Infra-estrutura de entretenimento dos municípios ao longo da orla não possibilita um aproveitamento maior do Lago; ▪ Falta de segurança em relação ao uso turístico do Lago (salva-vidas, corpo de bombeiros); ▪ Êxodo rural nos municípios – sazonalidade do trabalho rural; ▪ Crescimento da atividade mineradora entre <i>Guapé</i> e <i>Ilicínea</i>; ▪ Término de eventos importantes, principalmente relacionados ao Lago; ▪ Falta de pesquisa da demanda turística na região; ▪ Pequena permanência do visitante em virtude da falta de organização do receptivo; ▪ Baixa realização de parcerias entre os empreendedores; ▪ Pequena solidariedade regional na distribuição dos fluxos turísticos; ▪ Alguns atrativos histórico-culturais e naturais necessitam de ações de preservação, infraestrutura e gestão; ▪ Artesanato pouco desenvolvido; ▪ Cultura de debate pouco desenvolvida; ▪ As ações de promoção e divulgação da região são incipientes; ▪ Não há uma oferta de roteiros e informações turísticas de qualidade sobre a região; ▪ Gasto e permanência do visitante na região é baixo; ▪ Deficiências na qualificação profissional e serviços oferecidos; ▪ Falta de coesão e ação integrada entre as gestões municipais relativa ao turismo.
FATORES EXTERNOS
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de dois planos de turismo da região; ▪ A região é foco da atual gestão da Setur/MG que tem como meta consolidar o lago como destino turístico; ▪ Bom acesso aos mercados emissores (BH, SP, RJ); ▪ Realização de uma série de debates públicos e diálogos de concertação; ▪ Realização de várias obras de pavimentação de vias que ligam a região;
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de uma política de investimentos consolidada para a região; ▪ Morosidade nas questões relativas ao saneamento do Lago; ▪ Concorrência com outros municípios do entorno, cujo turismo já é consolidado; ▪ Inconsistências na formatação de circuitos turísticos da região.

Quadro 07: Análise SWOT

Em uma nova concepção, o turismo deve ser compreendido como um conjunto de bens e serviços que promovam o desenvolvimento socialmente justo e economicamente equilibrado em nível local e regional. A valorização e proteção dos recursos naturais e histórico-culturais se configuram como o suporte essencial para o desenvolvimento responsável do turismo. Inicialmente o papel de fomento e controle deve ser de

responsabilidade do conjunto de atores públicos e privados que atuam com o setor turístico. Entretanto, cabe ao poder público a função de ditar políticas que orientem o planejamento e gestão do turismo, tanto para o setor público quanto para o privado (WWF, 2004).

No caso do Lago de Furnas, passados doze anos do início do funcionamento da Hidrelétrica, a região compreendida pelo Lago foi alvo de um plano de desenvolvimento liderado pelo governo estadual por meio da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, além de FURNAS Centrais Elétricas. O Plano elaborado em 1975 apontou a região sudeste como o mercado primário para o turismo no Lago de Furnas, em função de ser a região mais populosa e urbanizada do Brasil, além da distribuição de renda e faixa etária que proporcionaria a demanda por um tipo de recreação ligada a esportes náuticos e pesca, ou seja, justamente o que o Lago teria condições de oferecer. Aliado a esses fatores, na época todas as grandes cidades do sudeste já possuíam acesso ao Lago por via asfaltada, sendo que outras pavimentações já estavam programadas. Entretanto, não havia transporte aéreo comercial na região do Lago, contando apenas com pequenos campos de pouso. O Plano previa a integração do Lago de Furnas com as estâncias hidrominerais, as cidades coloniais e o Parque Nacional da Serra da Canastra.

O documento chamava a atenção para alguns aspectos que seriam essenciais para o desenvolvimento do turismo. O primeiro deles versava sobre a necessidade do aprimoramento dos métodos de cultivo e comercialização de produtos agrícolas e de acentuar a importância do reflorestamento no sentido de favorecer o controle da erosão em toda a região do Lago, objetivando a conservação do solo e a redução do assoreamento e turvação das águas do reservatório. O programa de aprimoramento deveria focar também os efeitos da aplicação errônea de fertilizantes com a lixiviação das terras e o carreamento dos fertilizantes para dentro do Lago. A questão da qualidade da água poderia influir na criação de infra-estrutura para recreação, como a turvação das águas que se apresentava maior na parte sul do Lago, diferentemente da parte norte que contava com águas mais claras, ou seja, nessa área a turvação não colocaria obstáculo à recreação o ano inteiro.

Portanto, as características geológicas e fisiográficas da região do Lago de Furnas, foram consideradas na organização territorial proposta pelo Plano, uma vez que se refletem na qualidade e utilidade dos solos. Na porção sul do lago os solos são de forma geral apropriados para agricultura, enquanto que os do norte são mais adequados para florestas e pastagens. Neste sentido, a metade norte foi a mais indicada para a concentração do desenvolvimento da recreação, pela combinação do Lago limpo e claro durante todo o ano, uma faixa marginal bastante adequada para edificações e variedade da paisagem. Em

função de tais características, as principais áreas de desenvolvimento recreacional apontadas no Plano estariam localizadas na parte norte do Lago, sendo que para cada área foram determinadas prioridades e a programação coordenada das melhorias viárias com essas prioridades. A primeira área de prioridade é da Barragem até Capitólio; a segunda a região de Santo Hilário; a terceira em Carmo do Rio Claro; e a última da Ponte de Santo Hilário à Barragem de Furnas.

Ainda como propostas que dependiam da qualidade das águas, a piscicultura foi apontada como uma possibilidade para o desenvolvimento da região, o que dependeria da boa qualidade das águas. Na época FURNAS estava construindo uma estação de piscicultura imediatamente à jusante da Barragem, o que seria de extrema importância para o incremento da recreação, devido a atração que a pesca como atividade esportiva exerce. Outra proposta era a natação, considerada pelo Plano uma importante atividade esportiva associada com os Lagos, foi apresentada como alternativa que deveria ser investigada para desenvolvimento. A proposta era aproveitar o Lago com área de natação, mas com a construção de uma parede protetora na margem.

Foram citados também influências, existentes e potenciais, afetando o desenvolvimento da recreação do Lago de Furnas. A primeira delas era o controle das implantações na linha marginal, ou seja, obediência à linha limítrofe de construção ao redor do Lago. Embora isso não constituísse problema na época, poderia vir a ser quando o desenvolvimento se intensificasse. Recomendava-se, portanto, como parte essencial do Plano, o estabelecimento de padrões tanto para a utilização do Lago quanto da terra. Recomendava-se também que na criação e desenvolvimento desses padrões seria necessário incluir o escoamento dos esgotos e a coleta e destinação do lixo. Segundo o Plano, o Lago continha na época água de alta qualidade, entretanto com a intensificação do desenvolvimento, tal qualidade tenderia a declinar, a não ser que a poluição fosse controlada.

Juntamente a essas influências, um obstáculo ao desenvolvimento apontado na época era a falta de transporte adequado dentro da área e a inexistência de acesso ao Lago propriamente dito. Um dos entraves eram as estradas não pavimentadas, como a que ligava o município de Areado à Barragem, mas algumas melhorias estavam previstas, como a pavimentação da via que liga *Boa Esperança* à rodovia Fernão Dias (BR-381). Essas melhorias eram tidas como imprescindíveis para tornar a área do Lago facilmente acessível para os visitantes vindos dos grandes centros da região sudeste. A melhoria na pavimentação das conexões viárias entre Alfenas e a BR-381 em Pouso Alegre, e entre Alfenas e a Barragem, complementariam um sistema rodoviário básico regional necessário

ao desenvolvimento do Lago. Embora outras melhorias fossem necessárias, esse sistema proporcionaria ligações pavimentadas para todas as principais cidades do sudeste. O aprimoramento do sistema de rodovias e estradas de acesso ao Lago era considerado a chave do desenvolvimento do Lago de Furnas, isto é, sem um programa que coordenasse as diversas pavimentações e melhorias na rede viária, o Plano não poderia ser bem sucedido.

Diante dos aspectos apontados, para realizar com sucesso o Plano, recomendou-se alguns objetivos e diretrizes no intuito de oferecer uma linha de ação operacional aos responsáveis pelo direcionamento e implantação do programa de desenvolvimento do Lago. O primeiro deles era a criação de uma agência responsável pela execução do Plano de Desenvolvimento do Lago; esta agência deveria ter poderes e suporte financeiro adequados e possuir iniciativas e flexibilidade na resolução dos problemas do Lago. Nesse sentido, a cooperação regional deveria ser incentivada em prol de uma atuação conjunta entre diversos setores da sociedade. Outra diretriz recomendada era a de planejar e operar o reservatório de maneira que o público tivesse acesso adequado ao mesmo. Isto sugeria a criação de um sistema de pontos de acesso e de parques públicos; dentro dessa política, deveriam ser feitos esforços para estimular o investimento privado. Além disso, deveriam ser fixadas normas e controlado o desenvolvimento às margens do Lago, proteger o meio ambiente, assegurar qualidade nos empreendimentos e evitar a poluição das águas.

Em consonância com essa estratégia de adequar o acesso do público ao Lago, o Plano recomendava o estabelecimento de uma rede de 29 áreas de acesso público, sem que o mesmo tivesse que cruzar propriedades privadas para atingir o Lago e que tivessem terreno suficiente para as instalações sugeridas, considerando também o sistema rodoviário regional e às precárias vias de acesso ao Lago. Os equipamentos nessas áreas de acesso ao público em geral se limitavam a uma rampa de acesso para barcos, espaço para estacionar carros e reboques de barco, limpeza de terreno para permitir pesca de barranco, mesas de piquenique e cestas de lixo. Especialmente na microrregião em estudo, estavam previstas duas dessas áreas em *Campos Gerais*, uma em *Campo do Meio*, três em *Boa Esperança* e uma em *Guapé*. Em relação aos parques, foi previsto um em *Campo do Meio*, outro em *Boa Esperança* e um em *Guapé*, que proporcionassem áreas para natação, piquenique, prática de esportes, pesca, rampas de acesso para barcos, estacionamento para carros e reboques de barcos. Em *Guapé*, foram recomendadas também duas áreas para proteção cênica.

Passados 20 anos da elaboração desse Plano de Desenvolvimento, um novo documento foi produzido em 1996 e o que se percebe é que muito pouco foi feito em prol da preservação ambiental da região e do fomento do turismo nas localidades. Segundo Souza

(2007) o Plano produzido pela empresa espanhola *Gerc Inartur* visava criar estratégias de atuação para que a região formasse um sistema turístico único, por meio do estabelecimento de modelos de ocupação territorial que garantissem a criação de emprego e melhorias no campo socioeconômico através da geração de atividades alternativas no entorno do Lago; além disso, o Plano previa a diversificação da oferta turística e sua adequação às previsões de crescimento da demanda, entre outros. No entanto, o Plano não foi implementado e tornou-se mais um exemplo de descaso com o desenvolvimento da região, apesar do nível de sofisticação do documento. O objetivo básico do Plano era, da perspectiva da ordenação territorial, propor alguns modelos de implantação e ocupação territorial que respondam às demandas atuais e futuras da população turística, satisfazendo plenamente às necessidades e desejos do consumo de lazer.

O documento considerou que a região do Lago de Furnas não atrairia uma grande massa de turismo internacional que ficaria a cargo, em grande parte, do seu mercado natural limitado por Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, com um potencial na época de 13 milhões de pessoas com dois tipos de necessidade de lazer – as férias e a segunda residência. Como a oferta de produtos é grande, a região do Lago teria que criar uma zona de alta competitividade com outras regiões, baseando-se na facilidade de acesso, preço, oferta turística, atividades e segurança. Sendo assim, um plano de marketing foi elaborado por ser avaliado como peça fundamental para o Plano de Desenvolvimento Turístico e tinha como função criar um espaço de desenvolvimento turístico mais apropriado para o Lago de Furnas baseado no potencial turístico fundamentado nos atrativos turísticos e nas perspectivas de mercados próximos de grande potencial emissor. Esse plano considerava uma visão mais em longo prazo, adaptando-se a uma realidade e a um futuro sustentável e competitivo. A informação correta foi considerada imprescindível para se conseguir um bom desenvolvimento turístico da região. O modelo requeria um sistema de informação turística moderno que permitisse ao visitante conhecer e vivenciar sua estadia de forma confortável e agradável, para alcançar a fidelização.

Na época, o estado de pavimentação nas vias que foram destacadas como de circulação (BR-381, BR-354, MG-050, BR-491) era bom, mas nas vias interiores ao anel de circulação, a maioria estava sem asfaltar. A sinalização foi considerada deficitária em todas as vias pavimentadas, além da sinalização vertical. Sendo assim, foram propostas a realização de três tipos de ações em relação ao sistema de transporte e comunicação – pavimentação da via, reforço do pavimento e sinalização. O transporte aéreo na região foi considerado muito pouco explorado comercialmente. Como suporte à acessibilidade da demanda turística à

região e com o objetivo de aprimorá-la e colaborar com o equilíbrio territorial dos fluxos turísticos, foi proposto adequar a estrutura aeroportuária ao incremento da demanda, estabelecendo um conjunto de trajetos e pontes aéreas regulares. Naquele período, somente os municípios de Alfenas, Varginha, Três Pontas, Campo Belo e o da Usina de Furnas possuíam campo de pouso pavimentado, sendo que o restante era composto por pistas de terra, muitas delas de propriedade privada, com estado que só permite a aterrissagem de pequenos aviões. Em relação às comunicações náuticas, foi proposto um sistema de comunicações lacustres, configurados por rotas náuticas e circuitos turísticos. Seria necessária uma série de medidas, como a sinalização e balizamento, eliminação dos troncos no Lago e equipamentos e alojamentos de apoio.

Em relação às questões ambientais, o Plano propôs uma série de medidas para solucionar os problemas ambientais detectados no Lago, como o escoamento das águas residuais urbanas, o escoamento de resíduos sólidos urbanos, erosão das margens, incêndios florestais, impacto negativo das pedreiras, ocupação indiscriminada das margens por construções de segunda residência e defensivos agrícolas que poluem as águas do Lago. Ou seja, o alerta feito pelo plano de 1975 se tornou realidade, constituindo agora num problema para o desenvolvimento do turismo. Destacava também a necessidade da elaboração de planos diretores; assim o Plano, em tudo que se referia à sua implantação territorial, se ajustaria à legislação urbanística vigente, quanto ao zoneamento, uso e ordenamento do solo.

O produto turístico até 1996, em seu componente residencial, respondia a dois modelos diferenciados na sua concepção e localização territorial. Um desenvolvido em grande parte na porção norte, tendo como base unidades isoladas de baixa densidade desenvolvidas sobre loteamentos, como Escarpas do Lago e Furnastur. Nessa área, que compreende os municípios de Capitólio, Pimenta e Formiga, o Plano propunha modelos de ocupação e desenvolvimento turístico configurados por centros turísticos pontuais e autônomos que se desenvolvam agregados a áreas de alta qualidade e com potencial turístico vinculado a atividades náuticas. Já na porção sul, desenvolveu-se o modelo consignado por populações heterogêneas localizadas próximas aos pontos onde as rodovias cruzam o Lago (pousadas, *camping*, alojamentos). Nessa área, compreendendo os municípios de Carmo do Rio Claro, Alfenas, Fama e Varginha, foram propostos modelos de ocupação e desenvolvimento turístico configurados por centros turísticos de coesão, vinculados às cidades da região e sujeitos às áreas onde se pratica a atividade da pesca. Ou

seja, houve um avanço do Plano de 1975, pois as características diferenciadas entre norte e sul foram consideradas no ordenamento territorial.

Tais centros turísticos materializavam as propostas de alojamento, com suas diversas tipologias e equipamentos agregados. Em função de sua vinculação ou não às concentrações urbanas, poderiam ser Centros Turísticos Autônomos, Centros Turísticos de Coesão Contínua e Centros Turísticos de Coesão Descontínua. Já em função da especificidade dos recursos turísticos dominantes, classificavam-se em Centros Turísticos de Atividades Náuticas e Centros Turísticos de Atividades de Pesca. O plano propunha a reserva de áreas inscritas aos Centros Turísticos, nos quais era prevista a instalação de centros comerciais, sanitários, restaurantes, postos de informação, piscinas, entre outros, com o objetivo de responder às necessidades de recreação e de serviços de cada um dos centros. Especificamente na microrregião em estudo, foram propostos um Centro Turístico de Coesão de Atividade de Pesca em *Guapé* e um Centro Turístico de Coesão de Atividade Náutica em *Campo do Meio*.

A partir do conhecimento dos principais pontos abordados pelos dois planos de desenvolvimento, torna-se possível avaliar os avanços e retrocessos em prol do desenvolvimento turístico da região observando a situação atual. No intuito de estabelecer algumas diretrizes com vistas a nortear as ações para o desenvolvimento turístico do Lago de Furnas, a região deve ser analisada sob vários aspectos relativos à sua situação na captação, atendimento, acomodação e entretenimento do visitante durante a sua estadia.

Em relação às estratégias de marketing e o posicionamento em relação ao mercado consumidor, ou seja, de como a informação e a imagem do Lago de Furnas chega à demanda potencial, tem-se que não há um posicionamento claro do mesmo e um desconhecimento por uma boa parte do mercado potencial. Não há uma marca forte que represente o Lago, a ação que existe está a cargo da ALAGO que vem divulgando o Lago de Furnas em eventos e exposições ligados ao setor turístico. A publicidade e a comunicação são de forma geral incipientes, não há uma produção maior de catálogos e material publicitário, além do fato de que não há produtos estruturados na forma de roteiros turísticos para a comercialização em agências de viagens e turismo.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o turismo em Minas Gerais vem ganhando destaque no cenário nacional, tornando-se um mercado atrativo para outras regiões do país e para o turismo internacional. Entre os estados brasileiros, São Paulo é o mercado potencial de maior volume e está relativamente próximo ao Lago de Furnas, constituindo-se assim numa oportunidade para a região. Em contrapartida, estão surgindo novos produtos

turísticos que fazem frente ao Lago e amplia a concorrência no setor turístico, uma vez que estão investindo mais em estruturação da oferta turística e em promoção. Embora conte com um reservatório de grande dimensão como o Lago de Furnas, o turismo ligado às praias lacustres, esportes náuticos e pesca ainda não é expressivo em Minas Gerais. Aliada a essa situação, a carência de dados globais do perfil da demanda turística do Lago e dos gastos dos visitantes tanto em relação à acomodação quanto em atividades complementares, compromete a execução de políticas em prol da atividade turística na região.

Em relação ao aspecto da facilidade que o turista deve ter para chegar ao destino, tem-se que o Lago conta com boas vias de conexão com as principais rodovias, um avanço em relação ao que foi proposto nos planos, além de contar com serviços de transporte adequados aos principais mercados emissores como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. No entanto, algumas vias importantes de ligação para a microrregião especificamente não estão em boas condições, como a BR-491 que liga a microrregião à Alfenas e à BR-381, a partir de Campos Gerais. A pavimentação das rodovias MG-170 (*Guapé-Pimenta*) e BR-265 (*Ilícinea-São Sebastião do Paraíso*)²⁶ são as duas mais novas melhorias já previstas, mas que chegam com 30 anos de atraso uma vez que foram citadas no primeiro plano de desenvolvimento como essenciais para o desenvolvimento da região. Além disso, o transporte aéreo não é desenvolvido comercialmente na região, contando com os aeroportos de Passos e Santo Antônio do Amparo que recebem poucos vôos.

A sinalização turística apesar dos melhoramentos observados especialmente após o estabelecimento da política estadual de circuitos turísticos, ainda carece de aprimoramento, a exemplo do trevo do município de Campo Belo que liga à microrregião que pode confundir o visitante que não tem muito conhecimento sobre a região. Sobre essa situação há uma proposta de convênio com a Setur/MG para a sinalização de 30 circuitos, mas que até o momento ainda não foi formalizada. A informação turística para ser eficiente deveria estar distribuída em pontos estratégicos, o que não acontece – na microrregião apenas o município de *Guapé* tem um portal na entrada da cidade onde funciona o receptivo turístico, mas o mesmo permanece fechado freqüentemente inclusive em finais de semana e feriados.

No aspecto da permanência do visitante, os municípios de *Boa Esperança* e *Guapé* contam com maior número de meios de hospedagem que atende a demanda atual de visitantes. Apesar de serem os melhores equipamentos da microrregião, faz-se necessário uma adequação do atendimento e dos serviços oferecidos. Um ponto positivo é a capacidade

²⁶ Serão destinados 43 milhões de reais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o asfaltamento desse trecho.

para atender uma oferta superior, inclusive o proprietário de um hotel em *Boa Esperança* relatou que o número de unidades habitacionais (apartamentos) foi pensado em função do crescimento esperado do turismo no município, que acabou não ocorrendo. Como fatores negativos estão a dificuldade desses empreendimentos em realizar parcerias entre si e entre outros setores e a incipiente orientação ao marketing e às ações comerciais. No setor de alimentação, o município de *Boa Esperança* é o que conta com maior número de bares e restaurantes que, assim como os meios de hospedagem, necessitam de melhorias na qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

Ainda durante a estadia, um aspecto a ser observado é a agradabilidade do meio ambiente. Conforme já citado, as características geológicas e fisiográficas da microrregião resultaram em paisagens de grande beleza cênica principalmente na porção norte; na metade sul, o destaque é a área da Serra da Boa Esperança e seu entorno. As grandes extensões de terra cultivada com o café e a beleza do Lago contribuem para a formação de paisagens interessantes ao turismo. Em contraponto, o lançamento de esgoto e de defensivos agrícolas nas águas do Lago podem constituir em um problema maior caso não sejam colocadas em práticas ações para melhorar a qualidade das águas. Outro aspecto importante diz respeito à hospitalidade da comunidade local que reflete numa atitude favorável com a atividade turística, mas não há nenhuma preparação da população para saber receber o visitante, apesar de existir uma percepção da comunidade em temas relacionados a vida cotidiana, como limpeza e organização das cidades, que repercutem diretamente no turismo. A gestão urbana e a regulação de proteção ao meio ambiente foram tidas como fatores importantes pelo plano de desenvolvimento realizado em 1996, mas somente no ano de 2006 iniciou-se a elaboração dos Planos Diretores Participativos dos municípios.

Em relação à ocupação e entretenimento do visitante durante a sua estadia, pode-se ressaltar a atratividade da gastronomia local, recursos naturais, fazendas e eventos de interesse como o Festival da Canção (*Boa Esperança*), ou seja, os elementos naturais e culturais podem agregar valor ao principal atrativo que é o Lago. Entretanto as atividades de lazer são pouco desenvolvidas, especialmente as atividades náuticas que possuem grande potencial de desenvolvimento. Além disso, o patrimônio histórico não é valorizado como atrativo turístico, embora todos os municípios da microrregião possuam bens tombados. As cidades de *Boa Esperança* e *Campos Gerais* contam com maior número de edificações históricas, mas que não estão preparadas para despertar a curiosidade dos visitantes, o que poderia ser feito por meio de placas interpretativas. Em *Guapé* pouco é feito em relação ao patrimônio histórico, principalmente levando-se em consideração as memórias da cidade

velha, que poderiam ser valorizadas por meio da criação de um centro cultural, como foi feito recentemente em *Ilicínea*. A composição do espaço turístico prevista nos dois planos elaborados foi em parte cumprida, sendo que foram criados o Parque Municipal do Paredão (*Guapé*) e o Parque Estadual da Serra da Boa Esperança (*Boa Esperança*), mas as áreas de acesso público que deveriam ter rampas para barco, áreas para piquenique e esportes, entre outros, não foram implementadas, além das áreas de proteção cênica recomendadas em *Guapé* que não foram criadas.

As comunicações internas também apresentam deficiências que dificultam o acesso dos visitantes aos atrativos, entre elas a falta de sinalização e acessos ruins a alguns atrativos. A infra-estrutura na orla do Lago não propicia o uso turístico em *Guapé* e em *Boa Esperança* onde também falta iluminação e segurança, o que afasta os visitantes e incita o consumo de drogas e à violência. O fator violência deve ser observado, pois influi diretamente no turismo; não existem nos municípios de *Ilicínea*, *Guapé* e *Campo do Meio* problemas graves de segurança, já em *Boa Esperança* e *Campos Gerais* por serem municípios maiores, são registradas algumas ocorrências. Mas um outro tipo de segurança que deve ser observado é aquele relativo aos esportes náuticos, pois não há na microrregião esse tipo de infra-estrutura e a torna dependente de municípios maiores como Varginha.

O território apresenta porções como espaços turísticos diferenciados, devido às características fisiográficas da região. O espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos, equipamentos e serviços e da infra-estrutura de apoio (BOULLÓN, 2002). Pode-se perceber uma área com relevo mais movimentado e escarpado, próximo do braço do Rio Grande de *Boa Esperança* a *Guapé*, que propicia a ocorrência de um aglomerado de cachoeiras, pontos para mirante e áreas favoráveis à prática de parapente. A Serra da Boa Esperança é atrativo de maior relevância juntamente com o Parque do Paredão em *Guapé*.

A porção territorial que envolve *Campos Gerais* e *Campo do Meio* possui relevo representado por colinas suaves a acentuadas e por isso há ocorrência de cachoeiras de menor atratividade, porém nas áreas de maior topografia, existem pontos para mirantes de onde é possível ter uma visão da paisagem entrecortada por cultivo de café nos dois municípios. Embora nessa região existam áreas agrícolas que abrangem grandes extensões de terra, não se pode desconsiderar a existência de pequenas manchas dessas áreas no entorno de *Ilicínea* e *Guapé* que apresentam paisagens cuja presença reiterada do cultivo é dominante.

O município *Boa Esperança* tem uma situação urbana e facilidade de acesso que permite que se desenvolva como um centro turístico, pois conta em seu próprio território e no

seu raio de influência com atrativos de tipo e hierarquia suficiente para motivar uma viagem turística, além disso conta com estrutura para acomodar a demanda com equipamentos e serviços. Há o dique que melhora ainda mais essa situação, diferente de *Campo do Meio* e *Campos Gerais*. *Guapé* também verifica o deplecionamento do Lago e é a cidade com maior número de empreendimentos a beira lago junto com *Boa Esperança*. O que existe hoje em termos de estrutura para pesca e uso náutico fica restrito aos meios de hospedagem que oferecem essas estruturas para os hóspedes, existe uma tendência dos bens e serviços ficarem concentrados em pólos. *Ilicínea* e *Campos Gerais* não possuem atrativos significativos na área urbana, portanto carecem dos outros municípios para incrementar o fluxo turístico, sendo cidades de importância regular. É importante ressaltar que todos os municípios possuem atrativos históricos. A partir do mapa 03 é possível visualizar essa composição do espaço turístico atual.

MAPA 5 – ATRATIVOS

A partir de informações já apresentadas, seleciona-se duas áreas mais propícias à balneabilidade em função do cruzamento dos fatores como grau de turbidez e qualidade da água, profundidade, altura do deplecionamento, existência de vias de acesso e proximidade de áreas de cultivo de café mais acentuado (mapa 04). Dessa forma, duas áreas que reúnem as melhores condições correspondem ao trecho de margem do Lago que faz limite do município de *Ilicínea* com o de Carmo do Rio Claro e ao limite de *Guapé* com Formiga e Cristais.

A primeira área, que corresponde ao braço do Rio Sapucaí, é pouco explorada turisticamente, sendo que o acesso entre os dois municípios é feito por estrada de terra, embora seja uma BR. Nesse trecho a região apresenta paisagens interessantes, aliadas a elementos rurais e ao Lago. Em Carmo do Rio Claro há um proprietário de uma fazenda que possui no local um acervo significativo de peças de tribos indígenas que viveram na região, mas que apesar de receber visitas não possui uma estrutura adequada para exposição e armazenamento das peças. Próximo a essa área selecionada, encontra-se o maior pólo turístico do reservatório de Furnas, formado pelo Balneário Escarpas do Lago e dezenas de pousadas, *campings* e condomínios de lazer situados, na sua maioria, no município de Capitólio (figuras 67 a 72). Este trecho do reservatório, situado entre a cidade de *Guapé* e a barragem de Furnas, apresenta águas transparentes, com presença de serras, escarpas, trilhas e cachoeiras que margeiam o reservatório constituindo-se em um cenário único e belo de grande atração turística e esportiva (SEAP, 2007).

A outra área que faz limite de *Guapé* com Formiga e Cristais corresponde ao braço do Rio Grande. Esse trecho também é pouco explorado, embora seja próximo a algumas cachoeiras e de Formiga que possui o Balneário Furnastur, muito visitado. Além disso, está muito próximo do pequeno povoado de Santo Hilário que possui grande potencial turístico, por situar-se numa zona sem depleção da represa e numa região de beleza cênica diferenciada pela presença de um pequeno cânion e proximidade da região serrana (SEAP, 2007).



Figura 67: Acervo indígena em Carmo do Rio Claro
Fonte: arquivo pessoal



Figura 68: Serra de Carmo do Rio Claro
Fonte: arquivo pessoal



Figura 69: Vista panorâmica de Capitólio
Fonte: arquivo pessoal



Figura 70: Vista panorâmica de Capitólio
Fonte: arquivo pessoal



Figura 71: Vista panorâmica de Santo Hilário
Fonte: www.ferias.tur.br



Figura 72: Vista panorâmica de Santo Hilário
Fonte: www.ferias.tur.br

MAPA 6 – BALNEABILIDADE

8.1 Estratégias para o desenvolvimento do turismo na península²⁷

Diante da exposição dos fatores favoráveis e desfavoráveis para o desenvolvimento do turismo na microrregião, a formulação de macroestratégias pode contribuir para nortear o planejamento da atividade. Considerando que o turismo fica subordinado às operações do reservatório para geração de energia, a atividade terá que se adaptar e poderá vir a beneficiar a região, coexistindo com outras atividades como a produção de café que tem um peso econômico na região. As estratégias versam sobre a estruturação de atrativos e serviços turísticos, infra-estrutura de apoio ao turismo, sensibilização e mobilização, qualificação profissional, monitoramento da demanda turística, formatação de roteiros turísticos e promoção turística.

Estruturação da oferta turística

O uso e a diversidade dos atrativos turísticos da microrregião se apresentam como um desafio para as gestões municipais, uma vez que a vantagem competitiva no mercado estadual e a sustentabilidade da atividade turística são objetivos visados, além das questões relativas a operação do reservatório. Os atrativos e serviços turísticos devem ser estruturados e ter seu aproveitamento maximizado, com vistas à satisfação do visitante e o aumento da sua permanência e gasto médio. Portanto, é preciso otimizar a utilização dos recursos naturais e culturais.

A grande atividade econômica da região, a cafeicultura, devido à sua expressividade na região e ao crescimento do turismo rural em Minas Gerais, poderia ser aproveitada na perspectiva da exploração turística. As fazendas formam um atrativo à parte e, se organizadas, poderiam oferecer hospedagem e lazer. A princípio, existem propriedades em Boa Esperança, Guapé e Campos Gerais onde é possível observar atividades rurais, pescar e conhecer o processo de produção de café; seria necessário organizar a visita e os serviços a serem oferecidos. Dessa forma, toda a microrregião poderia receber um fluxo turístico organizado, equilibrando a atividade entre os municípios.

²⁷ Baseado em BRASIL (2003), BRASIL (2004), BRASIL (2007), CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO TURÍSTICA (2007), OMT (1994), PETROCCHI (2001), WWF (2004).

Com grande potencial para o desenvolvimento, o turismo náutico exige uma série de serviços e estruturas, como serviços de assistência técnica, postos de serviços (combustível), depósitos, garagens e amarrações para as embarcações, serviços de manutenção, serviços de controle e segurança náutica, serviços de seguros para os turistas, aluguel de embarcações de recreio, serviços de guias e capitães de barcos, confecção de material informativo (mapa das rotas, recomendações, zonas proibidas), sinalização e iluminação, alojamentos e serviços de restaurante próximos às amarrações e limpeza e saneamento do Lago. Para o desenvolvimento do turismo de pesca os mesmos itens são necessários, além da existência de fauna suficiente, controle através da pesca regular e da prática do pesque e solte quando for conveniente, potencializar gastronomia do peixe no Lago, organização de concursos e competições (GERC INARTUR ASSOCIADOS, 1996).

No que diz respeito aos locais possíveis para desenvolvimento do turismo náutico, essa prática deve ser incentivada nos municípios de Guapé e Campo do Meio, nas áreas onde o Lago margeia a sede dos municípios, em função da estrutura já existente, e no seu entorno imediato como na região de Água Limpa em Guapé. Na verdade, neste município essa prática foi mais incentivada no passado, isto é, precisa agora retomar a realização de eventos relacionados; em Campo do Meio já existem esforços para captar e realizar essa atividade. Em relação ao turismo de pesca, esse deve ser mais incentivado em Guapé e Boa Esperança, pois contam com equipamentos (meios de hospedagem) que oferecem estrutura para tal atividade, mas que estão subutilizados, além de possuírem criatórios de peixe em tanques rede.

A promoção turística e a qualificação profissional e dos serviços deve acontecer paralelamente às ações de estruturação e de ordenamento do uso turístico dos atrativos, isto é, devem ser compreendidas como fazendo parte do sistema turístico regional. A viabilidade do uso da oferta turística também passa pela melhoria da infra-estrutura de apoio, assim como pelo monitoramento da demanda turística. É objetivo promover a preservação dos atrativos e aumentar o fluxo de visitantes e sua permanência.

Infra-estrutura de apoio ao turismo

Anteriormente às ações de comercialização um destino turístico, é preciso estruturá-lo oferecendo serviços públicos de qualidade que atendam às demandas dos visitantes e às da comunidade local. Como condição essencial para promover o desenvolvimento do

turismo na microrregião deve, portanto estar entre as prioridades das gestões municipais. A realização das ações de melhoria da infra-estrutura de apoio ao turismo deverá contar com a união entre os departamentos de turismo, as secretarias de obras municipais, além de FURNAS e Ministério do Turismo no sentido de contribuir com a alocação de recursos, uma vez que a estruturação dos municípios é um processo que demanda um montante de recursos significativo.

Conforme já foi citado, a orla do Lago nos municípios não propicia o aproveitamento turístico; em Boa Esperança por exemplo, a falta de iluminação e segurança afasta os visitantes e em Guapé agora é que está sendo estruturada uma orla para que a população e visitantes possam usufruir do Lago. Neste sentido, é importante que esses municípios direcionem ações para melhorar sua imagem e, assim, provocar no visitante o prazer de estar em um destino que se preocupa com o seu bem estar e com a qualidade de vida da sua população. O patrimônio histórico carece de sinalização que permita despertar a curiosidade dos visitantes, o que pode ser feito por meio de placas interpretativas especialmente em Campos Gerais, Boa Esperança e Guapé, na zona urbana dos mesmos. É objetivo dessa estratégia melhorar a imagem dos municípios, fomentar a revitalização urbana, identificar e quantificar as necessidades de melhoria da infra-estrutura e articular ações entre os diversos atores para implantação de infra-estrutura.

Sensibilização e mobilização

A sobrevivência do sistema turístico depende de uma série de fatores, entre eles a execução de um planejamento com enfoque participativo. A participação da comunidade, assumindo o seu papel no processo de decisão das ações relacionadas ao turismo, favorece a ampliação social dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade. Inserido numa proposta de gestão descentralizada, deve ser incentivada a formação de uma rede de entidades e instituições, abrangendo o poder público e a iniciativa privada, entre outros. Essa rede deve estar mobilizada, unindo esforços e trocando experiências tendo em vista o fomento do turismo nos municípios.

Neste sentido, devem ser realizadas ações nas escolas de todos os municípios da microrregião para levar informações sobre a importância do turismo e da educação patrimonial e ambiental, palestras de sensibilização dos diversos segmentos da cadeia produtiva local, debates e atividades turísticas. A gestão do turismo necessita do trabalho conjunto entre os atores para

buscar o crescimento do setor e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Sendo assim, é objetivo dessa estratégia promover a integração da comunidade dos cinco municípios junto à atividade turística, aproximar os atores da cadeia produtiva do turismo, intensificar a integração entre os mesmos e otimizar a utilização dos patrimônios natural e cultural para o turismo.

Qualificação profissional

O reconhecimento dos ganhos relacionadas à geração de emprego e renda e da atração de investimentos que a atividade turística pode proporcionar é motivação para que os diferentes segmentos sociais se articulem, participem e invistam no setor. Entretanto, a qualidade do turismo na microrregião e o seu sucesso dependem da qualificação dos serviços prestados, exigindo um trabalho integrado entre os diferentes setores relacionados ao turismo.

A qualificação deve considerar a realização de cursos de qualidade no atendimento ao visitante, de empreendedorismo, entre outros, com o objetivo de buscar a satisfação do visitante e promover a participação da comunidade nos ganhos do turismo. Esse trabalho deve ser acompanhado de uma mobilização da cadeia produtiva do turismo, fortalecendo a cultura de participação nas questões que envolvem o turismo na região. O retorno das ações deve ser garantido a partir do monitoramento e acompanhamento dos resultados. Deverão ser contemplados os serviços de alimentação, hospedagem, comércio principal e associações de cada município. Essa estratégia de qualificação profissional poderá ser um indutor das ações, com vistas a promover a satisfação do visitante em relação ao destino, por meio do profissionalismo, da segurança e da hospitalidade. O apoio à formação técnica de mão-de-obra nas diversas áreas, o incentivo ao empreendedorismo em diferentes segmentos, a sensibilização e a mobilização dos atores sobre a importância da qualificação profissional também é objetivada.

Estudo da demanda turística

Para se estabelecer uma gestão eficiente do turismo, é preciso estudar a demanda turística, pois isto fornecerá a base para o trabalho de planejamento da atividade, na promoção e nas vendas do produto turístico, possibilitando também o atendimento de qualidade ao

visitante. Paralelamente, este trabalho fornece as informações que os gestores públicos e privados precisam para tomar decisões e captar recursos para investimentos na microrregião.

A execução dessa estratégia será contínua e fundamentada no estudo sistemático e metódico do turismo da área, abrangendo dados sobre as características do fluxo de visitantes e seus impactos. Todo esse conjunto de informações deverá ser colocado à disposição da comunidade, dos visitantes, dos empresários, das instituições de ensino e de pesquisa e os demais interessados. É objetivo dessa estratégia desenhar o perfil do turista que visita a região, além de verificar a motivação da sua visita; ampliar a prática da pesquisa científica em turismo na microrregião; e disponibilizar maior leque de informações para os visitantes e as comunidades dos municípios.

Não há na microrregião nenhum tipo de pesquisa de demanda, que poderia auxiliar as gestões municipais a direcionar ações de melhorias nos atrativos, na infra-estrutura, nos equipamentos e serviços turísticos. Sendo assim, essa estratégia versa sobre a importância de realizar a pesquisa periódica em todos os municípios da microrregião, durante os principais eventos realizados em cada um.

Estruturação dos segmentos turísticos

Entre os princípios que orientam o planejamento e a gestão do território, verifica-se a formatação de roteiros turísticos como um deles, contribuindo dessa forma para a organização do espaço turístico dos municípios. Inserida no contexto da proposta de regionalização do turismo, a integração da microrregião com os destinos do seu entorno por meio da roteirização turística tem um papel importante para o fomento e ampliação do turismo. A partir do levantamento já realizado das potencialidades da região os roteiros, depois de formatados, deverão ser devidamente testados. Após a estruturação e organização dos roteiros, é imprescindível a colocação desses no mercado, que deverá ser viabilizada por meio de parcerias com agências para a sua comercialização, e o incentivo à criação de pelo menos uma agência de receptivo local.

Ampliando as opções do produto turístico para o visitante, a permanência e o gasto médio do mesmo tende a sofrer um crescimento significativo. A formatação dos roteiros também permitirá captar recursos para a microrregião através do turismo, representando ganhos econômicos e sociais para a comunidade. Sendo assim, é objetivo da roteirização

ampliar a gama de atrativos visitados, consolidar e agregar valor aos já existentes, promover a integração da área com outros destinos, propiciar a captação de recursos e investimentos para a região e favorecer a criação de novos postos de trabalho.

A princípio, são roteiros possíveis na microrregião um voltado para o segmento de turismo de natureza e turismo rural, englobando os municípios de Boa Esperança, Guapé, Campos Gerais e Ilícinea, aproveitando inclusive a atratividade do patrimônio histórico dos três primeiros municípios, e um outro roteiro voltado para o turismo de pesca em Boa Esperança, Guapé e Campo do Meio, abrangendo também os principais atrativos naturais da região. Essa roteirização se faz necessária para aproveitar o que há de melhor em cada município e fortalecer o fluxo turístico na microrregião.

Promoção turística

A promoção turística da microrregião deverá observar todas as vertentes da oferta local, para consolidar e diversificar sua imagem no mercado. As ações de promoção e divulgação devem inspirar credibilidade, segurança e hospitalidade, bem como proporcionar lazer e o crescimento do visitante. Sendo assim, é de fundamental importância para os municípios a atualização do plano de marketing turístico elaborado pelo plano de desenvolvimento de 1996 que aponta estratégias para a orientação adequada da promoção turística e define ações para a divulgação do produto turístico, para a definição da imagem desejada e do seu posicionamento no mercado.

A inserção da microrregião na mídia especializada em turismo, a divulgação de roteiros estruturados, os atrativos, os equipamentos e serviços, bem como a participação em feiras e exposições, são ações que deverão ser incentivadas, observando que o contato com agências de turismo receptivas é essencial para a efetiva comercialização do produto.

O objetivo da promoção turística é divulgar, a medida em que forem sendo estruturados, os principais produtos turísticos da microrregião, buscar e apoiar a comercialização por parte de agências de turismo, promover o potencial turístico e incrementar o fluxo de visitantes para a região. É importante considerar que as ações de promoção turística devem ser acompanhadas da adequação da infra-estrutura, oferta e serviços turísticos para evitar o antimarketing e a insatisfação dos visitantes e da comunidade local.

A estratégia de promoção deverá integrar e orientar todas as ações voltadas para o contato com os mercados, na promoção do Lago como maior atrativo e indutor de visitantes para a microrregião, vinculado aos atrativos naturais, patrimônio histórico e elementos da ruralidade regional.

8.2 Planos de ação

A seguir, são apresentadas algumas ações distribuídas de acordo com cada macroestratégia proposta, a fim de orientar o desenvolvimento do turismo na microrregião.

Estruturação da oferta turística

- **Estruturação do turismo rural**

Conforme dito anteriormente, a maior atividade econômica da região, a cafeicultura, poderia ser aproveitada na perspectiva da exploração turística. A princípio, existem duas propriedades em Boa Esperança, uma em Guapé e outra em Campos Gerais onde é possível observar atividades rurais, pescar e conhecer o processo de produção de café. Esses municípios são prioritários para o desenvolvimento dessa prática, uma vez que abarcam em seus territórios propriedades rurais de grande porte, contando com maior estrutura para receber visitantes. Organizando a visitação e os serviços a serem oferecidos, toda a microrregião poderia receber um fluxo turístico organizado, equilibrando a atividade entre os municípios. Torna-se, portanto, importante definir a identidade local, buscando ressaltar características que sejam capazes de atrair uma demanda turística relevante, como as paisagens formadas pelo cultivo do café.

Objetivo: Fomento do turismo rural na região a partir da cultura de café, visando agregar valor ao principal atrativo que é o Lago e ampliar os benefícios gerados pelo turismo.

Justificativa: A valorização da cultura regional e o potencial para o aproveitamento turístico das fazendas de lavoura de café.

Atores responsáveis: Departamentos de Turismo e proprietários rurais.

Resultados esperados:

- Diversificar a oferta turística e valorizar a cultura regional;
- Ampliação do fluxo da demanda turística;
- Aumento da permanência e do gasto médio dos turistas;
- Valorização da cultura regional.

Infra-estrutura de apoio ao turismo

▪ **Sinalização turística e sinalização interpretativa**

O patrimônio histórico necessita de sinalização que permita despertar a curiosidade dos visitantes, o que pode ser feito por meio de placas interpretativas especialmente em Campos Gerais, Boa Esperança e Guapé, na zona urbana dos mesmos. A sinalização de orientação turística diz respeito à comunicação efetuada por meio de um conjunto de placas de sinalização, implantadas sucessivamente ao longo de um trajeto estabelecido, com mensagens escritas ordenadamente, pictogramas e setas direcionais; o conjunto é utilizado para informar os usuários sobre a existência de atrativos turísticos e de outros referenciais, sobre os melhores percursos e distância a ser percorrida²⁸. Esse tipo de sinalização que é padrão, deve ser implantada do trevo de Campo Belo a Boa Esperança e deste município a Campos Gerais, trechos que foram considerados deficientes nesse aspecto, a partir das pesquisas de campo, e funcionam como porta de entrada à região. Nessa sinalização, os elementos a serem contemplados são as indicações dos municípios e distância a ser percorrida.

Já a sinalização interpretativa tem a função de adicionar valor à experiência de um lugar, por meio da provisão de informações e representações que realcem sua história e suas

²⁸ MINISTÉRIO DO TURISMO. **Sinalização Turística**. Disponível em <http://institucional.turismo.gov.br/sinalização/conteudo/principal.html> Acesso em: 22 de fev. 2008.

características culturais e ambientais²⁹. Nesse sentido, em virtude da importância histórica do patrimônio da microrregião, propõe-se a implementação da sinalização interpretativa em monumentos e edifícios históricos na zona urbana de Campos Gerais, Boa Esperança e Guapé. Sugere-se para essa interpretação, a harmonia da sinalização e do desenho de placas compatíveis com a alma do lugar, ressaltando a data da construção e valor histórico.

Objetivo: Elaboração e criação da sinalização turística e sinalização interpretativa, possibilitando a divulgação e o conhecimento dos atrativos e a circulação dos visitantes.

Justificativa: A sinalização turística e a sinalização interpretativa devem ser instrumentos de organização do espaço turístico da microrregião. Através da sinalização, será possível orientar melhor os visitantes que circulam na área, agilizando a informação sobre os pontos turísticos, bem como despertar o interesse para os mesmos.

Atores responsáveis: Departamento de turismo dos municípios, iniciativa privada e FURNAS.

Resultados esperados:

- Organização do espaço turístico, melhorando a acessibilidade aos produtos turísticos;
- Tornar positiva a experiência da visita, por meio da implantação de informação sobre os pontos turísticos;
- Maior agilidade no deslocamento do turista dentro e entre os municípios;
- Potencializar as riquezas históricas dos municípios.

▪ **Criação do Portal de Informações Turísticas em Boa Esperança**

A disponibilização em tempo ágil de informações aos visitantes sobre os produtos e serviços disponíveis na região, caracterização e localização dos atrativos, onde encontrar condutores locais, restaurantes e meios de hospedagem é um desafio a ser enfrentado pelos municípios. Na tentativa de solucionar esse problema, fundamental para o turismo, muitos

²⁹ MURTA, Stela Maris, GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para o turismo sustentado: um guia. Belo Horizonte, SEBRAE, 1995.

municípios têm instalado postos de informação turística onde os visitantes e interessados podem encontrar *folders*, cartilhas, mapas, telefones e dicas sobre os produtos e serviços turísticos dos municípios (WWF, 2004). A partir disso, sugere-se a implantação de um posto de informação turística, chamado de portal, na entrada da cidade de Boa Esperança (acesso secundário) para distribuição da informação regional, incorporada a partir da parceria na troca de informação entre os municípios e formatação de material informativo. Considerando que já existe um portal em Guapé, porção norte da microrregião, o de Boa Esperança atenderia a porção sul como entrada para os municípios da microrregião.

Objetivo: Criação de um posto de informação na entrada da cidade, para atender aos visitantes, ampliando a capacidade de fornecer informações sobre o turismo na região.

Justificativa: O posto será um instrumento de informações turísticas da região, promovendo maior conforto e qualidade no atendimento aos visitantes que chegam à cidade.

Ator responsável: Departamento de Turismo de Boa Esperança.

Resultados esperados:

- estruturação do setor de informações turísticas de Boa Esperança;
- fomento ao receptivo turístico;
- divulgação dos atrativos junto ao público-alvo de interesse.

Sensibilização e mobilização

▪ **Palestras de Sensibilização da Cadeia Produtiva e da Comunidade**

Apesar do fato de que os atores demonstraram certo conhecimento dos municípios e seus atrativos esse programa é importante para melhorar a percepção da população e dos profissionais relacionados ao turismo com vistas à qualificação da recepção ao visitante por meio da noção de hospitalidade. Esse é um conceito fundamental a ser trabalhado com o *trade* e a comunidade, além do debate sobre os aspectos favoráveis e desfavoráveis ao

desenvolvimento do turismo na região. O programa geral dessas palestras deverá incluir também o incentivo ao nível das parcerias entre os atores, o aumento da capacidade para o empreendedorismo do *trade*, bem como o resgate e a valorização dos costumes e da auto-estima da comunidade (WWF, 2004).

Objetivo: Estimular a participação da iniciativa privada e da comunidade na formulação do planejamento e na tomada de decisões, mobilizando, informando e despertando para uma nova visão sobre a atividade turística.

Justificativa: A participação dos setores sociais no processo de desenvolvimento turístico é de extrema importância, tanto no sentido de poder influenciar os rumos da política local de turismo, quanto no sentido de ampliar o potencial de empregabilidade. Deve-se incrementar o bem estar da comunidade e buscar a sustentabilidade dos recursos naturais e culturais de interesse turístico, fatores necessários ao desenvolvimento do turismo na região.

Atores responsáveis: Departamento de turismo dos municípios, comunidade e ALAGO.

Resultados esperados:

- Informar, mobilizar e sensibilizar os atores sobre as ações em andamento para o desenvolvimento do turismo;
- garantir o espaço aos diferentes setores sociais para a participação ativa nas atividades e ações;
- Melhorar a compreensão sobre a atividade turística na região;
- Promover o respeito e a valorização dos recursos naturais, conhecimentos, hábitos e modos de produção pela comunidade.

Qualificação profissional

▪ **Cursos de qualidade no atendimento ao turista**

Objetivo: Realização de cursos de qualificação de profissionais de hotéis, bares, restaurantes, taxistas, atendentes do Parque do Paredão (Guapé), profissionais dos terminais rodoviários, entre outros.

Justificativa: Uma localidade que almeja desenvolver o turismo necessita se preparar para lidar com o público. A influência da qualidade do relacionamento entre visitante e comunidade sobre a impressão que o turista leva é grande. Sendo assim, se o objetivo é consolidar um destino turístico, tudo passa pela qualidade dos serviços prestados ao turista. Portanto, devem ser realizados cursos de qualificação que sensibilize e promova uma tomada de consciência dos prestadores de serviços que atendem ao visitante diretamente.

Atores responsáveis: Departamentos de Turismo, SENAC, SEBRAE e ALAGO.

Resultados esperados:

- Qualificar a mão-de-obra como fator de desenvolvimento turístico;
- Incentivar a eficiência na prestação de serviços turísticos;
- Aumentar a satisfação dos usuários dos serviços turísticos;
- Promover um senso de orgulho em relação à atividade e de valorização para com a valorização.

Estudo da demanda turística

▪ **Pesquisa de Demanda Turística nos principais eventos**

Objetivo: Aplicação de pesquisas de demanda nos principais eventos que são realizados em Boa Esperança, Guapé, Illicínea, Campos Gerais e Campo do Meio. O resultado dessas pesquisas fornecerá subsídios para futuras intervenções públicas e privadas junto à oferta turística utilizada durante os eventos.

Justificativa: O pleno conhecimento acerca da demanda turística é importante para o desenvolvimento do turismo, uma vez que contribui para a orientação de políticas para o setor e para a realização de intervenções sobre os atrativos turísticos, os equipamentos e serviços turísticos, e a infra-estrutura de apoio ao turismo, como também para a formatação dos produtos turísticos. Neste sentido, conhecer o perfil dos turistas facilita o atendimento às suas necessidades e pode vir a contribuir para o desenvolvimento sustentável do turismo na região.

Atores responsáveis: Departamento de Turismo de Boa Esperança e setores afins nos municípios de Guapé e Campo do Meio.

Resultados esperados:

- Identificação do perfil socioeconômico do visitante e características da visita;
- Identificação da percepção do turista sobre os eventos que ocorrem nos municípios;
- Melhoria da oferta turística utilizada pelos turistas durante os eventos;
- Melhoria da qualidade do atendimento ao turista.

Estruturação dos segmentos turísticos

▪ **Criação de Roteiros Turísticos**

O primeiro roteiro possível na microrregião é voltado para o segmento de turismo de natureza e turismo rural, englobando os municípios de Boa Esperança, Guapé, Campos Gerais e Illicínea, aproveitando inclusive a atratividade do patrimônio histórico dos três primeiros municípios. Os atrativos naturais contemplados seriam a Serra da Boa Esperança e entorno, o Parque do Paredão (Guapé), o Bar da Cachoeira (Campos Gerais) e a Cachoeira do Buracão (Illicínea), conjugados com as propriedades rurais já citadas. Esse roteiro poderia ser estruturado em formato de 2 a 3 dias de permanência, tendo Boa Esperança e Guapé como pontos de apoio para hospedagem.

O segundo roteiro é direcionado para o turismo de pesca em Boa Esperança, Guapé e Campo do Meio, abrangendo também os principais atrativos da região – a Serra da Boa Esperança e o Parque do Paredão. Esse roteiro também poderia ser estruturado em formato de 2 a 4 dias de permanência, tendo os três municípios como pontos de apoio para hospedagem, já que possuem equipamentos para tal e que atendem o público de pesca. Essa roteirização se faz necessária para aproveitar o que há de melhor em cada município e fortalecer o fluxo turístico na microrregião.

Objetivo: Escolha e estruturação de roteiros turísticos, a fim de incrementar o turismo na microrregião.

Justificativa: A criação de roteiros turísticos proporciona o ordenamento do território e a aproximação de interesses com vistas a ampliar a cooperação e a parceria, fortalecendo a relação entre os municípios.

Atores responsáveis: Departamento de turismo dos municípios e iniciativa privada.

Resultados esperados:

- Aumento quantitativo e melhoria qualitativa do turismo na região;
- Ampliação do fluxo da demanda turística na região;

- Aumento da permanência e do gasto médio dos turistas;
- Ampliar a oferta turística, incorporando os principais atrativos localizados no entorno;
- Estabelecer ações de cooperação e parceria entre prefeituras e diretorias envolvidas.

Promoção turística

- **Inserção da região em material promocional e participação em feiras e exposições**

Conforme já explicitado, a estratégia de promoção deverá integrar e orientar todas as ações voltadas para o contato com os mercados, na promoção do Lago como maior atrativo e indutor de visitantes para a microrregião, vinculado à imagem dos atrativos naturais, patrimônio histórico e elementos da ruralidade regional. A princípio, os mercados a serem contemplados deverão ser o regional e Belo Horizonte, além dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nessa ordem. A prioridade é a elaboração de folheteria e a participação em eventos.

Objetivo: Com vistas a divulgar os atrativos da região junto ao *trade* turístico regional e estadual e despertar o interesse pelo destino, esta atividade tem o objetivo de inserir informações sobre os atrativos e o desenvolvimento turístico da região em guias turísticos, revistas especializadas, jornais de circulação estadual e mídias televisivas, além da criação de folheteria, *site* e participação em feiras e exposições. Algumas ações já acontecem, mas de forma tímida, lembrando que devem ser acompanhadas da estruturação dos atrativos e serviços turísticos.

Justificativa: Esta atividade visa divulgar e esclarecer o conteúdo da oferta turística, promovendo assim o turismo na microrregião, a fim de atingir os públicos-alvos específicos, despertando e aumentando o interesse dos visitantes.

Atores responsáveis: Departamento de Turismo de Boa Esperança e setores afins nos outros municípios e ALAGO.

Resultados esperados:

- Orientar a promoção do destino Lago de Furnas;
- Oferecer tratamento de marketing ao produto turístico;
- Ampliar o fluxo turístico, a permanência e o gasto médio do visitante.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2008 iniciou em estado de alerta em relação à capacidade de geração de energia elétrica, conseqüência da escassez de chuvas, do aumento do consumo de energia elétrica e da crise do gás natural. Os principais reservatórios do estado de São Paulo e do sul de Minas Gerais, responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica para o sudeste, estavam com os menores níveis dos últimos cinco anos e obrigou o governo a tomar medidas emergenciais como a de colocar em operação todas as termoeletricas do país. Após o mês de janeiro o quadro melhorou e o nível de armazenamento da região sudeste subiu, descartando de vez o perigo de uma nova crise energética. Nesse vai e vem das águas, os diversos setores usuários das águas do Lago de Furnas voltaram a atenção para os efeitos dessa situação para o turismo local.

Esse é o fio condutor da discussão que envolve o desenvolvimento do turismo no Lago de Furnas. De um lado, existe a empresa FURNAS que em função do seu objetivo de geração de energia elétrica provocou o surgimento de um Lago de grandes dimensões e, conseqüentemente, a possibilidade de seu uso turístico. Entretanto, a forma de operação da hidrelétrica dificulta ou até mesmo torna inviável o turismo no reservatório, em função do deplecionamento acentuado e freqüente do nível das águas do Lago.

Concomitantemente a essa realidade, a região é grande produtora de café entre outras culturas, o que gera um impacto ambiental representado pelo lançamento de defensivos agrícolas no Lago. Junta-se a essa situação, os problemas de gestão municipal do espaço que permitiram durante muito tempo construções muito próximas ao Lago, além da baixa integração entre os atores que a partir das suas representações, influem no território em termos econômicos, ambientais, éticos e sociais.

De acordo com Keller (2005) o turismo é um fenômeno que depende de fatores que fazem os indivíduos desejarem viajar. Neste sentido, existem dois tipos de influência que incentivam a decisão de viajar – a motivação estimulada e a motivação por atração; as pessoas viajam para fugir das pressões da vida cotidiana ou mesmo para ver algo novo e diferente. Portanto, as atrações de um destino turístico têm um papel decisivo; podem ser paisagem e identidades culturais interessantes, entretanto é possível criar atrações também consideradas como matérias-primas para o turismo, como os reservatórios.

O surgimento do Lago de Furnas em 1963, ao passo que provocou grandes mudanças na vida das comunidades atingidas, também vislumbra a perspectiva de uma

possível utilização efetiva como espaço turístico em função de uma série de fatores, como as paisagens associadas ao lago, a tranquilidade, a proximidade e acessibilidade aos principais centros emissores (Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro), a potencialidade para o turismo rural no entorno do Lago e a capacidade do território para suportar um aumento da demanda turística, entre outros. No entanto, os pontos negativos que interferem nas possibilidades de desenvolvimento do turismo em Furnas correspondem a inexistência de uma rede viária coerente e hierarquizada, os problemas de saneamento, o fraco controle ao desenvolvimento de construções à beira lago, a precariedade dos serviços turísticos, a inexpressiva participação e integração dos atores, a falta de investimentos e políticas públicas e o deplecionamento do lago.

Embora a questão ambiental seja crítica na região, alguns avanços podem ser citados, como a elaboração do Diagnóstico de Saneamento Ambiental no Entorno do Lago de Furnas, que constitui uma das ações resultantes do Diálogo de Concertação para o Desenvolvimento Sustentável do Lago de Furnas, iniciado em 2003, além da elaboração dos Planos Diretores Municipais. A importância fundamental dessas ações reside no fato de que o desenvolvimento da atividade turística não é compatível com os problemas ambientais, isto é, a atividade depende da valorização dos recursos.

Neste sentido, foi de suma importância compreender os conflitos que envolvem o uso das águas de Furnas. Os atores envolvidos neste conflito são as prefeituras dos municípios que tiveram parte de seus territórios alagados; os proprietários rurais; empresários ligados ao turismo; os proprietários de imóveis construídos às margens do lago; as organizações não governamentais; a empresa Furnas Centrais Elétricas; e o Operador Nacional do Sistema. Cada ator apresenta dentro do conflito interesses próprios e divergentes, o que constitui o maior desafio para o desenvolvimento do turismo em Furnas – incrementar e ampliar o debate entre os envolvidos em prol do desenvolvimento regional.

Diante da exposição dos fatores favoráveis e desfavoráveis para o desenvolvimento do turismo na microrregião, a formulação de estratégias e do plano de ação visou contribuir para o direcionamento do planejamento da atividade. Considerando que o turismo fica subordinado às operações do reservatório para geração de energia, a atividade terá que se adaptar e poderá vir a beneficiar a região, coexistindo com outras atividades como a produção de café que tem um peso econômico na região.

O turismo como atividade humana que considera deslocamentos, com permanência fora da residência por um período de tempo, leva a crer que quanto mais diversificado o produto maior a curiosidade por conhecê-lo. Esta diversidade também faz com que o turista fique um

período maior de tempo na localidade para que possa contemplar todo o ambiente ou então faz com que o mesmo volte para ver o que ainda não observou. O valor agregado ao produto faz com que a satisfação seja maior e que o objetivo do turismo seja alcançado plenamente. Esse é um ponto chave em relação ao turismo em Furnas, principalmente em se tratando dos períodos em que o Lago sofre forte deplecionamento. Sendo assim, é importante analisar o potencial para outros segmentos do turismo e investir na diversificação da oferta turística.

A região tem grande potencial para o desenvolvimento da pesca como grande atração do Lago, ação que pode ser inclusive aliada à criação de parques aquícolas uma vez que pode contribuir para o incremento ao turismo de pesca. Algumas cidades têm importância histórica, o que pode ser acrescentado à oferta turística e a grande atividade econômica da região, a cafeicultura, devido à sua expressividade na região e o crescimento do turismo rural em Minas Gerais, poderia também ser aproveitado na perspectiva da exploração turística. As fazendas formam um atrativo à parte e, se organizadas, poderiam oferecer hospedagem e lazer. Entretanto, essas ações devem estar em consonância com ações de promoção e divulgação, fazendo uso inclusive de eventos como campeonatos de pesca e esportes. Porém a promoção deve estar aliada ao incentivo à instalações recreacionais para o acesso ao público. A questão da balneabilidade se mostrou fundamental; a qualidade da água, segundo Martos e Martos (2005) é um dos fatores primordiais, destacando a deliberação de 1986 que classifica as águas doces, salobras e salinas do território nacional que determina, segundo seus usos preponderantes, as classes de qualidade. Verifica-se que em todas as classes há uma preocupação com a manutenção dos sistemas naturais, porém nem todas são adequadas às atividades recreativas de contato primário e de aquicultura, classes cujos padrões de qualidade podem ser considerados referência para a atividade recreacional.

Diante de tais considerações, espera-se que a região fortaleça a cultura do debate e siga os caminhos necessários, aproveitando as oportunidades que estão sendo apresentadas para se tornar um destino turístico de qualidade para que o Mar de Minas não tenha fim, numa perspectiva turística e ambiental.

REFERÊNCIAS

ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do Turismo: conceituação e organização**. Tradução Graciela Rabuske Hendges. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002. v.1. 350p. (Coleção Turis).

ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do Turismo: planejamento e direção**. Tradução Graciela Rabuske Hendges. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003. v.2. 269p. (Coleção Turis).

AFIT- Agence Française de l'Ingénierie Touristique. **Dans les territoires et les entreprises: guide de savoir-faire**. Paris, 2001.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **O turismo e sua interface com o setor de recursos hídricos**. Caderno de Recursos Hídricos. Estudos Técnicos Nacionais. Brasília, 2005. 68p.

Balneabilidade. Disponível em

<<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agua/salgada/index.html&conteudo=./agua/salgada/artigos/balneabilidade.html>> Acesso em: 15 de dez. 2007.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das Viagens e do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2002. 99 p.

BARRETO, Helen Nébias. **Recursos hídricos, turismo e meio ambiente: estudo comparativo de casos no Estado de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2003. 182p.

BECKER, Bertha K. **A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável**. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 352p.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo. 7.ed.SP: Senac. 2002.516p.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. **Sociedade e Natureza**. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (organizadores). A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 248p.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução: Josely Vianna Batista. Bauru,SP: EDUSC,2002. (Coleção Turismo).

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Ministério do Turismo. Brasília, 2004. 32p.

CALVENTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas. **Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos**. Londrina: Edições Humanidades, 2004. 159p.

CEMIG. **Usinas da Cemig 1952-2005**. Paulo Brandi de Barros Cachapuz (coordenação). Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006.304p.

Como nasceu Furnas I. Jornal Estado de Minas, 25 julho, 1999a.

Como nasceu Furnas II. Jornal Estado de Minas, 01 agosto, 1999b.

COTRIM, John. **A barragem de Furnas: chave de uma grande solução para um grande problema.** O observador. Ano XX. Nº 236.1955.

COTRIM, John. **Furnas: mais eletricidade para o desenvolvimento industrial do país.** O observador. Ano XXIII. Nº 265.1958.

ENGEL, Eduardo. **Conflitos de uso das águas de Furnas.** In: AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. Estado das águas no Brasil 2001-2002. Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas (organizador). Brasília. Agência Nacional das Águas, 2003. 514p.

FAEPE. Fundação de apoio ao ensino, pesquisa e extensão. FÓRUM LAGO. Fórum das Instituições de Ensino Pesquisa e Extensão para a Revitalização do Lago de Furnas. **Diagnóstico das condições de saneamento ambiental dos municípios do entorno do Lago de Furnas – MG.** Relatório Final. Diálogo de Concertação. Minas Gerais, 2005.

FERNANDES, Ivan Pereira, COELHO, Márcio Ferreira. **Economia do Turismo-Teoria e Prática.** RJ: Campus, 2002.292p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI.** Editora Nova Fronteira, Lexikon Informática Ltda, 1999. 1 CD-Rom, versão 3.0.

FERRELL, O. C. et al. **Estratégia de Marketing.** Tradução Ailton Bomfim Brandão. São Paulo: Atlas, 2000. 306p.

GERC INARTUR ASSOCIADOS. **Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado para o Lago de Furnas.** Associação dos Municípios do Lago de Furnas – ALAGO. Projeto Técnico: Barcelona: Fevereiro de 1996.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, Milton et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.2.ed. 411p.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002. 196p.

KELLER, Peter. **Uma nova maneira de ver o turismo global.** In:TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Análises Regionais e Globais do Turismo. São Paulo: Roca, 2005.

MACEDO, Ricardo Kohn de. **A Importância da Avaliação Ambiental.** In: TAUKTORNISIELO, Sâmia Maria, GOBBI, Nivar, FOWLER, Harold Gordon (organizadores). **Análise Ambiental: Uma Visão Multidisciplinar.** 2. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Editora da Unesp, 1995. 206p. (natura naturata).

MARIOTTO, Fábio Luiz. **Mobilizando estratégias emergentes.** Disponível em <www.rae.br/artigos/1473.pdf> Acesso em: 10 de dez. 2007.

MARTOS, Henry Lesjak, MARTOS, Maria Yvonne Haddad Galvão. **Turismo de Pesca.** In:TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Análises Regionais e Globais do Turismo. São Paulo: Roca, 2005.

MATOS, Ralfo, BRAGA, Fernando. **Redes Geográficas, redes sociais e movimentos da população no espaço**. In: MATOS, Ralfo et al (org.). Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Editor: Fernando Pedro da Silva. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. 264p.

MENALE, Roges Vilela et al. **Metodologia para elaboração/revisão dos planos diretores participativos**. In: IV Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico, IBDU, São Paulo / SP, 2006.

MILONE, Mário Cesar de Mattos, MILONE, Paulo Cesar. Perspectivas do turismo no terceiro milênio. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo Cesar. **Turismo: Teoria e Prática**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2000. Cap. 31, p. 353-372.

MINAS. **Chuvas em Minas Gerais melhoram nível dos reservatórios**. Disponível em <<http://www.cidademais.com.br/noticias/?id=19102>> Acesso em: 17 de mar. 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Sinalização Turística**. Disponível em <http://institucional.turismo.gov.br/sinalização/conteudo/principal.html> Acesso em: 22 de fev. 2008.

MINTZBERG, Henry, BRUCE, Ahlstrand, JOSEPH, Lampel. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Tradução Nivaldo Montingelli Jr. Porto Alegre: Bookman, 2000.299p.

MOLINA E., Sérgio. **Turismo e Ecologia**. Tradução Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2001. 222p. (Coleção Turis).

MOLINA, Sérgio, RODRÍGUEZ, Sérgio. **Planejamento Integral do Turismo: Um Enfoque para a América Latina**. Tradução Carlos Valero. Bauru, São Paulo: Edusc, 2001. (Coleção Turismo). 166p.

MOLINA, Sérgio. **O Pós Turismo**. Tradução Roberto Sperling. São Paulo: Aleph, 2003 (Série Turismo). 130p.

MURTA, Stela Maris, GOODEY, Brian. **Interpretação do patrimônio para o turismo sustentado: um guia**. Belo Horizonte, SEBRAE, 1995.

NAVAL, Líliliana Pena, BRITO, Tatiane Gomes. **Avaliação da qualidade da água do reservatório da UHE Luiz Eduardo Magalhães, determinando o grau de influência das ETES de Palmas neste meio**.

OMT. **Tourism 2020 Vision: Global Forecasts and Profiles of Market Segments**. 2001. v.7. 139p.

OMT. **Turismo Internacional: Uma Perspectiva Global**.2.ed. Tradução Roberto Cataldo Costa. Editora Bookman, 2003. 254p.

PETROCCHI, Mário. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 2001. 5. ed. 381p.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997. (Coleção Turismo). 8. ed. 2001.199p.

SANTOS, Afonso Henrique Moreira, FREITAS, Marcos Aurélio Vasconcelos de. **Hidrelétricas e desenvolvimento no Brasil**. In: BARRAGENS, Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo, Brasil. Fevereiro, 2000.

SANTOS, Alexandre Augusto Moreira. **Administrando conflitos: o caso do Lago de Furnas**. In: AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. Estado das águas no Brasil 2001-2002. Marcos Aurélio Vasconcelos de Freitas (organizador). Brasília. Agência Nacional das Águas, 2003. 514p.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA. Estudo Técnico-Científico Visando a Delimitação de Parques Aqüícolas nos Lagos das Usinas Hidroelétricas de Furnas e Três Marias – MG. **Relatório de Identificação de Áreas Tecnicamente Adequadas para a Instalação de Parques Aqüícolas. Reservatório de Furnas**. UFMG, FUNDEP, CETEC: Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, Julho de 2007. 348p.

SICT. SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, Minas Gerais (Brasil). Furnas Centrais Elétricas S.A. **Plano de Desenvolvimento do Lago de Furnas**. Fevereiro, 1975. Publicação - Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Estado de Minas Gerais, Minas Gerais (Brasil). Furnas Centrais Elétricas S.A. Belo Horizonte, Brasil.

SOUZA, Luiz Neves de. Os 50 anos do Lago de Furnas. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 28 fev. 2007. Caderno Opinião, p.11.

SOUZA, Marcelo José Lopes de Souza. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 352p.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000.v.1.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental**. Tradução: Margarete Dias Pulido. 3.ed. SP: Aleph, 2000. Vol.1. 140p.

TAVARES, Mauro Calixta. **Planejamento Estratégico: a opção entre sucesso e fracasso empresarial**. São Paulo: Editora Harbra, 1991. 199p.

TOCCHETTO, Marta Regina Lopes, PEREIRA, Lauro Charlet. Disponível em <[http://www.agroline.com.br/artigos/Balneabilidade e riscos a saúde humana e ambiental.html](http://www.agroline.com.br/artigos/Balneabilidade_e_riscos_a_saude_humana_e_ambiental.html)> Acesso em: 15 de dez. 2007.

TROVO, Luís Henrique. Reservatórios do Sudeste apresentam o menor nível em 5 anos - Chuvas de dezembro ficaram 73% abaixo da média histórica e, em janeiro, a escassez é de 50%. Disponível em <http://www.estadao.com.br/economia/not_eco107963,0.htm> Acesso em: 17 de mar. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Plano diretor participativo do município de Campo do Meio**. Fundação de Apoio à cultura, ensino, pesquisa e extensão de Alfenas, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Plano diretor participativo do município de Boa Esperança**. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. Instituto de Geociências: GAGEA/CPMTC, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Plano diretor participativo do município de Campos Gerais**. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. Instituto de Geociências: GAGEA/CPMTC, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Plano diretor participativo do município de Guapé**. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. Instituto de Geociências: GAGEA/CPMTC, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Plano diretor participativo do município de Ilicínea**. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. Instituto de Geociências: GAGEA/CPMTC, 2007.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996. (Coleção Megalópolis). 231p.

VIOTTI, Cássio Baumgratz. **Barragens e energia elétrica na América Latina**. In: BARRAGENS, Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo, Brasil. Fevereiro, 2000.

WWF-Brasil. **Turismo Responsável – Manual para Políticas Públicas**. Sérgio Salazar Salvati (org.). Brasília, DF. WWF Brasil, 2004.220p.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2003/2007: Diretrizes, Metas e Programas**. Ministério do Turismo. Brasília, 2003. 48p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: Uma Viagem de Inclusão**. Ministério do Turismo. Brasília, 2007. 83p.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO TURÍSTICA. **Plano de ação para o turismo - Congonhas 2007**. Belo Horizonte, Centro Universitário Newton Paiva, 2007. 86p.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO TURÍSTICA. **Plano municipal de turismo de Congonhas 2007 – 2012**. Belo Horizonte, Centro Universitário Newton Paiva, 2007. 38p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Econômicos e Sociais. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte, 2004. 13 v. il.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo náutico: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. 32 p.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 274, de 29 de nov. 2000. Recomenda a adoção de sistemáticas de avaliação da qualidade das águas. **Diário Oficial da União**, 25 jan. 2001.

MINAS GERAIS. Deliberação Normativa COPAM nº 10, de 16 de dez. 1986. Estabelece normas e padrões para qualidade das águas, lançamento de efluentes nas coleções de águas, e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Minas Gerais, 10 jan. 1987.

MOORE, Alan, DRUMM, Andy. **Desenvolvimento do Ecoturismo: um manual para planejadores e gestores de conservação. Introdução ao planejamento de ecoturismo**. vol 1. The Nature Conservancy, Arlington, Virgínia, USA. 2003.

OMT. **Desenvolvimento de Turismo Sustentável: manual para organizadores locais**. CTI Consultoria Turística Integrada, 1994. 217p.

PÁDUA, J. **Espaço Público, interesses privados e política ambiental**. São Paulo em perspectiva, 3(4):2-4.1989.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

Entrevista com empreendedores e representantes do poder público

1. Nome: Empresa em que trabalha: Qual cargo que ocupa: Quais atividades realizadas:
Tempo de atuação?

2. Qual é a sua visão sobre a atividade turística no Lago de Furnas? O que você entende como turismo sustentável?

3. Quais são os fatores mais críticos/problemáticos do desenvolvimento da atividade turística em Furnas?

4. A seu ver, existe uma boa relação entre os diversos setores envolvidos no turismo? Como você caracteriza o envolvimento da comunidade no que diz respeito às decisões relacionadas à região?

5. A região se destaca economicamente na produção cafeeira. Há alguma iniciativa ou perspectiva de desenvolvimento do turismo ligado a essa atividade? Na sua opinião seria interessante e viável?

6. Quais são, a seu ver, as perspectivas para o desenvolvimento do turismo no Lago de Furnas?

Entrevista com representante da Ong ORLA

1. Quando ocorreu a criação da ONG? O que motivou a sua instalação?
2. Já existem ações/projetos em andamento? Qual é o foco de atuação da mesma?
3. A Ong recebe algum tipo de apoio ou incentivo?
4. Qual é a sua visão sobre a atividade turística no Lago de Furnas?
5. Quais são os fatores mais críticos/problemáticos do desenvolvimento da atividade turística em Furnas?
6. A seu ver, existe uma boa relação entre os diversos setores envolvidos no turismo? Como você caracteriza o envolvimento da comunidade no que diz respeito às decisões relacionadas à região?
7. O Lago de Furnas foi foco de dois planos de desenvolvimento turístico, um em 1975 e outro em 1996. Qual é a sua análise sobre a elaboração e implementação desses planos?
8. A região se destaca economicamente na produção cafeeira. Há alguma iniciativa ou perspectiva de desenvolvimento do turismo ligado a essa atividade? Na sua opinião seria interessante e viável?
9. Quais são, a seu ver, as perspectivas para o desenvolvimento do turismo no Lago de Furnas?